

alentejo 2020

plano de ação regional

Aprovado em reunião do Conselho Regional

(13 de Setembro de 2013)

Índice

APRESENTAÇÃO.....	3
1. ENQUADRAMENTO DO PLANO DE AÇÃO REGIONAL	3
2. PROCESSO DE TRABALHO E DE PARTICIPAÇÃO	4
3. SINOPSE DO PAR - ALENTEJO 2020.....	5
PARTE A – ESTRATÉGIA, PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO E MODELO DE GOVERNAÇÃO	11
1. ALENTEJO 2020 – ELEMENTOS PARA UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO	11
1.1. <i>Ativos do Território</i>	11
1.2. <i>Desafios Estratégicos: Elementos Pré-determinados e Incertezas Cruciais</i>	19
1.3. <i>Arquitetura das Linhas Estruturantes do Desenvolvimento Regional no Horizonte 2020</i> ..	21
2. PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO, INSTRUMENTOS E MODELO DE GOVERNAÇÃO	23
2.1. <i>Prioridades de Intervenção no Horizonte 2020</i>	24
2.2. <i>Prioridades de Intervenção - Abordagem Preliminar na Ótica da Programação</i>	31
2.2.1. Sistema Regional de Inovação	33
2.2.2. Qualificação e Promoção das Infraestruturas Económicas e de Suporte Logístico	35
2.2.3. Economia do Mar	37
2.2.4. Agricultura de Regadio	39
2.2.5. Plataforma Logística Agroalimentar	41
2.2.6. Turismo Alentejo e Ribatejo	43
2.2.7. Património e Cultura	45
2.2.8. Economia Verde	46
2.2.9. Áreas Protegidas	49
2.2.10. Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade	51
2.2.11. Sistema Urbano Policêntrico	54
2.2.12. Pacto Regional para a Qualificação, o Emprego e a Inclusão Social	56
2.2.13. Economia Social	59
2.3. <i>Prioridades de Intervenção à Luz dos Objetivos Temáticos e das Orientações dos FEEI</i>	62
2.4. <i>Modelo de Governação (orientações), Capacitação Institucional e Cooperação</i>	63
2.4.1. Territorialização de Políticas Públicas e Governação	63
2.4.2. Capacitação Regional	65
2.4.3. Cooperação Territorial	66
PARTE B - DIAGNÓSTICO REGIONAL	70
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO: CONVERGÊNCIA E DINÂMICAS REGIONAIS.....	70
2. CRESCIMENTO INTELIGENTE	75
2.1. <i>Inovação e Especialização Inteligente</i>	75
2.2. <i>Cadeias de Valor Estratégico</i>	82

2.3. <i>Acessibilidades e Conetividade</i>	97
3. CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL	103
3.1. <i>Sistemas Ambientais e Energias Renováveis</i>	103
3.2. <i>Território: Sistema Urbano e Territórios de Baixa Densidade</i>	108
4. CRESCIMENTO INCLUSIVO	116
4.1. <i>Educação, Formação e Emprego</i>	116
4.2. <i>Inclusão Social e Territorial</i>	125

APRESENTAÇÃO

1. Enquadramento do Plano de Ação Regional

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo foi incumbida pelo Governo de preparar regionalmente (NUT II) a programação do novo ciclo de fundos comunitários, para o período 2014/2020, dinamizando um processo técnico e de participação e de consulta pública na Região.

O **Plano de Ação Regional - Alentejo 2020** deverá constituir o Documento de Orientação Estratégica para o Desenvolvimento do Alentejo no horizonte 2020 e ser entendido como um quadro de referência para:

- (i) a identificação de prioridades estratégicas de intervenção por parte dos atores regionais (públicos, associativos e privados);
- (ii) a integração regionalmente estruturada de opções estratégicas de intervenção sub-regionais, a estruturar no âmbito dos respetivos instrumentos estratégicos de desenvolvimento e programação;
- (iii) a coordenação regional das diferentes políticas públicas de natureza setorial, horizontal ou territorial; e
- (iv) o acesso orientado a recursos de financiamento com origem nos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

Relativamente a este última vertente, que remete para a programação dos Fundos comunitários para a Região no horizonte 2020, importa ter presente que o **PAR - Alentejo 2020** tem por finalidade formular a Visão Estratégica, as Linhas estruturantes de desenvolvimento regional, as Prioridades de intervenção no enquadramento da Estratégia Europa 2020, bem como a relação que essas Prioridades estabelecem com as Prioridades e Objetivos temáticos da Estratégia Europa 2020 e as Prioridades de financiamento dos diversos Fundos Estruturais.

O futuro **Programa Operacional Regional** (cuja elaboração tem decorrido em paralelo, nas componentes das Condicionalidades *ex ante* e dos Instrumentos de Política Pública), evoluirá para a sistematização por Eixo Prioritário de Objetivos e Tipologias de Ação, subordinada ao conjunto de Objetivos Temáticos e Prioridades de Investimento estabelecidos nos Regulamentos e no quadro da programação plurifundos que caracteriza o período de programação 2014-2020.

A formulação da Visão Estratégica para o desenvolvimento do Alentejo é suportada pelas Prioridades de intervenção que integram as prioridades da Estratégia Europa 2020 e do Programa Nacional de Reformas, designadamente as relativas a: (i) *Crescimento Inteligente* - desenvolvendo uma economia baseada no conhecimento e na inovação; (ii) *Crescimento Sustentável* - mediante a promoção de uma economia competitiva mas de baixo carbono em termos de utilização de recursos; e (iii) *Crescimento Inclusivo* - com melhores taxas de emprego e que assegure a coesão social e territorial, o aumento das qualificações e o combate à pobreza.

Esta perspetiva de abordagem, que se constitui como a finalidade primordial do **PAR - Alentejo 2020**, deve ser entendida como um contributo de orientação para a iniciativa dos atores do Território, no trabalho permanente de construção de respostas coletivas (públicas e associativas) e individuais aos desafios de um Alentejo com futuro.

O **PAR - Alentejo 2020** está organizado em duas Partes:

↳ **Parte A: Estratégia, Prioridades de Intervenção e Modelo de Governação**, que compreende: (i) a sistematização dos Ativos do Território, dos Desafios estratégicos e da Visão Estratégica Alentejo 2020; (ii) a estrutura de Prioridades de intervenção, no enquadramento das Prioridades temáticas da Política de Coesão, bem como a identificação de um conjunto de Iniciativas-âncora, com relevância para a concretização de linhas estruturantes de desenvolvimento regional; e (iii) as orientações preliminares em matéria de Modelo de Governação, numa seção que integra, ainda, orientações relativas à Capacitação regional e à Cooperação territorial.

↳ **Parte B: Diagnóstico Regional**, que compreende uma seção inicial referente ao Enquadramento Macroeconómico - Convergência e Dinâmicas Regionais e na sequência se encontra organizado em torno das entradas do Crescimento Inteligente, Crescimento Sustentável e Crescimento Inclusivo.

O Diagnóstico Regional deve ser utilizado, fundamentalmente, como uma “ajuda de memória” para aprofundamento de elementos de referência, enquanto materiais de contextualização de propostas, na Parte A.

2. Processo de trabalho e de participação

O exercício de programação das intervenções estruturais regionais no horizonte 2020 é delineado por um conjunto de orientações técnicas e políticas formuladas no final de 2012 no enquadramento estabelecido pela RCM n.º 98/2012, de 26 de Novembro e explicitadas em Maio de 2013 pela RCM nº 33/2013.

No âmbito dos trabalhos de programação para a Região, a CCDR Alentejo assumiu como determinante a colaboração e a parceria empenhadas dos atores regionais representativos das diferentes dimensões (política, económica, social, ambiental e associativa) que a preparação da Estratégia de Desenvolvimento Regional e o subsequente exercício de programação carecem. Com efeito, apenas uma estratégia de desenvolvimento territorial e um Plano de Ação participados e apropriados pelos seus agentes mais representativos e dinâmicos podem ter sucesso em termos de resultados.

Neste entendimento, tem vindo assim a ser dinamizado um vasto conjunto de atores regionais que abrangeu, nomeadamente: organismos desconcentrados da Administração Pública (educação, saúde, segurança social, cultura, emprego e formação, economia, ...); Instituições de Ensino Superior; Comunidades Intermunicipais e Municípios; Associações Empresariais; Sindicatos; e Associações de Desenvolvimento Local e Agência de Desenvolvimento Regional. Neste âmbito, foram realizadas 18 sessões específicas de trabalho (conferências, seminários e workshops) em diversas localidades do Alentejo, que contaram com a presença de cerca de oitocentos participantes, de que resultaram 65 contributos escritos.

Este vasto conjunto de entidades, que estrutura o tecido institucional da Região, participou nos trabalhos de programação cujas etapas iniciais compreenderam as seguintes componentes:

- *Diagnóstico prospetivo Regional*, documento elaborado no enquadramento da fundamentação do Acordo de Parceria a estabelecer entre Portugal e a Comissão Europeia, enquanto contributo da Região Alentejo
- *Plano de Ação Regional - Alentejo, 2020*, documento de planeamento estratégico do desenvolvimento regional para o horizonte 2020, no enquadramento das prioridades da política de coesão expressas na Estratégia Europa 2020, nomeadamente as que remetem para os objetivos do Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo.

O trabalho de elaboração destes documentos, da responsabilidade técnica da CCDR Alentejo, beneficiou ao longo dos últimos meses de fluxos importantes de contributos da parte dos agentes regionais, expressando uma colaboração generalizadamente empenhada que se traduziu:

- Na participação nos Workshops realizados em diversas Cidades do Alentejo, o que abrange a apresentação e discussão de temas considerados relevantes para a Estratégia Regional, designadamente Conhecimento, Tecnologia e Inovação; Atividades Agroalimentares e Floresta; Atividades Económicas e Cadeias de Valor estratégico; Acessibilidades e Logística; Sistema Ambiental e Energia; Qualificações, Empregabilidade, Coesão Social e Inclusão; e Territórios de Baixa Densidade;
- Na elaboração de documentos de diagnóstico e abordagem estratégica no horizonte 2020 de setores económicos, de funções sociais e de suporte e de dinâmicas sub-regionais (NUT III) da responsabilidade, sobretudo, de organismos desconcentrados da Administração Pública, das Instituições de Ensino Superior, das Comunidades Intermunicipais e da Agência de Desenvolvimento Regional.

A organização executiva de toda esta elaboração e o processamento técnico destes contributos e de outros materiais de natureza estatística, analítica e prospetiva foi assegurado pela Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional, com a colaboração da Direção de Serviços de Ordenamento do Território e da Autoridade de Gestão do INALENTEJO e com colaboração externa, permitindo a elaboração desta proposta de **PAR - Alentejo 2020**, que agora se submete a Consulta pública.

Uma vez terminada a Consulta pública a nova versão do presente documento será submetida à apreciação do Conselho Regional da CCDR Alentejo por forma a estabilizar a versão final da proposta de **PAR - Alentejo 2020** a ser presente à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional para análise e posteriormente se constituir como um dos suportes de trabalho para a elaboração do futuro Programa Operacional do Alentejo.

3. Sinopse do PAR - Alentejo 2020

Condicionantes Estruturais

A situação de partida do novo período de programação é fortemente marcada por um conjunto de tendências pesadas que constituem importantes constrangimentos estruturais do Alentejo e das suas sub-regiões (da Lezíria do Tejo ao Baixo Alentejo), entre os quais se destacam: (i) o comportamento recessivo da demografia regional, atingindo limiares de vitalidade endógena

preocupantes; (ii) desvitalização social e económica de importantes aglomerados urbanos e dos territórios de baixa densidade; (iii) reduzido dinamismo do tecido empresarial; (iv) debilidades dos fatores estruturantes da atração de novos investimentos; e (v) desvantagens competitivas face a regiões concorrentes.

Durante o período de vigência do INALENTEJO, os efeitos negativos da crise macroeconómica e financeira persistente provocaram uma erosão acentuada das capacidades de investimento, público e privado, com reflexos nas dinâmicas de execução de importantes objetivos do Programa, designadamente daqueles que nortearam a ambição estratégica da programação 2007-2013, centrada na Competitividade e Inovação e na Internacionalização, enquanto principais apostas de dinamização da economia regional e do emprego.

Evolução Recente

Os elementos de balanço da *Avaliação Intercalar do INALENTEJO* apontam para um património de resultados do PO muito centrados nas vertentes seguintes:

- *Qualificação do Território* [Requalificação da Rede do 1º Ciclo do Básico e Educação Pré-escolar; Desenvolvimento urbano via intervenções no espaço público, nas infraestruturas, na valorização do património e na dinamização cultural; Mobilidade territorial, principalmente na vertente melhoria da rede viária; Saúde (qualificação dos equipamentos e das urgências dos hospitais, disponibilização de cuidados diferenciados,...); e Equipamentos e serviços coletivos de proximidade, principalmente de apoio à população idosa]
- *Apoio à internacionalização das empresas de Cadeias de Valor estratégico regional*, ainda que com uma dinâmica limitada na procura de apoios dirigida aos SI por parte desses setores estratégicos;
- *Incentivos à Inovação*, designadamente visando a ampliação da capacidade produtiva regional de novos bens, serviços, tecnologias e processos produtivos; e
- *Afirmação e desenvolvimento do setor do Turismo*, através dos projetos empresariais (p.e., nas componentes de alojamento, animação e promoção turística) e de iniciativas de valorização do património e dinamização de atividades culturais.

Desafios e Oportunidades

A abordagem deste Plano de Ação Regional aos desafios e oportunidades no horizonte 2020, não podendo abstrair as condicionantes estruturais e da conjuntura recessiva prolongada que induz ritmos de relançamento económico tendencialmente mais lentos, afirma com convicção que o Alentejo deve perspetivar o seu futuro partindo dos recursos do Território (permanentes e construídos) e usando com inteligência as amenidades urbanas, paisagísticas e ambientais para atrair residentes, visitantes e renovados fluxos de investimento.

O Conhecimento e as Competências das Organizações e das Pessoas, a valorização da identidade cultural e patrimonial do Território (com valores singulares que constituem ativos diferenciadores de competitividade e atratividade), bem como de um foco muito particular na dinamização dos fatores de atratividade económica representam elementos essenciais para o desenvolvimento de um Alentejo mais competitivo, mais sustentável e social e territorialmente mais coeso.

↳ **Visão Estratégica**

A qualidade e a dinâmica dos valores e argumentos competitivos identificados molda a **Visão Estratégica de Desenvolvimento para o Alentejo**:

Um Alentejo com capital simbólico e identidade distintiva, num território dotado de recursos materiais, de conhecimento e competências e de amenidades, aberto para o mundo e capaz de construir uma base económica renovada sobre a sua mais valia ambiental, atraindo residentes, investimentos e atividades geradoras de emprego e coesão social.

A combinatória Crescimento Inteligente/Crescimento Sustentável/Crescimento Inclusivo, encontra-se fortemente presente na formulação da Visão Estratégica, ainda que se destaque o triângulo de relação *Conhecimento e Competências/Economia dos Recursos naturais/Internacionalização*, com a ênfase no novo paradigma da sustentabilidade que procura potenciar a excelência ambiental da Região, num quadro de responsabilidade coletiva.

O aproveitamento do posicionamento geoeconómico da Região, das infraestruturas de acolhimento empresarial, de logística e conectividade internacional, abre espaço à afirmação de uma estratégia regional qualificada para a atração de investimento, contribuindo para gerar novas dinâmicas de internacionalização, de atração de empresas e de desenvolvimento empresarial.

↳ **Modelo de Especialização Regional**

Um modelo de desenvolvimento e de especialização regional que combine de forma ambiciosa e criativa a vertente económico-produtiva (geradora de valor e emprego) com as vertentes da sustentabilidade, deverá orientar-se em torno da valorização das seguintes principais valências:

- Dinâmica de aproveitamento dos recursos naturais existentes, fertilizada pelo conhecimento disponível e em maturação;
- Atração e produção de conhecimento científico e tecnológico existentes e em construção na Região (no âmbito do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia);
- Potencial de internacionalização dos ativos do território, vetor-chave para superar constrangimentos e associar a Estratégia Regional ao relançamento económico do País;
- Articulação estratégica e operacional entre as políticas sectoriais e as políticas de natureza mais territorial, na Região;
- Valorização dos recursos humanos e do capital social existentes na Região, reforçados pela capacidade de atrair novos talentos para residir e trabalhar no Alentejo;
- Capacidade relacional interna e externa do Alentejo.

A centralidade do binómio **Território/Valia ambiental**, expressa na Visão Estratégica, deverá contemplar de forma coerente e racional um conjunto de vetores significativamente presentes nos diversos contextos sub-regionais do Alentejo, entre os campos da Lezíria do Tejo, os tecidos urbanos, as margens do Guadiana e o Sudoeste Alentejano. Esta focagem beneficia, ainda, de

níveis enriquecidos de mobilidade/acessibilidade de espaços de valorização dos recursos (AMLisboa, Espanha, Europa e o Mundo), também por via marítima e aeroportuária.

Prioridades de Intervenção

Na ótica das **Prioridades de intervenção** apontadas para a Região no horizonte 2020, sobretudo, na aproximação aos instrumentos de programação, têm-se presente as Recomendações da *Avaliação Intercalar do INALENTEJO*, nomeadamente as seguintes:

- (i) Uso do futuro PO Regional como instrumento prioritariamente ao serviço da afirmação do desenvolvimento económico, da organização e consolidação do Sistema Urbano Regional e da sustentabilidade ambiental da Região, num contexto de solidariedade de financiamento com os PO Temáticos Nacionais
- (ii) Estimulo à abertura da Região favorecendo a sua participação em redes nacionais e internacionais ao nível da atividade económica e dos projetos de cooperação de I&D que contribuam para a transformação e valorização gradual dos ativos do território (ambiente, cultura, património, competências humanas e tradição produtiva)
- (iii) Definição rigorosa das áreas de interesse estratégico para reorientar o investimento público, segundo prioridades estruturantes de natureza regional e intermunicipal e concretizando a concentração temática e territorial dos apoios públicos ao investimento.

A Tabela seguinte traduz, simultaneamente:

- (i) *O racional da Estratégia de Desenvolvimento Regional* na relação que estabelece, por um lado, com os Ativos do Território e as suas principais valências (base de resposta aos desafios estratégicos) e, por outro lado, com as Prioridades da Política de Coesão que enquadram a Estratégia Europa 2020 (RIS3)
- (ii) *O racional da programação*, cruzando as prioridades de intervenção com um conjunto de Iniciativas-âncora que procuram responder a problemáticas-chave do desenvolvimento regional, designadamente na resposta a vetores determinantes da Estratégia, adotam perspectivas de seletividade e focagem, envolvem uma abordagem de financiamento multifundos e implicam uma pluralidade de atores regionais na sua implementação

Prioridades de Intervenção regional no horizonte 2020	Prioridades Temáticas da Coesão	Iniciativas-âncora
1. Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Competências	Competitividade e Inovação	1. Sistema Regional de Inovação
2. Qualificação e Internacionalização de Ativos do Território		2. Qualificação e Promoção de Infraestruturas Económicas e de Suporte Logístico
3. Renovação da Base Económica sobre os Recursos Naturais e a Excelência Ambiental e Patrimonial da Região		3. Economia do Mar
		4. Agricultura de Regadio
		5. Plataforma Logística Agroalimentar
		6. Turismo Alentejo e Ribatejo
		7. Património e Cultura
		8. Economia Verde
4. Qualificação do Território: Redes de Suporte e Novas Dinâmicas Territoriais	Desenvolvimento Sustentável	9. Áreas Protegidas
5. Qualificações, Empregabilidade e Coesão Social		10. Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade
		11. Sistema Urbano Policêntrico
	Formação do Potencial Humano	12. Pacto Regional para a Qualificação, o Emprego e a Inclusão Social
	Coesão Social	13. Economia Social

↳ Instrumentos da Programação Territorializada

As Prioridades de intervenção e o perfil de Iniciativas-âncora delineadas para o **PAR - Alentejo 2020** consagram uma perspetiva de territorialização e de programação multifundos, a enquadrar nos Objetivos temáticos e Prioridades de Investimento que devem estar presentes na conceção do PO Regional e nas soluções de gestão e implementação a adotar.

As fronteiras e articulações operacionais entre instrumentos de programação para o acesso e mobilização de recursos dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, encontram-se em fase de estabilização merecendo especial atenção para além dos PO Nacionais e do PO Regional (multifundos), os novos formatos das *Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial*.

A Intervenção Regional, com as componentes identificadas nas Prioridades e Iniciativas-âncora deverá encontrar nos Eixos e Tipologias de ação do futuro Programa Operacional Regional (POR) o principal conforto estratégico e financeiro, mas o POR deve garantir a necessária articulação com outros instrumentos de política pública (com incidência regional e ou nacional) e com relevância direta para o potencial de concretização das operações a candidatar pelos promotores regionais.

Para os objetivos do **PAR - Alentejo 2020** e para o posicionamento e trabalho futuro dos parceiros regionais, são de reter as orientações relativas às *Abordagens Territoriais das Prioridades de intervenção* (cf. Resolução do Conselho de Ministros nº 33/2013, de 20 de Maio):

- (i) Os novos instrumentos previstos no quadro regulamentar comunitário (ITI e DLBC), deverão permitir mobilizar, em simultâneo e de forma coordenada, financiamento de diversos Fundos, Eixos prioritários e PO a favor da prossecução de uma estratégia territorial coerente

- (ii) No próximo ciclo de programação as entidades intermunicipais deverão dinamizar ITI à escala NUTS III (ou agrupamentos de NUTS III contíguas), escala que servirá, igualmente, de referência para assegurar a coerência estratégica de outras intervenções de cariz local, em territórios urbanos, rurais ou nos espaços de articulação entre ambos
- (iii) O DLBC deverá concretizar estratégias integradas e multisectoriais de desenvolvimento local, a gerir pelos Grupos de Ação Local (GAL) que vierem a ser reconhecidos, cuja conceção deverá ter em conta as necessidades e potencialidades locais, incluindo as respetivas características inovadoras. O território de referência para operacionalização do DLBC deverá ser o mais adequado para a concretização do desígnio de cada operação, correspondendo, preferencialmente, a áreas sub-regionais que integram NUTS III
- (iv) As *Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS)* pretendem estruturar operações fundamentadas e especificadas em estratégias de desenvolvimento sustentável que considerem a relevância dos sistemas urbanos na dinamização do crescimento e do emprego, da competitividade e da inovação, e também da qualidade de vida. As AIDUS são suscetíveis de financiamento através do FEDER, FSE e FC e a sua gestão será formalmente contratualizada com a ou as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais financiadores

Os futuros ITI, com base territorial na configuração administrativa NUTS III e tendo por suporte Programas de Ação e de Investimento, com financiamento FEDER e FSE, e FEADER e FEAMP, deverão assentar em fórmulas inovadoras de gestão que associem as CIM às estruturas regionais da Educação, do Emprego e Formação Profissional, da Saúde, da Segurança Social, da Agricultura e Pescas e da Desenvolvimento Regional e Ordenamento do Território.

Este modelo terá a vantagem de centrar a conceção e a implementação das intervenções no desenvolvimento económico, na dinamização do emprego e na atração de residentes, ou seja focalizada na produção de resultados significativos para o crescimento e o emprego.

O modelo de governação a adotar para as intervenções DLBC deve combinar a necessidade de encontrar soluções que garantam eficácia e eficiência, no quadro da programação plurifundos, com as vantagens que podem decorrer de processos de aprendizagem acumulada e de inovação social que constituem importante património de intervenção na promoção do desenvolvimento rural-local, enquanto expressão de parcerias público-privadas territorializadas.

PARTE A – ESTRATÉGIA, PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO E MODELO DE GOVERNAÇÃO

1. Alentejo 2020 – Elementos para uma Estratégia de Desenvolvimento

1.1. Ativos do Território

A formulação estratégica do desenvolvimento regional para o Alentejo tem vantagem em partir do território e do seu portefólio de ativos naturais, construídos e de iniciativa. Esta abordagem revela-se especialmente fecunda pelo padrão (heterogéneo mas potencialmente complementar) de recursos em presença, nomeadamente recursos naturais, produtivos e de sítio, onde avulta a fachada atlântica e o corredor terrestre de relação com a Europa, espaços de valorização maior desse leque composto de recursos.

Em síntese, a Matriz de Ativos da Região do Alentejo estrutura dois conjuntos fundamentais:

- *Ativos permanentes* (Localização e Configuração Territorial; Recursos Naturais, Ambiente e Paisagem; Património Histórico e Cultural e Identidade Regional; Pólos Urbanos consolidados; Pessoas; e Recursos Institucionais);
- *Ativos adquiridos* que a Região foi construindo ao longo das duas últimas décadas [Rede de estabelecimentos de Ensino, Centros de Formação e Unidades de I&D; Acessibilidades internas e de interface com o exterior (logística, energia, transportes, tecnologias de informação e comunicação...); Pólo de química pesada e setor aeronáutico e eletrónico; Oferta agrícola para exportação, associada aos Perímetros de Rega; Rede de espaços aprovados para turismo residencial; e Redes de Equipamentos Sociais e de Saúde].

O leque de ativos apontados retém uma elevada centralidade do Território na relação com a Valia Ambiental do Alentejo e com os “adquiridos” de um ciclo prolongado de investimento, sobretudo material, que contribuiu significativamente para a qualificação dos serviços de interesse geral, das amenidades e de outros argumentos competitivos da Região.

O território está ainda presente nas relações funcionais que diversas sub-regiões (nomeadamente, Lezíria do Tejo, Alentejo Litoral e Alentejo Central) estabelecem com a Área Metropolitana de Lisboa e que constituem um desafio estruturante em diversas valências (p.e., demográfica, empresarial, logística e de inovação).

Na ótica da formulação racional das políticas públicas para a Região no horizonte 2014-2020, os principais focos de atuação estrutural, devem ser equacionados no contexto de uma **relação dinâmica entre o estabelecimento de uma Estratégia de Especialização Inteligente para o Alentejo e a programação estratégica de suporte ao acesso e mobilização de recursos de financiamento**, nomeadamente via Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

O exercício de planeamento estratégico de suporte à elaboração **Plano de Ação Regional - Alentejo 2020** desenvolve-se num contexto de orientação transversal das políticas públicas alinhadas com as prioridades da aplicação de Fundos do Quadro Estratégico Comum 2014-2020 e retém uma lógica que se alinha de forma bastante próxima com a proposta para a elaboração das Estratégias de Crescimento Inteligente (RIS3) a qual prossegue um racional em que se identificam:

- **Escolhas e Massa crítica** - delimitando as prioridades com base nas Forças e nas Oportunidades com que a Região se depara e no estabelecimento de ligações com o exterior, evitando a proliferação de objetivos, a fragmentação das intervenções e procurando impactos onde exista ou possa existir escala e massa crítica (*Focagem das intervenções*)
- **Vantagens competitivas** - mobilizando as capacidades de forma coordenada com as necessidades (das pessoas, das empresas e dos territórios)
- **Conectividades e Clusters** - propiciando a preparação de instrumentos de política pública com umnexo causal claro entre o que se pretende atingir, propondo um caminho que não promove a exclusão de outras iniciativas, em particular as que visem a inovação, mas atendam à clusterização de atividades com procura e para as quais a Região possui argumentos competitivos (*Ancoragem de intervenções*)
- **Liderança colaborativa** – desenvolvendo/estruturando uma combinatória de políticas públicas focadas na inovação e na competitividade, como um esforço coletivo baseado em parcerias e em coevoluções virtuosas, dentro de um quadro coerente de intervenção.

Constrangimentos estruturais

- Regressão prolongada da demografia regional, num contexto de duplo envelhecimento que limita as condições de regeneração endógena e transfere para a atração de novos residentes o restabelecimento do potencial demográfico do Alentejo indispensável à criação de dinâmicas empreendedoras e à atratividade de investimento;
- Trajetória de desvitalização social e económica com encerramento de importantes funções administrativas e económicas, condicionando o potencial para atração e fixação de novos residentes, indispensáveis à revitalização do Território;
- Reduzido dinamismo do tecido empresarial, aquém de limiares críticos de estruturação económica e com reduzida incorporação de fatores dinâmicos de competitividade (capacidade de inovação, qualificação da mão-de-obra e das funções de gestão, abordagem de mercados de valorização competitiva de bens e serviços, ...);
- Limitações acentuadas dos sistemas e redes com potencial para atrair novos fluxos de investimento (infraestruturas de I&D, produção e transferência de conhecimento e tecnologia, oferta de serviços de excelência, apetrechamento e envolvente das áreas de acolhimento empresarial, ...);
- Ciclo prolongado de perda de produtividade dos fatores acentuando desvantagens competitivas no contexto nacional traduzidas numa menor capacidade para atrair novos investimentos (nacionais e externos)
- Fraca coesão territorial no acesso a TIC, Redes de Nova Geração e plataformas de suporte à inovação

Do conjunto de *Ativos permanentes e adquiridos* que estruturam os recursos e argumentos da Região para o seu desenvolvimento futuro, salientam-se: (i) o *Território*, na sua configuração e dotação infraestrutural e de amenidades; (ii) as *Pessoas*, enquanto elemento motor de mudança e capital social de transformação; (iii) a *Inovação e Competências*, na sua expressão de qualificação de suporte à atração de talentos e investimentos; (iv) os *Recursos Naturais*, cuja heterogeneidade e potencial produtivo pode relançar uma base económica renovada; e (v) o *Sistema Urbano*, na organização de funções de atratividade de regeneração social e económica.

Território: Ativo para o Desenvolvimento (Conectividade, Recursos e Amenidades)

O conjunto de elementos de diagnóstico sobre a Região do Alentejo e as contribuições para a Estratégia elaboradas pelos *stakeholders* têm como traço comum a enfatização do papel que o Território pode ter no desenvolvimento do Alentejo.

Esta centralidade do Território resulta da sua localização e do perfil compósito de ativos naturais que proporciona, bem como dos ativos adquiridos sobre os quais se desenvolveu um esforço muito significativo de investimento ao longo as últimas décadas correspondendo a apostas em desígnios regionais os quais não geraram, ainda, condições de sustentabilidade e competitividade proporcionais a esse investimento, reclamando um esforço adicional de intervenção mas, sobretudo, uma indispensável alavancagem de valorização económica e social.

A configuração territorial e esse esforço de investimento podem contribuir para que o Alentejo tire partido da sua posição geoestratégica de proximidade à Área Metropolitana de Lisboa, ao Algarve e de ligação a Espanha e à Europa, bem como do potencial logístico que lhe está associado, um conjunto de argumentos locativos que deve constituir um elemento central na Visão para o Alentejo no horizonte 2020 e na Estratégia de Desenvolvimento Regional.

A área portuária, industrial e logística de Sines constitui um ativo estratégico nacional que tem revelado capacidade competitiva no contexto europeu, proporcionando à Região e à sua cadeia logística um importante ativo territorial para a sua internacionalização, vetor estruturante da Estratégia de Desenvolvimento Regional. A exploração de um conjunto de características-chave distingue o Complexo de Sines dos seus principais concorrentes:

- Posicionamento geográfico como Porta Atlântica da Europa no cruzamento das principais rotas mundiais de tráfego de contentores, característica potenciada com o alargamento do Canal do Panamá;
- Excelentes condições naturais, em termos de fundos e de acessibilidades marítimas;
- Grande disponibilidade de áreas de expansão e ausência de constrangimentos relevantes em termos de pressão urbana;
- “Know-how” existente relativamente às Tecnologias de Informação e Comunicação e os avanços em matéria de procedimentos de simplificação e automatização de processos de despacho de navios e mercadorias.

O Aeroporto de Beja constitui outro ativo regional relevante com potencial latente para desenvolver quatro pilares essenciais da sua vocação: (i) espaço privilegiado para a instalação de unidades industriais, com destaque para a manutenção de aeronaves; (ii) capacidade de

organização de carga aérea; (iii) passageiros (trabalho em parceria com a ERT Alentejo); e (iv) estacionamento de aviões por períodos de média/ longa duração.

O sentido e a racionalidade da aposta no Território como ativo de desenvolvimento, dependem do que vier a acontecer em matéria de consolidação dos sectores económicos tradicionais e emergentes, bem como em matéria de integração de políticas de atração de residentes, de investimento e recursos qualificados à Região que permitam dinamizar as atividades do perfil de especialização, reforçar a sua capacidade inovadora e fazer emergir novas atividades económicas mais intensivas em conhecimento.

As amenidades e o património natural e cultural da Região têm, neste enquadramento de dinâmica empreendedora, um relevante potencial para integrar atividades económicas (em particular no Cluster do Turismo) que podem servir como elemento integrador entre os Territórios de Baixa Densidade e os centros urbanos com que estes se relacionam.

A mobilização e valorização económica dos Territórios de Baixa Densidade da Região pode assumir, nesse contexto, um papel de grande relevância porque garante um modelo de desenvolvimento tendencialmente mais inclusivo mas, sobretudo, porque permite uma maior capilaridade na exploração dos recursos do território e tem um potencial de criação de emprego e de geração de oportunidades de empreendimento com uma relação custo benefício mais favorável. A este nível, afigura-se particularmente relevante a identificação e a criação de mecanismos de valorização económica e social dos recursos endógenos, que abundam nestes territórios, e que podem alavancar estratégias de desenvolvimento local.

Pessoas: Capital Social e de Iniciativa

A demografia regional tem atravessado um ciclo recessivo de décadas que andou de par com o declínio económico e a desvitalização social dos territórios rurais e que se traduz nos nossos dias por elevados índices de envelhecimento e por uma escassa vitalidade demográfica, resultante da sangria dos ativos de meia-idade e de um reduzido índice de juventude.

Não obstante a consolidação de investimentos de qualificação do território, com melhoria das condições de vida nos aglomerados urbanos e rurais do Alentejo, existe uma insuficiente massa crítica de suporte a intervenções de valorização territorial e de articulação ativa com regiões envolventes, cuja combinação possa induzir efeitos na dinamização da economia regional.

Também a persistência do desemprego representa uma perda de vitalidade social, com implicações negativas na realização das expectativas económicas das populações e no acentuar dos riscos para a coesão social e territorial do Alentejo.

Na ótica do planeamento regional e da programação de intervenções no horizonte 2020, a mobilização de esforços para criar um triângulo virtuoso *Territórios/ Pessoas/ Recursos e Atividades* carece de uma energia demográfica e de capacidade empreendedora para desempenhar um papel nevrálgico na configuração da Estratégia de Desenvolvimento Regional.

Na construção da identidade regional e do capital simbólico do Alentejo, os estilos e formas de vida, moldados por uma relação particular com o território na sua riqueza (paisagem, amenidades, valores ambientais, ...) e nas suas agruras, representam uma mais valia de base que deve ser recriada, no sentido de uma realimentação renovada de fluxos de energia.

Neste contexto assumem particular relevo:

- As oportunidades de relação com a AM Lisboa em matéria de atração de população urbana, nomeadamente reformados e jovens à procura de novos estilos de vida, valorizando o bem-estar e a qualidade de vida num território de reduzida massificação;
- O potencial das Instituições de Ensino Superior instaladas na Região e que têm desempenhado um papel importante na atração de população (alunos, docentes, famílias, ...), o qual pode ser reforçado através de uma política de bolsas orientadas para prioridade de áreas de conhecimento das cadeias estratégicas regionais.

Nesta perspetiva, colocam-se vários desafios de cuja combinatória vai depender a criação de limiares de vitalidade demográfica de suporte ao desenvolvimento regional:

- Atração de novos residentes, conquistados para (re)fazer a sua vida no Alentejo, nomeadamente saindo da Área Metropolitana de Lisboa para viver e trabalhar nos centros urbanos e territórios rurais, protagonizando investimentos em atividades tradicionais ou emergentes, com base em património e/ ou em competências;
- Dinamização territorial de novas oportunidades, revitalizando iniciativas de animação económica de valorização do património natural, cultural e produtivo;
- Combinação de talentos e capacidade empreendedora na aproximação ao território que valorize, por um lado, estilos de vida e novos valores e, por outro lado, argumentos económicos (ruralidade de excelência, património urbano, áreas de investigação das IES, ...); esta combinação pode contribuir para rentabilizar intervenções realizadas ao longo de um ciclo prolongado de qualificação do território, em diversas zonas, confrontado com a desvitalização social e económica.

Inovação: IDT, Competências e Serviços

Os territórios melhor sucedidos na atração de investimentos são aqueles que têm revelado não só maiores níveis de qualificação e conhecimento mas, sobretudo, aqueles que têm evidenciado um ambiente favorável ao acolhimento de empresas e em que o arranque de iniciativas empresariais inovadoras tem registado bons índices de crescimento e de assinalável desempenho. Na verdade, não bastará dispor das infraestruturas físicas para a instalação de empresas, torna-se absolutamente crítico dispor de condições complementares que reforcem a atratividade e suscitem a criação de economias de aglomeração com as sinergias que daí poderão resultar.

Apesar dos grandes progressos que tem registado na sua trajetória, o Alentejo continua a ser uma Região com baixa intensidade em I&DT e Inovação, pelo que criar um Sistema com desempenho relevante em Investigação e Inovação (I&I) constitui um desafio de grande complexidade.

A capacidade de concretizar os projetos da 1ª fase e lançar a 2ª fase do Programa Estratégico do SRTT, pressupõe combinar eficácia e eficiência nas políticas públicas de estímulo à Investigação e

à Inovação, uma combinatória que tem no Alentejo a complexidade adicional de ter de encontrar soluções capazes de quebrar a inércia associada a uma tradição prolongada de reduzido entrosamento entre quem produz e quem utiliza o conhecimento.

O conhecimento é fulcral para o desenvolvimento da Região e as Instituições de Ensino Superior (a Universidade e a rede de Institutos Politécnicos), bem como os Centros Tecnológicos e do Conhecimento deverão desempenhar um papel dinâmico e integrador, focando os seus esforços em sectores em que o Alentejo detenha vantagens competitivas tanto na estruturação de ofertas atrativas e sustentáveis, como na dinamização de oportunidades de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, em redes de reconhecida valia, e de prestação de serviços avançados às empresas e a outras organizações.

O reforço do potencial tecnológico e científico da Região, organizado de forma complementar e em rede, em articulação com o tecido empresarial, através da dinamização e potenciação do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (SRTT) e das suas principais componentes (Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, Rede Regional de Ciência e Tecnologia, incubadoras e infraestruturas científicas e tecnológicas), constitui um elemento central na promoção da Investigação e do Desenvolvimento Tecnológico existente, nomeadamente através de participação em redes nacionais e internacionais.

Na sua trajetória de afirmação institucional, as Instituições de Ensino Superior têm procurado mobilizar recursos de excelência através da mobilização de cátedras em domínios de especialização com interesse estratégico regional (nomeadamente, energias renováveis, mecatrónica, eletrónica, património imaterial e biodiversidade). No âmbito da 1ª fase do SRTT, com financiamento INALENTEJO, existe um conjunto de projetos envolvendo IES e Unidades de I&D das várias sub-regiões do Alentejo. Esses projetos inserem-se em domínios setoriais que constituem o núcleo principal da base económica regional, com alargamento a setores emergentes da relevância estratégica (aeronáutica, energias renováveis, novas tecnologias da informação e indústrias criativas e atividades culturais).

O reforço da vertente Competências tem as seguintes dimensões-chave de evolução desejada:

- *Constituição de redes com ofertas formativas de Ensino Superior dirigidas à formação superior inicial avançada e ao longo da vida, nomeadamente em áreas temáticas identificadas como estratégicas para a Região; a reorganização das ofertas de formação avançada deverá contribuir ativamente para novas apostas na qualificação dos recursos humanos adequada ao mercado de trabalho;*
- *Dinamização de modalidades de aprendizagem ao longo da vida, de iniciativa do serviço público de emprego e formação, mediadas pela preocupação de envolver o tecido empresarial, dinamizando uma oferta mais profissionalizante e de resposta às necessidades empresariais (regionais e extrarregionais) para a qual deverá mobilizar importantes ofertas de formação especializada.*

Recursos Naturais - Vetores de (re)Configuração da Base Económica

A dinamização de fileiras produtivas e *clusters* baseados nos recursos endógenos e nos seus produtos deverá constituir uma aposta estratégica para estruturar a promoção e valorização do tecido empresarial da Região, mesmo que não se possa deixar de ter em linha de conta a atração

de investimento em sectores emergentes e de forte incorporação de conhecimento e potencial de internacionalização, variáveis também incontornáveis para o enriquecimento da cadeia de valor daquelas fileiras e *clusters*.

Trata-se de complexos de atividades com dinamismo económico e empresarial com condições propícias para potenciar a heterogeneidade de recursos em presença na Região:

- Agro-indústria e indústrias alimentares, com forte expressão de vantagens competitivas face ao País, na Lezíria do Tejo e no Litoral Alentejano e margem de progressão elevada no Baixo Alentejo, a partir do aproveitamento pleno do Regadio de Alqueva;
- Atividades do sistema de montado, em particular a produção de cortiça e as pequenas fileiras produtivas, com expressão, sobretudo, no Alto Alentejo e também na Lezíria e Litoral Alentejano;
- Cluster da Pedra Natural, com expressão na Zona dos Mármore (Alentejo Central) e extensão aos granitos do Alto Alentejo e aos calcários da zona norte da Lezíria do Tejo;
- Minerais metálicos no Baixo Alentejo, sobretudo, em torno de dois grandes projetos [Neves Corvo (Somincor - Castro Verde e Almodôvar) e Pirites Alentejanas (Almina-Aljustrel)], unidades que constituem dois dos maiores empregadores da Região, dinamizando investimentos que deverão merecer especial atenção;
- Recursos energéticos endógenos com expressiva diversidade na qual se destaca o valor da energia solar, mas também da energia eólica e da biomassa, com numerosos investimentos e projetos em curso e com envolvimento de entidades regionais de interface e de IES.

O setor agrícola assume primordial relevância para o desenvolvimento sustentável e para a valorização do mundo rural da Região dadas as condições únicas (naturais, de solo e edafo-climáticas, e de saber fazer) do território para produções de qualidade internacionalmente reconhecida e o dinamismo que as atividades do Complexo Agro-Florestal revestem, com potencial próprio para rentabilizar e consolidar os investimentos realizados, a montante, nos aproveitamentos hidroagrícolas do Baixo Alentejo à Lezíria do Tejo.

O Regadio de Alqueva merece natural destaque, bem como o conjunto de infraestruturas presentes nos restantes Perímetros de rega. A promoção da sustentabilidade ambiental no quadro das dinâmicas de atividade do setor agrícola deve também ser consolidada com vista a assegurar a plena integração das produções em mercados mais exigentes e competitivos.

No âmbito da exploração dos recursos minerais e geológicos (águas, granitos e mármore), recursos que têm de ser integrados de forma mais eficiente na economia da Região e em que os processos de gestão da água devem assumir cada vez mais uma dimensão relevante, o objetivo estratégico reside no alargamento das respetivas cadeias de valor. Esta deve ocorrer mediante a incorporação de fatores dinâmicos de competitividade, nomeadamente, com origem na ação das diversas Unidades de I&D portadoras de recursos para as atividades de mineração, transformação, as quais adquiriram uma nova expressão pelo papel que as matérias-primas são chamadas a desempenhar no relançamento económico europeu, através da reconversão da Indústria.

A Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos – Recursos Minerais (RCM, n.º 78/2012, de 11 de Setembro) e o respetivo Plano de Ação, bem como a constituição e reconhecimento futuros de um Pólo dos Recursos Minerais (que deverá integrar o Cluster da Pedra Natural, com forte expressão regional), poderão vir a constituir relevantes instrumentos de transformação desta cadeia de valor estratégico regional.

Também o potencial turístico do Alentejo e da Lezíria, alimentado na origem por um amplo conjunto de recursos naturais, culturais e patrimoniais (paisagem, cavalo lusitano, monumentalidade, arte sacra e popular, ...), que compõem uma oferta turística multifacetada suscetível de despertar o interesse de públicos-alvo diversificados, constitui uma mais-valia de suporte à atração de visitantes e turistas e à dinamização de atividades conexas.

Sistema Urbano – Qualificação do território e regeneração económica e social

O sistema urbano regional organiza uma estrutura de recursos potenciadora da competitividade e da coesão territorial que assegurou ao longo do tempo uma maior especialização funcional e um reforço de complementaridades existentes, melhorando a qualidade urbana e as condições para a fixação de população residente e para o desenvolvimento das atividades económicas.

Neste contexto, a possibilidade de (re) dinamizar alguns eixos urbanos ou subsistemas inter-concelhios pode contribuir para um aumento da massa crítica, com efeitos na atratividade de novos residentes e para uma gestão mais sustentável dos recursos, acompanhada por atuações na esfera da mobilidade.

A estruturação da rede urbana regional, um adquirido da elaboração técnica e aprovação dos instrumentos de Ordenamento do Território [(PROT Alentejo e PROT – OVT (Lezíria do Tejo)], sugere a necessidade de um conjunto articulado de intervenções com incidência na atratividade do Território, em termos de Competitividade e de Coesão:

- Consolidar práticas de cooperação territorial orientadas para a promoção de políticas de desenvolvimento territorial, através da estruturação da rede de centros urbanos sub-regionais assente na concertação intermunicipal com racionalização de recursos e equipamentos, capaz de sustentar a coesão social e territorial e de garantir o acesso a serviços coletivos e funções urbanas de gama alargada
- Garantir a qualificação das concentrações urbanas estruturantes através da regeneração e valorização urbanística e da potenciação dos valores patrimoniais existentes, para garantir a qualificação das concentrações urbanas estruturantes, a promoção da requalificação dos aglomerados urbanos de valor patrimonial, a reabilitação e revitalização do edificado e a valorização dos espaços públicos
- Articular as redes de acessibilidade e organizar os sistemas de transporte em torno de uma mobilidade sustentável. Num contexto marcado pelo uso crescente do transporte automóvel individual e onde se evidencia uma falta de articulação dos sistemas de transportes, torna-se pertinente o estímulo a uma visão integrada da mobilidade, encontrando soluções inovadoras que vão ao encontro das necessidades dos utentes e promovam a eficiência energética e ambiental. Esta abordagem ganhará, obviamente, consistência no âmbito de planos de mobilidade de âmbito intermunicipal, os quais deverão constituir-se como referencial para todas as intervenções

- Promover a plena utilização dos equipamentos da coesão nas áreas da ação social e serviços de proximidade da cultura e das amenidades do território, para que preencham as suas funções num quadro de sustentabilidade e retorno dos investimentos realizados, por via de estratégias de gestão integrada, de produção conjunta de conteúdos, de divulgação das potencialidades junto dos potenciais utilizadores e de resposta efetiva às necessidades sociais (infância, terceira idade e deficiência, entre outras)
- Apostar no desenvolvimento de uma inter-relação sinérgica urbano-rural, assumida como simbiose, numa perspetiva de coesão, integração e articulação territorial de modo a permitir valorizar: (i) o papel da rede de pequenos centros urbanos na prestação de serviços de proximidade, que permitam assegurar a multifuncionalidade territorial - pluriatividade do território e da população; e (ii) a importância do mundo rural como garante do bom funcionamento dos processos ecológicos essenciais (conservação da natureza e da biodiversidade e sustentabilidade ambiental).
Para uma maior atratividade territorial, poderá contribuir a melhor interação entre os recursos arquitetónicos e culturais (dominantemente urbanos), e os processos produtivos e os processos naturais (dominantemente rurais).

1.2. Desafios Estratégicos: Elementos Pré-determinados e Incertezas Cruciais

Uma Estratégia só pode ser convenientemente desenhada se tiver em conta as linhas de força com as quais deve lidar, designadamente o que se designa usualmente em exercício de cenarização por *Elementos pré-determinados* (elementos relativamente aos quais se conhecem os efeitos mas sobre os quais se tem pouca capacidade de intervenção) e as *Incertezas cruciais*, elementos que podem, dentro de certos limites, ser influenciados e que podem por sua vez pesar decisivamente nos resultados da Estratégia.

Os principais aspetos estruturantes da visão prospetiva acerca dessas linhas de força, no horizonte 2020, são sistematizados nos pontos seguintes.

Elementos Pré-determinados

- Comportamento da demografia regional cujas dinâmicas evolutivas (de tendência) se deverão traduzir no acentuar do envelhecimento da população através dos saldos naturais, num contexto de duplo envelhecimento que torna o rejuvenescimento do Alentejo completamente dependente da atração de novos residentes como fonte de revitalização da demografia endógena, variável crítica para o desenvolvimento
- Território a defrontar-se, simultaneamente, com a reestruturação e concentração das redes públicas de serviços básicos e com uma maior restrição orçamental dos Municípios, podendo alterar o padrão de povoamento, agravando as situações de abandono dos lugares de menor dimensão e os isolados, tendências pesadas que devem funcionar como referência para as estratégias de valorização dos recursos naturais e endógenos
- Concentração da oferta pública de serviços básicos nos aglomerados urbanos, num contexto de reduzida mobilidade das populações por ausência de transporte público e de condições de acesso aos serviços (proteção social, cuidados primários e continuados de saúde, ...).

- Concentração da população residente em torno das principais cidades, melhor equipadas e com maior presença de funções de regulação social e económica, ainda que acumulando situações de fragilidade das atividades e das dinâmicas de emprego
- Dinâmica das Alterações Climáticas (aumento de temperatura, vagas de calor, etc.) a agravar os problemas com a disponibilidade de água para as “indústrias de regadio” e a trazer uma maior presença de insetos oriundos do Norte de África, com os riscos e efeitos inerentes, p.e, na atração de turistas (evolução gradual, no horizonte 2030)
- Elevação e volatilidade dos preços agrícolas e aumento dos custos de transporte a longa distância por via marítima (custos de energia), um cenário com implicações potencialmente positivas, em termos de saldo líquido, para o Alentejo ao potenciar condições de preço que valorizam a Região como produtora e exportadora agroalimentar
- Transformação na geoeconomia mundial da energia, com a ascensão do Atlântico Sul e Índico e de países produtores no espaço Lusófono (Brasil, Angola e Moçambique), ocorrendo em paralelo com quebra de importações dos EUA a concentrar os fornecimentos destas regiões na Europa. Neste cenário de evolução, o Porto e a ZIL de Sines poderão ter uma forte expansão que será maior se concretizar o corredor energético ocidental previsto nas Redes Transeuropeias de Energia
- Estagnação/fraco crescimento da economia de Espanha e, em especial, das autonomias da vizinhança do Alentejo, a par da ausência ou não indução de estímulos diretos ao crescimento da economia regional, habituada a encontrar procuras dinâmicas do outro lado da fronteira.

Incertezas Cruciais

- Dinâmica de reformatação da União Europeia e de posicionamento futuro de Portugal nesse processo, com eventuais realinhamentos por blocos geradores de fortes implicações na redistribuição das redes de trocas comerciais, sobretudo de bens transacionáveis
- Impacto do ajustamento estrutural resultante do Programa de Assistência Económica e Financeira sobre os futuros fatores de atratividade (de residentes e de investimento) por parte de Portugal e do Alentejo (disponibilidade orçamental para políticas fiscais e de outras de incentivo ao IDE; de recursos humanos qualificados; dinâmica e qualidade da oferta de serviços e amenidades urbanas que garantam qualidade de vida; desenvolvimento das infraestruturas e serviços de conectividade internacional; ...)
- Padrão de relacionamento económico futuro com Espanha e as Autonomias do País vizinho, com riscos manifestos de fechamento ao comércio externo e a persistência da incerteza quanto ao ritmo de construção das infraestruturas ferroviárias em bitola europeia que permitam a ligação de Sines/Elvas às RTE ferroviárias.

1.3.Arquitetura das Linhas Estruturantes do Desenvolvimento Regional no Horizonte 2020

A visão acerca da trajetória de desenvolvimento da Região, combinada com as prioridades definidas para o País no período de programação 2014-2020, pode ser sistematizada graficamente na Figura seguinte, contribuindo para configurar uma estratégia própria, com capacidade diferenciadora relativamente às demais regiões portuguesas, distintiva das mesmas do ponto de vista do modelo de desenvolvimento a prosseguir, mas com potencial de integração da banda distinta de recursos e potencialidades existentes no Alto Alentejo, na Lezíria do Tejo, no Alentejo Central, no Baixo Alentejo e no Alentejo Litoral.

Arquitetura das Linhas Estruturantes do Desenvolvimento Regional



Os seis pólos da arquitetura estratégica proposta pretendem articular de forma virtuosa as dimensões Inteligente, Sustentável e Inclusiva que se pretende para o crescimento futuro da Região (no enquadramento da Estratégia Europa 2020) e refletem a Visão para o Alentejo 2020:

Um Alentejo com capital simbólico e identidade distintiva, num território dotado de recursos materiais, de conhecimento e competências e de amenidades, aberto para o mundo e capaz de construir uma base económica renovada sobre a sua mais valia ambiental, atraindo residentes, investimentos e atividades geradoras de emprego e coesão social.

A combinatória Crescimento Inteligente/Crescimento Sustentável assume maior destaque na configuração das Linhas estruturantes do desenvolvimento regional procurando valorizar a dimensão económica (Economia dos Recursos naturais e Internacionalização) e fazer emergir um novo paradigma da sustentabilidade que potencie a mais valia ambiental da Região.

Uma Visão com estes contornos implica a **escolha de um modelo de desenvolvimento de especialização regional que combine de forma ambiciosa e criativa a vertente económico-produtiva (geradora de valor e de emprego) com as vertentes da sustentabilidade** nas quais a Região (sobretudo, com as valências ambiente e energia) se posiciona de forma favorável para valorizar, no plano económico e social, uma inegável mais valia ambiental.

Valências do Modelo de Especialização Regional

- Dinâmica de aproveitamento dos recursos naturais existentes, fertilizada pelo conhecimento disponível e em maturação;
- Produção de conhecimento científico e tecnológico existentes e em construção na Região (no âmbito do SRTT), que contemplam vertentes de experimentação e internacionalização e evidenciam articulações interessantes com sectores económicos emergentes e consolidados;
- Potencial de internacionalização que conta com o Complexo de Sines, os recursos minerais (mármore, granitos e minerais metálicos) e o Complexo Agro-Florestal (Alqueva e outros regadios e produção de cortiça). A internacionalização destes ativos do território constitui um vetor-chave para superar muitos dos constrangimentos presentes e para associar a Estratégia Regional ao relançamento económico do País, contribuindo para a redução de importações e para o aumento de exportações.
- Articulação estratégica e operacional na Região entre políticas sectoriais e políticas de natureza mais territorial, nomeadamente, entre as políticas dirigidas à iniciativa económica e as políticas dirigidas ao território e aos seus recursos de excelência;
- Recursos humanos e capital social existentes na Região, um binómio que pode/deve ser reforçado pela capacidade de atrair novos talentos para residir e trabalhar no Alentejo; e
- Capacidade relacional interna e externa do Alentejo, particularmente, das estruturas de cooperação nacionais, fronteiriças ou transnacionais, em que a Região, e os municípios, empresas e instituições que a compõem, já se relacionam e onde, em alguns casos, exercem funções de coordenação importantes.

A **relação Território/Valia ambiental** deve constituir a referência base de suporte à perspetiva estratégica para o Alentejo 2020, uma relação que deverá contemplar de forma coerente e racional um conjunto de vetores significativamente presentes nos diversos contextos sub-regionais do Alentejo, entre os campos da Lezíria do Tejo, os tecidos urbanos, as margens do Guadiana e o Sudoeste Alentejano.

A própria disponibilidade de (e do) território para acolher novas atividades e novos habitantes, valorizando equipamentos já existentes e articulada em torno de eixos e nós de acessibilidade que vão muito para além da dimensão regional, constitui em si mesmo um elemento de valor estratégico central para o Alentejo.

A centralidade deste binómio **Território/Valia ambiental**, expressa nesta configuração estratégica, adquire especial relevância e pertinência na fundamentação dos **Focos principais de atuação estrutural / Prioridades de intervenção** apontados para a Região no horizonte 2020¹ apresentados no Bloco seguinte.

Esta focagem beneficia de níveis enriquecidos de mobilidade/acessibilidade de espaços de valorização dos recursos (AMLisboa, Espanha, Europa e o Mundo), também por via marítima e aeroportuária. A consideração do vetor logística/acessibilidades/conectividade na Estratégia de Desenvolvimento Regional proporciona uma dimensão fulcral à extroversão da Região que deve “contaminar” todas as outras dimensões contempladas na Visão estratégica.

2. Prioridades de Intervenção, Instrumentos e Modelo de Governação

A abordagem das linhas estruturantes do desenvolvimento regional conforme delineada na Figura que suporta a **Visão para o Alentejo 2020** tem vantagem em estabelecer uma combinação virtuosa com a **Estratégia de Especialização Inteligente da Região** e com as **Prioridades e Objetivos temáticos da Política de Coesão**, no enquadramento mais vasto das Prioridades e Objetivos da Estratégia Europa 2020.

A concretização bem sucedida das vertentes da Estratégia de Especialização Inteligente da Região deve remeter para a combinação de seis principais vetores:

- Consolidação do SRTT em matéria de dinamização de projetos e de uma massa crítica de iniciativa e de parcerias estratégicas para rentabilizar investimentos na infraestrutura, em direção à transferência de conhecimento indispensável à transformação do tecido empresarial e à atração de investimentos tanto em setores tradicionais da especialização do Território, como em setores emergentes
- Reorganização do Ensino Superior, Tecnológico e Profissional e da formação técnica especializada do sistema dual (Sistema de Aprendizagem), um dos mais importantes desafios ao desenvolvimento económico e social da Região que convoca o envolvimento interveniente de parceiros públicos, associativos e privados, com base na estruturação de redes de recursos que potenciem as adequadas sinergias educação/ formação/ inovação/ /economia
- Conclusão de um conjunto de *infraestruturas de conectividade regional e externa* (com destaque para os investimentos no Porto de Sines, a ligação ferroviária da fachada atlântica à fronteira com a Europa e ligações Alto Alentejo/Beira Interior) e de *infraestruturas e equipamentos de qualificação do território*, nomeadamente nas áreas da Saúde e dos aproveitamentos hidroagrícolas (redes secundárias do EFMA, ampliação de

¹ Os Focos/Prioridades identificados foram construídos a partir dos contributos para o período de Programação 2014-2020, in *Avaliação Intercalar do INALENTEJO*, desenvolvidos de forma enriquecida pelos contributos e resultados do processo de trabalho desenvolvido pela CCDR Alentejo.

atuais Perímetros de Rega e Barragem do Pisão, no Alto Alentejo), a par de uma efetiva rentabilização de outras infraestruturas de manifesto potencial de que é exemplo o Aeroporto de Beja, nas suas diversas valências

- Estabelecimento de uma relação de forte coordenação entre os apoios ao investimento público e privado (via Sistema de Incentivos) e os objetivos de ordenamento territorial e de desenvolvimento urbano tomando como quadro de referência da programação de investimentos, em infraestruturas e equipamentos de âmbito local e supramunicipal, as opções estratégicas de ordenamento do território estabelecidas nos instrumentos de gestão territorial, de âmbito municipal e regional
- Renovação de capacidades empreendedoras e mobilização de novos atores para robustecer dinâmicas de iniciativa e inovação, combinando as frentes da competitividade e da coesão territorial na atuação dos segmentos do sistema de atores regional (organismos desconcentrados da Administração; associativismo empresarial, de produtores, técnico-profissional e sindical; organizações de Economia Social; Associações de Desenvolvimento Local;...)
- Capacidade de articulação estratégica e operacional à escala regional da atuação de entidades públicas com funções de tutela e gestão de instrumentos de política, tanto organismos desconcentrados como nacionais, sobretudo os que desempenham funções de interface em domínios nucleares para o desenvolvimento regional, nomeadamente no quadro da Estratégia de Especialização Inteligente

2.1. Prioridades de Intervenção no Horizonte 2020

O **Plano de Ação Regional - Alentejo 2020** constitui um quadro de referência para o desenvolvimento regional no horizonte de 2020.

Nessa ótica, as intervenções em matéria de Prioridades de intervenção têm por base a relação entre, por um lado, a arquitetura de linhas estruturantes de desenvolvimento regional, designadamente o conjunto de ativos estratégicos regionais que lhe dão suporte e, por outro lado, as Prioridades Temáticas da Política de Coesão as quais estabelecem uma relação forte com as vertentes-chave da Estratégia Europa 2020 (Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo):

- **Competitividade e Inovação** - Prioridade que enquadra o vetor Crescimento Inteligente
- **Desenvolvimento Sustentável** - Prioridade que enquadra o vetor Crescimento Sustentável
- **Formação do Potencial Humano** - Prioridade relevante com enquadramento na resposta a compromissos do Programa Nacional de Reformas e aos vetores Crescimento Inteligente e Crescimento Inclusivo
- **Coesão Social** - Prioridade que enquadra o vetor Crescimento Inclusivo.

O enunciado de Prioridades de Intervenção tem implicações importantes na ótica da programação dos instrumentos de financiamento na medida em que as áreas temáticas de intervenção propostas necessitam de recursos de financiamento dos Fundos Estruturais da Coesão e do FEADER e FEAMP. Com efeito, o espectro de Prioridades de Intervenção interpela:

- (i) Os mecanismos de programação multifundos (ainda em fase de clarificação) que deverão ser acolhidas no seio do futuro PO Regional (designadamente, FEDER e FSE);
- (ii) A mobilização de recursos do Fundo de Coesão (intervenções infraestruturais de fecho de redes, qualificação ambiental, ...);
- (iii) Os recursos do FEADER, no enquadramento das apostas estratégicas referentes à Agricultura de Regadio, à Afirmção do Cluster Agroalimentar e ao Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade (com extensão às zonas costeiras, onde deverão ser mobilizados financiamentos do FEAMP)

A Tabela seguinte estabelece o racional de relação entre os Ativos estratégicos e as Prioridades de intervenção contempladas no **PAR - Alentejo 2020**, identificando também a relação de coerência/enquadramento lógico nas Prioridades Temáticas da Política de Coesão.

Ativos estratégicos regionais	Prioridades de Intervenção regional no horizonte 2020	Prioridades Temáticas da Coesão
1. Inovação: IDT, Competências e Serviços	1. Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Competências	Competitividade e Inovação
2. Território: Ativo para o desenvolvimento (conetividade, recursos e amenidades)	2. Qualificação e Internacionalização de ativos do território - acessibilidades e infraestruturas económicas	
3. Recursos naturais: vetores de (re)configuração da base económica	3. Renovação da base económica sobre os Recursos Naturais e a Excelência Ambiental e Patrimonial da Região	
4. Sistema Urbano: Qualificação do território e regeneração económica e social	4. Qualificação do Território: Redes de suporte e novas dinâmicas territoriais	Desenvolvimento Sustentável
5. Pessoas: Capital Social e iniciativa	5. Qualificações, Empregabilidade e Inclusão Social	Formação do Potencial Humano
		Coesão Social

Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Competências

A vertente **Conhecimento e Competências** assume, pela riqueza de contributos potenciais para o robustecimento dos argumentos competitivos da Região, uma função de condições qualificantes de suporte na articulação e aprofundamento da cadeia de valor subjacente à Estratégia de Especialização Inteligente.

A dinamização de um Sistema Regional de Inovação e Competências deverá assentar no papel das Instituições de Ensino Superior e de Unidades I&D, também envolvidas no processo de estruturação do nascente Sistema Regional de Transferência de Tecnologia, designadamente dotando-as de ferramentas da esfera do potencial científico e tecnológico que deverão permitir gerar sinergias com o tecido empresarial e atrair investimento privado.

As Instituições do Ensino Superior são chamadas a desempenhar um papel relevante no desenvolvimento regional, não apenas na transferência de conhecimentos e na inovação, mas também na investigação de base e aplicada, que sustenta a transferência de conhecimentos, e na

formação superior (inicial, avançada e ao longo da vida), instrumento fundamental da qualificação da população e da atração para a Região de jovens quadros altamente qualificados e de empresas inovadoras e de emprego.

As dinâmicas de crescimento em regiões dotadas de amenidades, tecnologia e boas ligações logísticas, são mobilizadas pelo empreendedorismo e pela atração de investimento, nomeadamente estrangeiro. Em particular, as “start-ups” e “spin-offs” constituem formas eficazes de transferência de tecnologia da Investigação para o tecido económico, uma prioridade a desenvolver pelas Instituições de Ensino Superior e pelas Unidades de ID&T.

Este conjunto de entidades tem um importante papel a desempenhar na promoção do empreendedorismo, organizando (nomeadamente, no espaço das incubadoras tecnológicas) a transferência e a apropriação do conhecimento, em especial pelas PME, com vista à melhoria da sua competitividade no mercado global.

A promoção do empreendedorismo em geral (e não apenas de base tecnológica) deve constituir um desafio permanente para a Região, para o qual devem ser convocadas todas as entidades regionais com intervenção neste domínio, em articulação com a rede de oferta de formação escolar no Ensino Básico e Secundário, dentro do conceito Empreender na Escola, potenciando processos de aprendizagem entretanto desenvolvidos.

As Instituições de Ensino Superior deverão desempenhar um papel decisivo, no duplo patamar da produção e transferência de ciência e tecnologia e da formação superior inicial e avançada e de formação ao longo da vida, contribuindo ativamente para a competitividade e internacionalização da economia, a produção de bens e serviços transacionáveis e a coesão social.

As componentes tecnológicas e científicas e de implementação de redes de transferência de conhecimento e tecnologia, devem incorporar também uma abordagem mais ligada aos processos e aos produtos de modo a aproximar as Unidades de I&D dos desafios e recursos distintivos da Região, contribuindo para o adensamento das cadeias de valor estratégico regionais.

A preocupação com a criação de novas condições de competitividade e de reforço da capacidade produtiva e exportadora das atividades económicas mais relevantes na Região, deverá ser conciliada com o objetivo de criar localmente soluções de inovação social que tenham em conta a população alentejana, mobilizando as suas competências e os seus recursos de iniciativa no paradigma do crescimento inteligente e nas dinâmicas de qualificação, inovação e criatividade que lhes estão associadas.

Qualificação e Internacionalização de Ativos do Território: Acessibilidades, Conetividades e Infraestruturas económicas

A localização do Alentejo e a disponibilidade de (e do) território para acolher atividades económicas constitui um ativo que tem uma forte centralidade na Visão Estratégica para a Região, no horizonte 2020.

No enquadramento deste fator locativo, a internacionalização do território sustentada em projetos como Alqueva e Sines, mas também em atividades económicas com orientação exportadora, pressupõe:

- A valorização das capacidades de transformação agroalimentar geradas pelo aproveitamento produtivo dos Perímetros de Rega, com destaque natural para as dinâmicas de regadio induzidas pelo EFMA (Alqueva)
- O aproveitamento da localização no Alentejo de setores emergentes, com relevo para a aeronáutica e a eletrónica, atividades de grande relevância estratégica e tecnológica com potencial de clusterização (sinergias, a montante e a jusante, com outras atividades económicas e tecnológicas), que pode contribuir para posicionar internacionalmente a Região e o País
- A exploração racional e equilibrada do capital simbólico do Alentejo, traduzido na sua valia ambiental e patrimonial, e que tem forte potencial de atração de fluxos de visitantes que alimentam diversos segmentos da procura turística, mas deve constituir também um forte argumento para atrair novos residentes e fluxos de investimento

Estas dinâmicas poderão gerar fluxos económicos suscetíveis de alimentar valências de tráfego de mercadorias do Aeroporto de Beja e de fundamentar a viabilidade técnico-económica de uma Plataforma Logística Agroalimentar, no interface Alqueva/Aeroporto de Beja, que motiva a fundamentação de uma Iniciativa-âncora específica (cf. adiante Ponto 2.2.2).

O Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (SRTT) e o Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo (PCTA) devem assumir estes setores económicos como âncoras da sua atuação futura, mobilizando parcerias nacionais e internacionais que contribuam para formar competências e estruturar capacidades de investigação e de prestação de serviços estratégicos de alta tecnologia.

A partir do Alentejo e em termos nacionais, o sucesso futuro destes e de outros setores económicos, presentes na Região, muito dependerá das estratégias de diplomacia económica de base territorial que vierem a ser desenvolvidas, para o que a dinamização de uma iniciativa regional de “marketing” regional pode constituir um instrumento-chave.

No domínio da logística empresarial, existem duas dimensões relevantes com interesse regional: a rede logística da AML com forte proximidade a territórios limítrofes do Alentejo ea futura construção da Plataforma Logística de Elvas (Caia – Alto Alentejo).

A logística da AML possui, atualmente, focos logísticos em franca expansão situados na Lezíria do Tejo (Azambuja, Cartaxo e Benavente) que concentram cerca de metade do emprego do Alentejo em atividades logísticas e de transportes podendo vir a articular-se com atuais e futuros investimentos em infraestruturas logísticas.

A Plataforma de Elvas constitui um projeto de referência regional e nacional de cariz transfronteiriço que poderá funcionar como uma âncora de desenvolvimento empresarial, nó fundamental na relação dinâmica com o tecido empresarial espanhol. Trata-se de uma aposta essencial para a atração de investimentos e empresas a instalar no Alto Alentejo e proporcionar uma abertura da Região ao mercado global através da intensificação dos fluxos comerciais com recurso ao transporte marítimo. A existência desta Plataforma permitirá, igualmente, o funcionamento em rede com as restantes Áreas de Localização Industrial do Alentejo, facilitando o acesso das empresas ao mercado ibérico alargado e internacional.

Renovação da Base Económica sobre os Recursos Naturais e a Excelência Ambiental e Patrimonial da Região

Esta Prioridade de intervenção afigura-se crucial quer para a concretização das linhas estruturantes de desenvolvimento na ótica do crescimento económico do País, nomeadamente, nas vertentes da redução da dependência alimentar e energética e do fomento industrial, com base em recursos endógenos.

O objetivo estratégico consiste na estruturação gradual de um vasto Complexo de Atividades da Economia dos Recursos Naturais, dotado de escala económica e de iniciativa que permita projetar a Região no exterior e ajude à atração de Investimento Direto Estrangeiro para superar os enormes défices de capital e de tecnologia que o País enfrenta.

Entre os domínios estratégicos dessa aposta destacam-se os seguintes:

- Dinamização de uma base produtiva que potencie económica e socialmente a excelência ambiental e patrimonial da Região, com capacidade para arrastar os Territórios de Baixa Densidade, renovados pelo conhecimento, evoluindo para a estruturação de relações com o mercado interno e acompanhando o esforço de exportação já hoje presente em setores tradicionais com valor estratégico, mas que carece de escala, a partir de processos de organização e de comercialização modernos das produções primárias
- Valorização das atividades regionais competitivas no Complexo de Atividades Agro-industrial e alimentar, englobando o sistema de montado com expressão também na fileira das carnes (sistema de produção extensivo) e na produção de produtos de elevada qualidade com Denominação de Origem
- Dinamização de pequenas fileiras produtivas de base florestal e natural, nomeadamente pinheiro manso/pinhão, resina, caça, pesca de águas interiores, recursos silvestres, cogumelos, plantas aromáticas e medicinais, ...
- Afirmção de mercado (a nível interno e externo) de produtos turísticos (Enoturismo, Turismo cultural, Turismo de natureza, Turismo ativo e de aventura,...), elementos de heterogeneidade pujante do Turismo do Alentejo e do Ribatejo, com significativa expressão de recursos potenciais e de intenções de investimento em diversas sub-regiões
- Desenvolvimento e dinamização de “Clusters” económicos como os tradicionais Vinho e Azeite, as Energias Renováveis (biomassa, fotovoltaica, eólica ...) e a Pedra Natural que poderá evoluir, a prazo curto, para um Pólo de Recursos Minerais onde várias sub-regiões do Alentejo, especialmente o Baixo Alentejo, têm potencial de recursos e capacidade de mineração instalada

Neste conjunto de setores dinâmicos, onde avulta a sustentabilidade na utilização de recursos hídricos, a inserção da Lezíria do Tejo no território regional constitui uma vantagem para conferir uma massa crítica mais ampla para os processos de desenvolvimento económico-produtivo e de sustentabilidade ambiental.

Na abordagem destes vetores-chave, os instrumentos de apoio futuro deverão:

- Estimular o empreendedorismo, nomeadamente tecnológico, em torno de atividades de serviços intensivas em conhecimento que poderá beneficiar do esforço de investimento (realizado, em curso e futuro) no âmbito do SRTT, em incubadoras de base tecnológica;
- Dinamizar o papel das Organizações da Economia Social para contribuir com respostas próprias e em parceria à insuficiência de serviços de apoio de proximidade à população e a uma notória fragilidade da iniciativa empreendedora e de valorização de recursos do património natural, cultural e produtivo, nomeadamente em redes de aglomerados urbanos de pequena dimensão

Qualificação do Território: Redes de Suporte e Novas Dinâmicas Territoriais

No âmbito desta *Prioridade de intervenção* tem-se em vista combinar um leque relevante de objetivos das políticas públicas regionais e intermunicipais:

- (i) Completar respostas às necessidades de qualificação dos sistemas e redes de suporte (p.e., ciclo urbano da água e gestão de recursos hídricos, prevenção de riscos e redes de saneamento), intervenções importantes para a melhoria da qualidade de vida e para atrair investimentos
- (ii) Qualificar os argumentos locativos para captar agentes inovadores e investimentos-âncora em corredores territoriais estruturantes, suscetíveis de induzirem mudanças qualitativas na base económica regional
- (iii) Organizar respostas (materiais e imateriais) face aos desafios da valorização do património cultural e da reabilitação urbana
- (iv) Promover soluções de mobilidade sustentável e de utilização eficiente da energia nos principais centros urbanos da Região

Um novo ciclo de desenvolvimento urbano deve centrar-se prioritariamente na dinamização de funções diferenciadoras que atraiam residentes dotados de qualificações e capacidade de iniciativa, bem como na renovação das vocações estratégicas, nomeadamente dos Centros Urbanos Regionais e Estruturantes da Região.

A modernização das cidades (dotadas de amenidades, atrativas e “inteligentes”) no contexto da organização de um Sistema Urbano Policêntrico, pode beneficiar de uma nova configuração baseada em cidades/territórios, enriquecendo a matriz urbano-rural existente, contribuindo para valorizar um território que alberga um vasto e heterogéneo património natural e construído.

Entre os elementos de suporte a uma nova configuração das cidades avultam as indústrias criativas e as indústrias da cultura que devem ser assumidas na Região como um sector económico com elevado potencial para a plena rentabilização dos fatores identitários do Alentejo (estilos de vida, história coletiva, valores naturais, manifestações de cultura, ...), muitos deles com um elevado potencial de (re)criação artística.

O valor económico das indústrias criativas e da cultura tem vindo a ser gradualmente (re)descoberto por algumas cidades do Alentejo, as quais começam a apostar nestes setores, como forma de dinamização económica e de revitalização de equipamentos e zonas particularmente sensíveis, em termos patrimoniais e arquitetónicos.

As indústrias criativas e da cultura são atividades, que convivem bem com edifícios e zonas nobres das cidades, podem integrar operações de requalificação urbana, nomeadamente, assegurando componentes de iluminação geral e cénica, interpretação, acessibilidade a todos os públicos, limpeza, vertentes igualmente relevantes com vista à promoção da competitividade turística das Cidades.

Na dinamização e animação das cidades, os agentes culturais e criativos têm um papel crucial a desempenhar que poderá ser ampliado mediante a promoção de Redes envolvendo cidades, empresas e agentes de desenvolvimento, que nas dimensões pública, privada e público/privada, mobilizem os agentes do território para alcançar objetivos estratégicos comuns explorando oportunidades de reposicionamento competitivo da Região.

Qualificações, Empregabilidade e Inclusão Social

Esta *Prioridade de Intervenção* combina as vertentes-chave da Estratégia Europa 2020 situadas no terreno da *Formação do Potencial Humano*, da qual se esperam contributos de resposta a compromissos do Programa Nacional de Reformas (abandono escolar e formação superior) e intervenções em matéria de qualificações dinamicamente ajustadas às necessidades de empregabilidade e inclusão.

A abordagem da **Formação do Potencial Humano na Região** deve assumir uma dupla face (na integração de objetivos e na construção de parcerias) estabelecendo um desafio crucial para as respostas a dinamizar pelas Instituições de Ensino Superior, pelas Escolas Secundárias e Profissionais e pelas Entidades Formadoras (públicas, associativas e privadas) tanto no plano das qualificações, como no plano da prestação de serviços de excelência e no estabelecimento de relações pró-ativas com o tecido social e empresarial da Região (existente e a atrair).

Esta aposta no sistema de formação (mais visível nas vertentes da formação superior, inicial e avançada, na aprendizagem e na formação técnica especializada) deverá desempenhar um papel charneira na *atração de investimentos em atividades que fixem recursos humanos qualificados, estimulando um perfil de maior profissionalização de quadros intermédios*, com vantagens para o reforço da empregabilidade e visando construir uma economia amiga do emprego.

A constituição de consórcios entre Instituições do Ensino Superior e empresas e entidades de interface do tecido económico, poderá representar um importante contributo para: (i) melhorar as competências do capital humano nos elos-chave da formação escolar e profissional regional, com apostas mais visíveis e reforçadas na formação em alternância (Aprendizagem), na formação técnica especializada e avançada (Centros de Formação e Instituições de Ensino Superior) e na formação-consultoria; e (ii) valorizar as competências obtidas em contexto de formação.

A eficácia e eficiência das intervenções no domínio do capital humano tem-se deparado, no entanto, com problemas de sobreposição de ofertas formativas aconselhando a necessidade de equacionar expressamente os desafios da reorganização do Ensino Superior, Tecnológico e Profissional. Esta reorganização deverá equacionar a necessidade de incentivar formas de articulação entre as IES da Região para fomentar não só a prestação de serviços nas áreas da gestão empresarial e a empregabilidade futura dos seus alunos, mas também o espírito empreendedor e o apoio à criação de empresas que possam contribuir para densificar o tecido

empresarial dos territórios envolventes. Essa articulação deverá abranger também unidades dos sub-sistemas de formação escolar e profissional, com forte relação com o tecido empresarial e trabalho realizado em matéria de apoio à empregabilidade.

A problemática da **Inclusão** e do **Emprego**, está refletida nos Pressupostos do Acordo de Parceria identificando os elementos chave da abordagem integrada a adotar em zonas geográficas com necessidades específicas. Nesse contexto, é referido que “as intervenções públicas de combate ao desemprego e à pobreza e exclusão social deverão adotar uma abordagem transversal que tenha em consideração aspetos como: a complementaridade entre as diversas áreas setoriais de política pública; a incorporação de um modelo de governação multinível, que incentive a dinamização da rede solidária nacional, valorizando a cooperação entre as Administrações Públicas, as empresas e o setor não lucrativo”.

2.2. Prioridades de Intervenção - Abordagem Preliminar na Ótica da Programação

O PAR Alentejo 2020 sistematiza um conjunto de elementos de aproximação preliminar à programação, no enquadramento das Prioridades e Objetivos temáticos de acesso e utilização dos Fundos Estruturais da Coesão (FEDER, FSE e Fundo de Coesão) e do FEADER E FEAMP.

No plano dos instrumentos de financiamento permanecem algumas indefinições em matérias cruciais para o desenvolvimento regional, com destaque para o estabelecimento de fronteiras, nomeadamente quanto ao enquadramento de Objetivos Temáticos e Prioridades de Investimento, entre os PO Temáticos (Nacionais) e o PO Regional.

Em algumas dessas matérias-chave (p.e., grandes investimentos de qualificação do território, sistemas de incentivos ao investimento privado, formação de competências e inclusão social), essa clarificação de fronteiras afigura-se crucial tanto mais que os recursos financeiros tenderão a ser menores, num contexto de focagem e seletividade mais exigente que no passado.

Na fase atual, existe também uma relativa indefinição quanto aos mecanismos de articulação entre diversos instrumentos inovadores de novo período de programação tanto na relação com o PO Regional e outros PO, como na concretização da Programação multifundos de que são exemplo os ITI (territoriais e temáticos), as AIDUS e o DLBC/ Abordagem LEADER. Trata-se de novos instrumentos de programação que remetem para um envolvimento das comunidades territoriais no seu próprio desenvolvimento (formulação de estratégias e capacidade decisão na gestão e implementação), características que genericamente conferem maior abrangência ao Plano de Ação Regional.

A Resolução do Conselho de Ministros nº 33/2013, de 20 de Maio, estabelece um conjunto de orientações a ter presente na Abordagem Territorial das Prioridades de intervenção sendo de reter, para os objetivos do **PAR - Alentejo 2020** e o posicionamento e trabalho futuro dos parceiros regionais, as seguintes orientações:

- Os novos instrumentos previstos no quadro regulamentar comunitário (ITI e DLBC), deverão permitir mobilizar, em simultâneo e de forma coordenada, financiamento de diversos Fundos, Eixos prioritários e PO a favor da prossecução de uma estratégia territorial coerente

- No próximo ciclo de programação as entidades intermunicipais deverão dinamizar ITI à escala NUTS III (ou agrupamentos de NUTS III contíguas) escala que servirá, igualmente, de referência para assegurar a coerência estratégica de outras intervenções de cariz local, em territórios urbanos, rurais ou nos espaços de articulação entre ambos
- O DLBC deverá concretizar estratégias integradas e multisectoriais de desenvolvimento local, a gerir pelos Grupos de Ação Local (GAL) que vierem a ser reconhecidos, cuja conceção deverá ter em conta as necessidades e potencialidades locais, incluindo as respetivas características inovadoras. O território de referência para operacionalização do DLBC deverá ser o mais adequado para a concretização do desígnio de cada operação, correspondendo, preferencialmente, a áreas sub-regionais que integram NUTS III
- As *Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS)* pretendem estruturar operações fundamentadas e especificadas em estratégias de desenvolvimento sustentável que considerem a relevância dos sistemas urbanos na dinamização do crescimento e do emprego, da competitividade e da inovação, e também da qualidade de vida. As AIDUS são suscetíveis de financiamento através do FEDER, FSE e FC e a sua gestão será formalmente contratualizada com a ou as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais financiadores

Neste enquadramento, e tendo presente que a estruturação do futuro PO Regional seguirá de perto um Template que formaliza as relações pré-existentes entre Prioridades Temáticas/Objetivos Temáticos/Prioridades de Investimento dimanados das orientações para a programação que sequenciam a Estratégia Europa 2020, o **PAR - Alentejo 2020** opta por aprofundar contributos para a programação sob o formato de **Iniciativas-âncora de suporte às Prioridades de Intervenção**.

As **Iniciativas-âncora** apresentadas procuram responder a problemáticas-chave do desenvolvimento regional, designadamente na resposta a vetores determinantes para o sucesso da Estratégia e adotam uma perspetiva de seletividade e focagem que, em geral, envolve uma abordagem de financiamento multifundos e uma pluralidade de atores regionais a implicar na promoção das operações (e na implementação das mesmas).

A composição das Iniciativas-âncora, nos domínios relativos à economia regional, têm um centramento em atividades de especialização a que se pretende atribuir prioridade no âmbito do futuro PO, nomeadamente por corresponderem a cadeias estratégicas regionais; tal não invalida o apoio a outras atividades económico-produtivas sempre em função da qualidade dos projetos e do seu impacto, em termos do desenvolvimento regional e do emprego.

As dinâmicas de investimento privado nas atividades dos sectores integrados nas Iniciativas-âncora e noutros sectores serão enquadradas pelo Regulamento Específicos dos Sistemas de Incentivos, ao abrigo dos quais se fará o acesso às ajudas públicas ao investimento económico empresarial.

Este exercício não esgota, naturalmente, o campo de intervenção dos Eixos Prioritários do futuro PO Regional e as Tipologias de Ação identificadas as quais deverão ter enquadramento no POR e nos PO nacionais dos Domínios de intervenção das Iniciativas.

Prioridades de Intervenção regional no horizonte 2020	Iniciativas-âncora
1. Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Competências	1. Sistema Regional de Inovação
2. Qualificação e Internacionalização de Ativos do Território – Acessibilidades, Conectividades e Infraestruturas Económicas	2. Qualificação e Promoção de Infraestruturas Económicas e de Suporte Logístico.
3. Renovação da Base Económica sobre os Recursos Naturais e a Excelência Ambiental e Patrimonial da Região	3. Economia do Mar
	4. Agricultura de Regadio
	5. Plataforma Logística Agroalimentar
	6. Turismo Alentejo e Ribatejo
	7. Património e Cultura
	8. Economia Verde
4. Qualificação do Território: Redes de Suporte e Novas Dinâmicas Territoriais	9. Áreas Protegidas
	10. Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade
	11. Sistema Urbano Policêntrico
5. Qualificações, Empregabilidade e Coesão Social	12. Pacto Regional para a Qualificação, o Emprego e a Inclusão Social
	13. Economia Social

Em circunstâncias justificadas, perspetiva-se que algumas Iniciativas-âncora possam evoluir para o formato de Investimentos Territoriais Integrados de natureza Temática, conforme estabelecido nos Pressupostos do Acordo de Parceria aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros de 20 de Maio de 2013, a qual contempla a possibilidade de concretizar ITI dirigidos a operações em domínios de intervenção limitados e selecionados noutras configurações territoriais que não a NUTS III.

A composição das operações a enquadrar nestes ITI, poderá fundamentar o acesso a recursos do PO Regional, de PO Nacionais (p.e., Competitividade e Internacionalização; Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos; Inclusão Social e Emprego; e Cooperação Territorial) e PO FEADER e FEAMP.

2.2.1. Sistema Regional de Inovação

Elementos de Contexto

Os constrangimentos relacionados com os reduzidos níveis de transferência de tecnologia, conhecimento e inovação, requerem uma dinamização ativa do Sistema Regional de Inovação do Alentejo, assente nas instituições regionais do Sistema Científico e Tecnológico e em outras entidades participantes no processo de estruturação do nascente Sistema Regional de Transferência de Tecnologia do Alentejo (SRTT), no âmbito de uma estratégia mais ampla de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente.

A ação de intermediação entre os centros de conhecimento e I&D e as empresas afigura-se uma componente indispensável dado que grande parte das empresas da Região apresenta, ainda, fragilidades ao nível do diagnóstico dos seus problemas de competitividade.

O Programa Estratégico do SRTT e do Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo (PCTA), 2011, contempla um conjunto relevante de intervenções que importa visitar à luz das capacidades e

dos recursos de iniciativa e concretização existentes na Região e/ou mobilizáveis: (i) Sistema de *Business Intelligence*; (ii) Sistema de *Science e Technology Intelligence*; (iii) Sistema Territorial de Promoção e Gestão da Atratividade Económica e Tecnológica; (iv) Sistema Informacional de Memória do Território; (v) Sistema de Apoio ao Empreendedorismo e à Investigação; (vi) Sistema de Incubadoras de Base Tecnológica; (vii) Sistema de Infraestruturas com Forte Potencial Sinérgico; (viii) Sistema de Infraestruturas de Zonas Industriais e Parques Industriais e Tecnológicos; e (ix) Sistema de Infraestruturas Científicas e Tecnológicas.

Racional de Intervenção

O objetivo central consiste em reforçar o potencial científico e tecnológico da Região, atuando de forma complementar e em articulação com o tecido empresarial, através da dinamização e potenciação do SRTT e das suas componentes: Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, Rede Regional de Ciência e Tecnologia, Incubadoras e Infraestruturas Científicas e Tecnológicas.

Este objetivo, aliado ao Programa Estratégico, estabelece um referencial para enquadrar com racionalidade e coerência um conjunto de medidas e ações dirigidas ao reforço das infraestruturas do SCT e da organização dos agentes de mediação e transferência de conhecimentos e tecnologia da Região, com relevantes expressões de projetos e ações a nível sub-regional, algumas das quais com níveis interessantes de articulação com cadeias de valor estratégico setorial.

A existência de uma intervenção que atue na ligação entre as necessidades de apoio detetadas e a construção de repostas tecnológicas adequadas, deve incentivar a criação de maiores laços de ligação entre as empresas e os fornecedores e prestadores de serviços de apoio técnico e tecnológico, através do levantamento e análise das necessidades técnicas e tecnológicas nomeadamente no seio das empresas.

O perfil de apoios ao reforço do potencial científico e tecnológico da Região deve garantir uma estreita coerência com as Prioridades da Especialização Inteligente Regional, não estando previsto o apoio à criação e ao funcionamento de novas entidades.

Tipologias de Ação

- Intervenções previstas no âmbito da instalação e consolidação do PCTA (oferta de espaços e serviços para empresas e empreendedores, cooperação estratégica nos domínios científicos do PCTA, revitalização urbana - ações inovadoras em áreas de C&T)
- Requalificação e desenvolvimento de infraestruturas de Investigação e de Ensino Superior de modo a favorecer a atratividade das IES da Região (estudantes e meio empresarial)
- Apoio à criação e funcionamento de estruturas de interface IES - empresa e de proteção da propriedade intelectual (aberta à comunidade empresarial e às instituições)
- Apoios ao lançamento de “spin-offs” e “start-ups”, compreendendo capital de risco para a inovação empresarial
- Bolsas para realização de Mestrados e Doutoramentos em contexto empresarial
- Atribuição de “prémios para inovação no Alentejo” englobando prémios a projetos de I&D, prémios a novas empresas de base tecnológica formadas na Região

- Criação de um sistema de bolsas de formação avançada para estudantes e investigadores de elevado potencial
- Criação de patentes de base tecnológica
- Criação de um fundo de apoio à excelência científica

2.2.2. Qualificação e Promoção das Infraestruturas Económicas e de Suporte Logístico

O papel das infraestruturas de acolhimento empresarial e logístico no desenvolvimento regional e, em particular, na atratividade de investimento produtivo deve merecer séria reflexão por parte das entidades promotoras (sobretudo, Câmaras Municipais) e entidades reguladoras (Economia e Ordenamento do Território), para construir uma visão compreensiva dos fatores críticos do dispositivo existente tendo em vista definir prioridades e critérios de seleção dos investimentos.

↳ Elementos de Contexto

No horizonte 2020, afigura-se indispensável uma abordagem decidida de **Qualificação e Promoção das Infraestruturas económicas e de suporte logístico existentes do Alentejo**, enquanto instrumentos-chave para captação de investimento, mediante:

- Rentabilização e dinamização das infraestruturas económicas existentes (nomeadamente, os parques industriais, os parques e as zonas de feiras e de exposições, as áreas industriais, as plataformas logísticas e as incubadoras de empresas).
Esta dinamização das diferentes infraestruturas económicas e equipamentos de forma a gerar efeitos multiplicadores entre si e de conjunto, deverá evoluir para um sistema regional de infraestruturas económicas, como instrumento de atração de investimento e suporte de futuras estratégias de especialização económica e de especialização inteligente para o Alentejo.
- Coordenação estratégica das infraestruturas de transporte existentes na Região (Porto de Sines, Aeroporto de Beja, aeródromos municipais e principais infraestruturas rodoviárias e ferroviárias regionais).

No âmbito de novas infraestruturas económicas e de suporte logístico, salienta-se o projeto da Plataforma Logística de Elvas, composto por dois terminais intermodais (ferroviário e rodoferroviário) e áreas logísticas especializadas e multifunções. Esta Plataforma poderá preencher uma lacuna existente na articulação com o mercado espanhol e a uma maior ligação à infraestrutura portuária de Sines, potenciando o seu *hinterland* no Alentejo e combinando reais âncoras de desenvolvimento em áreas económicas territorialmente distintas na Região.

↳ Racional de Intervenção

Esta vertente da qualificação global e específica do suporte infraestrutural de base económica, que deverá encontrar modalidades de articulação e atuação coordenada com a gradual estruturação de componentes do SRTT (cf. Iniciativa-âncora 2.2.1.) pressupõe assumir como objetivos da Região, com incidência na programação 2014-2020, nomeadamente os seguintes:

- Finalização de infraestruturas e interfaces de conectividade internacional (Ferrovia para mercadorias, Expansão do Terminal de contentores de Sines e Expansão dos Terminais

energéticos, ...). Trata-se de dotar o Porto de Sines de uma ligação ferroviária competitiva numa lógica de integração nas RTE-T e, depois de concluídos alguns melhoramentos noutros troços, garantir a construção das novas ligações Sines - Grândola Norte - Variante de Alcácer do Sal e Évora - Caia, permitindo encurtar as distâncias à fronteira e ao centro geográfico da Península Ibérica em cerca de 200 km

- Completamento de eixos rodoviários (nomeadamente, as Auto-estradas e os IP) vitais para articulação do território e também para a relação com a fronteira e a Europa. Entre as principais intervenções que, decerto, vão carecer de novos ciclos de investimento público (comunitário e nacional), deverão ter prioridade: as ligações facilitadas à AML, a continuidade do IP2 (ligação da A23 à A6), e ligação entre Évora e Beja, a par da adoção de uma solução adequada para a ligação entre Sines e a Auto-estrada A2. Trata-se de importantes vias facilitadoras de comunicação interna ao território e para fora da Região
- Qualificação dos espaços de acolhimento empresarial e logístico em matéria de ordenamento e infraestruturização e de multifuncionalidade, no acesso a fontes de energia, serviços TIC CLOUD, redes de Comunicação de Alto Débito para empresas, redes empresariais e apoio de regulação institucional
- Reforço das competências existentes em matéria de infraestruturas de base para a implementação das novas tecnologias de informação, para dar eficácia e eficiência às conexões em rede dos atores regionais, visando a abertura da Região e da integração em espaços e redes mais alargadas
- Dinamização de Áreas de Localização Empresarial temáticas das cadeias de valor estratégico regional, nomeadamente do Cluster agro-industrial

Tipologias de ação

Aspetos centrais na definição de prioridades para a Qualificação e Promoção das Infraestruturas Económicas:

- Qualificação das Áreas de Localização Empresarial (acesso a fontes de energia, instalação de comunicações de banda larga, ...)
- Desenvolvimento de mecanismos de articulação em rede (intermunicipal)
- Conceção de projetos que integrem a Região em espaços e redes mais alargadas
- Promoção da articulação destas Áreas com as infraestruturas do Sistema Regional de Inovação, p.e., com a instalação seletiva de incubadoras de empresas que facilitem a instalação de unidades inovadoras e a fixação de jovens altamente qualificados
- Promoção da gestão integrada e profissional de parques empresariais e outras infraestruturas de acolhimento empresarial;
- Apoio ao desenvolvimento de redes de cooperação entre empresas e/ou sectores, em especial no que se refere ao marketing e à colocação de produtos nos mercados (nacionais e externos)
- Fomento da produção a acesso a serviços tecnológicos avançados

2.2.3. Economia do Mar

↳ Elementos de Contexto

A extensa frente marítima da fachada atlântica do território alentejano detém um elevado potencial, não só pelas suas características naturais, como também pelos recursos diversificados que disponibiliza para o desenvolvimento da Região, por via das tradicionais atividades pesqueira e turística e de novas atividades, emergentes e socialmente necessárias, com destaque para a produção de energia e para a biotecnologia e a química, particularmente no que se refere a investigação e exploração de novas alternativas nos domínios da alimentação, medicina, transportes e saúde.

O tradicional setor das Pescas, caracterizado por unidades familiares de pequena e média dimensão mas dotadas de meios tecnologicamente avançados, apresenta uma fraca expressão económica na Região e contributos reduzidos para o total nacional.

A costa alentejana apresenta boas condições para o desenvolvimento da aquicultura com espécies inovadoras e uma boa localização para a transformação do pescado, atividade em expansão e que contribui para o aumento das exportações, embora ainda não tendo atingido o seu potencial no contributo para a crescente procura de produtos do mar.

A existência de comunidades que estão implantadas na Região e se dedicam à atividade da pesca e das apanhas, assegura uma diversidade de funções que interagem com a agricultura e o turismo, facilitando o processo de reconversão económica e social das atividades piscatórias, em conformidade com as prioridades estratégicas do FEAMP, no contexto do Desenvolvimento Sustentável das Zonas Costeiras.

A prossecução da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, compreende dois objetivos especialmente relevantes para a Região:

- Concretizar o potencial económico, geoestratégico e geopolítico do território marítimo nacional, tornando o Mar - Portugal num ativo com benefícios económicos, sociais e ambientais permanentes
- Criar condições para atrair investimento, nacional e internacional, em todos os setores da economia do mar, promovendo o crescimento, o emprego, a coesão social e a integridade territorial. (cf. Documento da *Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020*, pg. 56)

↳ Racional de Intervenção

Além da promoção e exploração sustentável dos recursos, os grandes desafios têm a ver com a valorização do capital humano, o empreendedorismo e as profissões do sector da pesca, criando condições locais para a formação profissional, bem como promover a melhoria do modelo organizativo e da competitividade das unidades de produção, de forma a enfrentar a concorrência e diminuir a vulnerabilidade da atividade às oscilações dos preços dos fatores.

No que se refere ao potencial relacionado com as atividades emergentes, ainda incipientes na Região, perspetivam-se oportunidades associadas ao desenvolvimento de competências na área das energias renováveis offshore e de produção de biocombustíveis a partir das algas, assim como na utilização da robótica e de TIC associadas às atividades marítimas e marinhas que permitirão,

entre outras áreas, o desenvolvimento de sistemas de observação da terra e a pesquisa e exploração de recursos vivos e não vivos, para a biotecnologia e a extração de recursos minerais.

No turismo e lazer destaca-se o turismo náutico, referenciado na revisão do PENT como produto em desenvolvimento no Alentejo e com a necessidade de sensibilizar os Municípios para a qualidade e boas condições de acesso às praias, divulgar os eventos internacionais e promover a oferta de surfing.

Em termos logísticos e de afirmação competitiva, o reforço da sustentabilidade do transporte de mercadorias está associado à promoção de alterações modais para modos menos poluentes e como alternativa de ligação numa lógica de custo-benefício, como o transporte marítimo (deepseashipping, short seashipping e auto-estradas do mar), em articulação com os portos e as plataformas multimodais (Porto e Plataforma Logística de Sines).

Tipologias de Ação

Setor tradicional da pesca e aquicultura:

- Promover o empreendedorismo e apoiar o desenvolvimento de empresas com potencial de exportação
- Consolidar a fileira da pesca e da produção aquícola e adaptar a capacidade de transformação do pescado ao potencial crescimento produtivo associado à aquicultura
- Incentivar a concentração da oferta e uma maior organização dos produtores do pescado
- Apoiar o uso das TIC para redução de custos de contexto nas atividades marítimas
- Promover a renovação geracional e o rejuvenescimento do setor, bem como melhorar o nível de educação e de competências dos pescadores
- Melhorar as competências em gestão em todas as atividades da economia do mar, em particular nas pescas e aquicultura e indústria transformadora do pescado
- Fomentar a mobilidade entre setores como a pesca e o turismo marítimo e a aquicultura
- Criar mecanismos de definição e promoção de carreiras, contribuindo para a dignificação e valorização dos profissionais do setor

Atividades emergentes e sustentabilidade:

- Apoiar as PME na área de produtos e serviços de TIC, designadamente associados às atividades marítimas
- Apoiar as empresas facilitadoras de negócios inovadores e a start-ups em atividades marítimas
- Melhorar acessibilidades tecnológicas e fomentar a utilização de soluções inovadoras sob a forma de serviços partilhados
- Alargar a implantação da banda larga e a introdução das redes de elevado débito através do “ConnectingEuropeFacility”, assim como de Tecnologias Facilitadoras Essenciais (KET) em associação às atividades marítimas

- Fomentar o desenvolvimento de atividades de I&D diretamente relacionadas com as potencialidades dos recursos pesqueiros regionais e a sua aplicação empresarial
- Reforçar o interesse na consolidação e expansão de centros de excelência ligados ao mar e ao oceano, nas suas diversas componentes
- Desenvolver o setor energético, através de energias renováveis offshore, com efeito de arrastamento a atividades de construção de plataformas offshore, de criação de áreas piloto, de ligação às redes elétricas onshore e de utilização de robótica e de TIC que acrescentarão valor à economia nacional
- Promover o transporte marítimo (“deepseashipping”, “short seashipping” e auto-estradas do mar), em articulação com o Porto de Sines e as plataformas multimodais
- Promover a articulação entre a gestão integrada das zonas costeiras e o ordenamento do espaço marítimo
- Fomentar o ensino de novas profissões ligadas a atividades marítimas em desenvolvimento (náutica, cruzeiros, aquicultura, energias offshore, biotecnologia marinha, recursos minerais marinhos,...).

2.2.4. Agricultura de Regadio

Elementos de Contexto

Os Perímetros de rega da Região (do Vale do Sorraia à bacia do Mira) apresentam um potencial acentuado de crescimento agrícola e agro-industrial, não só por si próprio como também pelo efeito de arrastamento que pode exercer nos regadios coletivos e privados da Região e mesmo nas áreas de sequeiro associado nas explorações beneficiárias.

No caso do Perímetro de Alqueva, os primeiros impactes a nível da produção estão já à vista com os contributos para a modernização e expansão da fileira do olival/azeite, da cultura do milho e da introdução de novas culturas temporárias (p.e., papoila para extração de morfina). As culturas hortofrutícolas, mais exigentes, estão também a ter uma expansão importante, incentivada por capitais externos, que se prevê venha a viabilizar futuros investimentos em infraestruturas adequadas à comercialização, transformação e logística, contribuindo para estruturar um complexo de atividades que deverá permitir a retenção de valor acrescentado na Região.

Racional de Intervenção

A conclusão do Empreendimento de Alqueva revela-se fundamental para promover a alteração do Modelo Agrícola Regional, alicerçada na introdução de novas tecnologias e na produção de novos produtos, que vão conferir um espetro de rentabilidade maior às explorações beneficiadas, com base em produções agrícolas e agroalimentares tecnologicamente evoluídas, de alta produtividade, ambientalmente sustentáveis e orientadas para a exportação. O desenvolvimento e a inovação agrícola e agro-industrial terão, dada a dimensão/escala do Empreendimento, um efeito demonstrativo e um efeito de arrastamento junto de outros regadios públicos e privados da Região.

Em complemento da nova ruralidade competitiva, fruto das agriculturas intensivas de regadio, o incentivo à estruturação de uma base agro-industrial deve constituir um objetivo estratégico

regional, para maximizar a retenção de valor na Região. A existência de conhecimento científico e tecnológico nas IES e Unidades de I&D do Alentejo e o trabalho desenvolvido, nomeadamente pelo Agro-Cluster do Ribatejo, poderão contribuir particularmente para essa dinâmica de reforço da cadeia de valor.

Este reforço deve envolver o apoio a investimentos de modernização dos aproveitamentos hidroagrícolas, de manutenção de elevados padrões de qualidade e, ainda, de criação de incentivos ao aparecimento de agro-indústrias e de plataformas comerciais e de logística associadas aos Perímetros de Rega, bem como serviços de apoio.

Em síntese, o desenvolvimento dos aproveitamentos hidroagrícolas existentes (nas diferentes sub-regiões da Lezíria do Tejo ao Baixo Alentejo) e identificados (p.e., Barragem do Pisão - Crato), pode contribuir ativamente para o objetivo da competitividade, agrícola e agro-industrial, com a criação de valor e emprego e impacto positivo na balança comercial, apresentando grande potencial de crescimento no horizonte 2014-2020.

Este objetivo está presente no desígnio da Estratégia do próximo Programa de Desenvolvimento Rural, em preparação pelo GPP/MAMAOT no quadro da programação do FEADER.

Tipologias de Ação

Este ponto ilustra a diversidade de ações e investimentos que é necessário realizar, de uma forma integrada, para obter os efeitos esperados na Agricultura de Regadio e contribuir para atingir os objetivos estratégicos europeus e nacionais no próximo período de programação 2014-2020.

Trata-se de um leque de investimentos que interpela a articulação de instrumentos de financiamento, sobretudo, entre FEDER e FEADER, ou seja, entre os futuros PO Regional e PO Agricultura e Desenvolvimento Rural.

- (i) *Infraestruturas de rega*: Conclusão das redes secundárias de rega e pequenas obras; Expansão das áreas regadas; Conclusão de Infraestruturas complementares associadas à rede de rega (p.e., rede viária; e eletrificação); e Investimentos de modernização de outros regadios públicos
- (ii) *Ações de emparcelamento*: Desenvolvimento de ações de emparcelamento em zonas de minifúndio
- (iii) *Ações de incentivo ao associativismo agrícola e à concentração e comercialização de produções*
- (iv) *Investimentos nas explorações agrícolas*: Investimentos na reconversão do sequeiro em regadio (p.e., equipamentos de rega); Outros investimentos induzidos pelo regadio (máquinas agrícolas; eletrificação; outras construções e benfeitorias); e Investimentos complementares nas áreas de sequeiro das explorações beneficiadas com o regadio (p.e., instalações agrícolas; e pecuárias)
- (v) *Promoção do uso eficiente da água de rega, incluindo os avisos de rega, a gestão da rega e auditorias aos sistemas de rega*
- (vi) *Organização dos produtores a nível da prestação de serviços às explorações agrícolas*: Apoio à organização dos produtores a nível dos serviços de máquinas (círculos de máquinas; ...); e Apoio à organização dos produtores a nível dos serviços técnicos (p.e.,

serviços de aconselhamento; grupos de auto-aconselhamento;...) e a nível da colocação dos produtos nos mercados (interno e externo)

- (vii) *Investimentos nas empresas de comercialização, transformação e logística*: Apoio à organização dos produtores para a transformação e comercialização; Investimentos em infraestruturas de apoio à transformação e/ou comercialização dos produtos (p.e., equipamento de frio)
- (viii) *Investimentos em I&D, experimentação e inovação*: Realização de projetos conjuntos entre empresas e Centros de I&D no sentido de se realizar investigação aplicada nas áreas da agricultura de regadio, transformação e criação de novos produtos
- (ix) *Investimentos na extensão, demonstração e formação*: Realização de ações que permitam difundir novas práticas, técnicas e culturas, de forma a assegurar um melhor desenvolvimento da agricultura de regadio (Academia de Hortícolas; Academia de Aromáticas; ...); e Realização de ações de formação profissional de agricultores e trabalhadores rurais nas diferentes áreas relativas ao regadio
- (x) *Investimentos na componente ambiental*: Monitorização da qualidade da água, dos solos e da biodiversidade; Compensação ambiental; e Apoios diretos aos agricultores de regadio que se encontram em zonas vulneráveis por forma a adotarem práticas agrícolas sustentáveis do ponto de vista ambiental
- (xi) *Apoios a determinados tipos de sistemas culturais e modos de produção em regimes de qualidade*: Apoio à implementação de determinados tipos de sistemas culturais e modos de produção - Modo de Produção Biológico (MPB), Modo de Produção Integrado (MPRODI); e Apoio à produção em regimes de qualidade
- (xii) *Outros investimentos*: Promoção do empreendedorismo e atração de investimentos; e cooperação transfronteiriça com as regiões espanholas da Extremadura (no âmbito da Euroregião EUROACE – Alentejo, Centro e Extremadura) e com a Andaluzia, no âmbito da Euroregião EUROAAA (Alentejo, Algarve e Andaluzia).

2.2.5. Plataforma Logística Agroalimentar

Elementos de Contexto

O crescimento agrícola e agroalimentar que se prevê venha a ocorrer a médio prazo com a instalação do Perímetro de rega de Alqueva, em particular no setor hortofrutícola, requer a formulação de um projeto integrado logístico que considere a localização de indústrias agroalimentares e a organização futura dos fluxos de transporte, armazenagem e distribuição.

Na campanha agrícola de 2012 foram já regados cerca de 1.500 hectares de hortícolas e 600 hectares de frutícolas, existindo um conjunto de intenções de várias empresas estrangeiras interessadas em investir neste setor nos próximos anos. Assim, no horizonte de 2015 prevê-se uma ampliação sensível das áreas de hortícolas e de frutícolas.

A jusante, as atividades logísticas assumem uma importância decisiva facilitando o manuseamento e o escoamento dos produtos, bem como o surgimento de novas modalidades de

distribuição. No entanto, o seu desenvolvimento exige, pela sua própria natureza e dimensão, estratégias e políticas adequadas de infraestruturas e de ordenamento.

Racional de Intervenção

A criação de uma **Plataforma Logística Agroalimentar** na área de influência de Alqueva constituirá um pólo dinamizador das atividades agrícola e agroalimentar, auxiliando na captação de investimento local e externo para um conjunto diversificado de atividades económicas agrícolas e não agrícolas.

A área de influência da Plataforma poderá estender-se às regiões fronteiriças de Espanha, da Extremadura e noroeste da Andaluzia, com as quais o Alentejo mantém fortes relações de cooperação no âmbito das Euroregiões (Alentejo, Centro e Extremadura - Alentejo, Algarve e Andaluzia). O escoamento dos produtos da Plataforma poderá ser feito a partir de um ponto central, localizado na área de influência de Alqueva, nomeadamente avaliando a viabilidade na localização na confluência do Aeroporto de Beja o que poderia permitir a racionalização de espaços e infraestruturas.

Acresce o apoio que as atividades logísticas podem dar às pequenas produções locais, facilitando a sua colocação nos mercados regionais, nacionais e internacionais, de forma mais regular e inovadora, bem como a eventual integração de certos produtos específicos nas cadeias de distribuição. A maior facilidade de escoamento destes produtos terá, certamente, um efeito positivo no acréscimo de produção local.

A Plataforma deverá estar dotada de infraestruturas e equipamentos adequados e, à semelhança das plataformas logísticas regionais já instaladas em Portugal, evoluir para uma plataforma multimodal, que associe os meios de transporte rodoviário, ferroviário e aéreo (p.e., carga aérea - Aeroporto de Beja), dentro das modalidades tecnicamente possíveis.

Em termos de oferta de serviços, a Plataforma deverá combinar áreas próprias para a localização empresarial, centro de serviços de apoio, operadores logísticos e terminais dos serviços de transporte.

Tipologias de Ação

Para a operacionalização dos apoios aos investimentos públicos e privados, identificam-se as componentes seguintes:

- Ordenamento e construção de infraestruturas e terminais
- Construção de armazéns, equipados para o manuseamento e embalamento dos produtos e de instalações de frio
- Criação de uma imagem de marca do Regadio de Alqueva
- Montagem de laboratórios para análises de qualidade
- Instalação de indústrias agroalimentares
- Instalação de empresas e operadores logísticos
- Instalação de empresas de serviços gerais.

Enquanto projeto regional, a Plataforma poderá dinamizar iniciativas nos seguintes domínios:

- Cooperação interempresarial no sentido de ganhos de escala
- Internacionalização assegurando uma ampla participação nos circuitos comerciais, nacionais e internacionais; de reestruturação competitiva do setor
- Desenvolvimento de processos e produtos e mesmo de clusterização agroalimentar, assumindo uma lógica de rede, agregando os contributos dos territórios da Região com vocações assumidas neste setor

2.2.6. Turismo Alentejo e Ribatejo

↳ Elementos de Contexto

O complexo de atividades do Turismo e do Lazer do Alentejo e do Ribatejo conheceu ao longo da última década uma transformação acentuada, nomeadamente, fruto dos seguintes fatores:

- Afirmção e desenvolvimento do setor do Turismo, através dos projetos empresariais (nas componentes de alojamento, animação e promoção turística), de iniciativas de valorização do património e da dinamização de atividades culturais, recriando a matriz identitária regional, cuja banda larga de Recursos contempla: (i) produtos temáticos enriquecidos (sol e mar, circuitos turísticos, estadias de curta duração, turismo de natureza, residencial e de saúde, gastronomia e vinhos, ...); (ii) variedade de categorias de alojamento (resorts, pousadas, TER, ...); e (iii) dinâmicas de oferta (grandes grupos económicos, promotores particulares, ...)
- Estruturação de um modelo de intervenção por parte da Entidade Regional de Turismo do Alentejo, dotado de base técnica de sustentação estratégica e operacional, estimulando uma relação dinâmica com o tecido empresarial, organizando a promoção externa e privilegiando uma visão integrada que permitiu consolidar a fidelização de segmentos tradicionais da procura e desenvolver novos produtos, numa recomposição da oferta com potencial para atrair novos públicos

↳ Racional de Intervenção

A Entidade Regional de Turismo perspetiva o Alentejo, no horizonte 2020, como “um Destino turístico a chegar à fase da maturidade, certificado e mais competitivo, **com um posicionamento assente nos valores identitários da Região, os quais são reconhecidos internacionalmente.** A Região, que conseguiu assumir um maior protagonismo nos canais comerciais formais e diversificar o seu portefólio de mercados, **vende com sucesso produtos organizados, que foram estruturados no encontro virtuoso das fileiras produtivas do território.**”

Esta formulação enfatizada e fixada na Visão/Desígnio para o Turismo Alentejo 2020 (*um destino turístico certificado ao longo de toda a cadeia de valor e reconhecido internacionalmente pela sua identidade e diferenciação das experiências oferecidas*), é geradora de oportunidades:

- Na ótica da definição de escolhas de investimento dos promotores privados dos diversos segmentos da oferta turística

- Na ótica dos promotores institucionais e privados envolvidos na dinamização e promoção dos bens e serviços que integram o capital simbólico regional (produções agroalimentares (incluindo o vinho, o azeite, os queijos e os enchidos), a gastronomia, o artesanato, as expressões culturais das indústrias criativas, etc.

As Prioridades constantes do Documento de Estratégia da ERT Alentejo definem algumas Intervenções-tipo que deverão integrar as dinâmicas de desenvolvimento futuro, no interface promoção turística do destino Alentejo/promoção dos ativos da Região.

- *Criar e promover território turístico.* Criar e promover, em espaço rural e urbano, um território de excelência para o turismo, incentivando corredores com oferta especializada, disponibilizando produtos rurais e agro-industriais.
- *Requalificar e criar novos produtos turísticos.* Prosseguir o esforço de requalificação dos produtos turísticos (natureza, touring/cultural, náutico, sol e mar, gastronomia e vinhos) e lançando outros para os quais o território demonstre apetência (nomeadamente, cinegético, de saúde e bem estar).
- *Reforçar a promoção.* Projetar um novo posicionamento do Alentejo nos mercados nacionais e internacionais, alicerçado nos conceitos de promoção dirigida e integrada numa abordagem intersectorial regional de potencialidades e recursos.

Tipologias de Ação

- (i) Atividades de Promoção da Marca Alentejo na lógica da promoção integrada, sob a forma de ações coletivas partilhadas por diversos setores
- (ii) Implementação de programas de qualidade e de certificação do Destino
- (iii) Atividades de Reengenharia do Produto Turístico (sistematização da oferta, estruturação de rotas e itinerários experienciais, conteúdos, informação, sinalização, valorização turística de recursos e atrações, jogos de vídeo e outras aplicações que contribuam para otimizar a estadia do turista e facilitar a localização de recursos relevantes)
- (iv) Investimentos em I&D, Experimentação e Inovação, com apoio a projetos orientados para o acompanhamento da atividade turística da Região e para o desenvolvimento de produtos inovadores
- (v) Projetos de Empreendedorismo Inovador na área da animação (turismo náutico, de natureza) e da dinamização do património (turismo cultural), melhorando a sua acessibilidade
- (vi) Programas de Formação Profissional especializados e adaptados aos produtos turísticos regionais (promoção de profissões referenciais agregados, curricula adaptados, ações descentralizadas no território)
- (vii) Agenda Alentejo 3.0 (melhorar uso das TIC por parte de empresas, melhorar acesso aos mercados, propostas de consumo/experiencias, virtualização de cadeias de valor integração de plataformas de comunicação)
- (viii) Operações de regeneração e de competitividade urbana, que qualifiquem o espaço público e promovam a ligação do Turismo às Indústrias criativas e aos eventos

- (ix) Operações valorizadoras da paisagem rural que criem amenidades e serviços de apoio ao turista (ciclovias, passeios a pé, aproveitamento de ramais ferroviários desativados, ...).

Estas tipologias de intervenção deverão equacionar formas inteligentes de enquadramento de financiamento no âmbito dos seguintes instrumentos: Eixos Prioritários do PO Regional; Investimentos Territoriais Integrados (ITI), Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS); Abordagem Leader; e Fundos de Desenvolvimento destinados a grandes projetos turísticos.

2.2.7. Património e Cultura

↳ Elementos de Contexto

O capital simbólico do Alentejo, referência constante da Visão estratégica, reúne um conjunto heterogéneo de recursos que moldam a identidade regional e estão presentes de modo geral, nas diversas sub-regiões, da Lezíria do Tejo ao Baixo Alentejo.

A arquitetura de Linhas Estruturantes de Desenvolvimento Regional refere as amenidades do território e os elementos de património e cultura que caracterizam a Região, sendo de destacar, nestes últimos, os seguintes vetores:

- Património histórico (urbano-monumental), que abrange as Cidades património mundial de Évora e Elvas, com a candidatura de Marvão a fazer o seu caminho junto da UNESCO
- Património de arte sacra, com especial relevância para o trabalho de investigação, restauro e consolidação da Diocese de Beja
- Património etnográfico e de arte popular, com exemplos expressivos no artesanato e no Cante, também a procurar reconhecimento como Património Cultural Imaterial da Humanidade (Candidatura entregue e aceite pela UNESCO, em Março de 2013)
- Património natural, designadamente do sistema agro-pastoril do montado de sobro, com a Candidatura a Património da Humanidade, da responsabilidade da ERT Alentejo, em fase adiantada de organização

Os vetores do Património e da Cultura regional sucintamente descritos (as quais, sem dificuldade e com vantagem, se pode acrescentar o cavalo lusitano e a tauromaquia e os produtos e sabores mediterrânicos), constituem uma mais valia relevante para a estruturação de atividades económicas relacionadas e de suporte (indústrias culturais e criativas, merchandising, comércio enquanto elemento complementar, ...) e para a atração de novas gerações de turistas que procuram destinos com identidade.

↳ Racional de Intervenção

A preservação, recuperação e valorização do património e a criação cultural e artística, como fatores diferenciadores e atrativos da Região, devem envolver apoios à recuperação e conservação patrimonial, ao estudo/investigação e à dinamização de oportunidades económicas.

Também a estratégia de especialização económica para o Alentejo deverá tratar estes elementos identitários, enquanto complexo de atividades com capacidade para gerar riqueza e emprego, desiderato para o qual o SRTT deverá contribuir ativamente assumindo as indústrias criativas e da cultura como uma área especial de trabalho, nomeadamente a partir de núcleos de excelência regionais de que são exemplos, a Escola das Artes e outras estruturas para tal vocacionadas (Laboratório Hércules, CHAIA, etc.) da Universidade de Évora.

A problemática da promoção do Alentejo, enquanto Marca com uma carga simbólica de forte matriz identitária e de recursos e produtos com capacidade diferenciadora em diversos mercados de implantação poderá merecer abordagem ambiciosa, no âmbito desta Iniciativa-âncora com integração de vertentes-produto com força temática agregadora.

Tipologias de ação

No quadro de Objetivos temáticos e Prioridades de investimento que enquadram a programação 2014-2020, os domínios do Património e da Cultura têm um tratamento mitigado o que implica uma abordagem inteligente em diferentes direções de enquadramento que contemplem a proteção, a promoção e o desenvolvimento do património cultural e natural, campos de operações enquadráveis em Prioridades de Investimento dos Objetivos temáticos de apoio a empresas e organizações de interface.

2.2.8. Economia Verde

Elementos de Contexto

O objetivo de afirmação da excelência ambiental responsabiliza a Região na manutenção e melhoramento de parâmetros ambientais perspetivando-se, igualmente, opções de intervenção ao nível da ecoeficiência do ciclo urbano da água. A gestão do sistema ambiental pode mesmo constituir uma das componentes da Estratégia de Especialização Inteligente da Região.

A gestão do sistema ambiental, na perspetiva da economia verde e da continuidade da prestação de um serviço ambiental, fundamenta-se nos serviços ecológicos providenciados por uma matriz “fina” de ocupação do território, a incorporar numa conta global de balanço ambiental que deve aproveitar as oportunidades de um eco-saldo positivo da Região:

- Aprovisionamento e suporte – alimento/fotossíntese/banco de biodiversidade
- Regulação – climática e da qualidade do ar e da água
- Serviços culturais – recreio e educação
- Áreas classificadas – Banco genético.

No Domínio dos Resíduos, merece referência especial a experiência e atividade do EcoParque do Relvão e respetivos Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos (CIRVER), infraestrutura com valências únicas (a nível regional e nacional) na reciclagem e no tratamento de resíduos (sólidos urbanos, industriais, perigosos, marítimos, ...).

A Economia Verde surge referenciada nos Pressupostos do *Acordo de Parceria* (Seção 3, Competitividade e Internacionalização) que menciona o potencial de crescimento e de criação de emprego em setores emergentes da chamada “economia verde”, onde também no âmbito das energias renováveis, sob diversas formas, a Região tem reconhecido potencial.

Racional de Intervenção

(a) Sistema de Montado

Enquanto sistema agro-silvo-pastoril complexo e único, o Montado faculta um uso multifuncional: produção florestal (cortiça e lenha); produção pecuária extensiva, virada para a produção de qualidade e conservação dos recursos genéticos; plantas aromáticas e medicinais; recursos silvestres (espargos bravos e cogumelos); conservação da natureza (habitats, recursos genéticos, fauna e flora); proteção ambiental e alterações climáticas (proteção contra a erosão, hidrografia e sequestro de carbono); desporto (caça e pesca) e lazer. O desenvolvimento e a inovação, envolvendo estas múltiplas funções poderão vir a contribuir para o objetivo da competitividade em mercados segmentados e circuitos curtos de comercialização.

A paisagem do Montado encontra-se enraizada na identidade regional e os produtos que dele derivam são valorizados pela sua qualidade e especificidade, suportando um conjunto vasto de serviços ambientais que podem ser hoje em dia objeto de certificação, se respeitarem uma gestão sustentável que garanta o suporte destes serviços dos ecossistemas.

Tendo em conta a sua importância e a sua especificidade, prospetiva-se a conservação e valorização do Montado como um sistema de alto valor natural, que suporta um conjunto diversificado de bens e serviços, em parte de natureza pública, ao mesmo tempo que preserva a identidade regional.

A relevância regional do Montado tem, ainda, expressão: na instalação do Observatório do Sobreiro e da Cortiça, em Coruche (parceria e pólo para a divulgação e promoção, transferência de conhecimento e formação profissional para a Fileira da Cortiça); e na Candidatura à UNESCO para reconhecimento da singularidade do montado de sobro, como Património da Humanidade.

(b) Energias Renováveis e Baixo Carbono

A resposta aos objetivos e metas do Pacote Energia - Clima da União Europeia poderá constituir uma oportunidade para o potencial económico do Cluster das Energias Renováveis, o qual tem uma forte expressão de recursos e de investimentos em infraestruturas e equipamentos (nomeadamente, nas vertentes solar, eólica, biomássica, ondas e geotérmica), nas sub-regiões do Alentejo.

No âmbito do Pacote Energia - Clima da União Europeia os objetivos definidos na Estratégia 20-20-20 devem constituir a linha condutora da prossecução dos objetivos regionais no quadro da transição para uma economia de baixo carbono, a qual estabelece as seguintes metas a atingir em 2020: 20% de redução do consumo de energia primária (eficiência energética); 20% de produção de energia por fontes renováveis (recursos endógenos); e 20% de emissões de Gases com Efeitos de Estufa (emissões de carbono).

Em áreas rurais de baixa densidade, existe uma estreita ligação da Economia verde associada ao modelo territorial, no cumprimento de objetivos de promoção da eficiência energética, traduzida nas vertentes seguintes:

- Ecoeficiência da gestão de resíduos, garantindo a preservação de recursos, minimização dos impactes negativos sobre a saúde pública e o ambiente, na aplicação dos princípios de reduzir, reciclar, reutilizar
- Valorização energética das infraestruturas e edifícios a afirmar na política de cidades
- Produção de energia limpa com unidades de microgeração de energia elétrica e térmica baseada em fontes renováveis

Tipologias de Ação

(a) Sistema de Montado

Existe uma diversidade de ações e investimentos que é necessário realizar, de uma forma integrada e que reconheça a especificidade do sistema de Montado, para obter os efeitos esperados e contribuir para atingir os objetivos estratégicos europeus e nacionais no próximo período de programação 2014-2020.

- Investimentos nas explorações agrícolas e florestais* (Florestação de terras agrícolas; Melhoria produtiva dos povoamentos florestais; Gestão multifuncional; e Investimentos associados à pecuária extensiva)
- Apoio à organização dos produtores* (Reforço das organizações de produtores para a conservação e melhoramento dos recursos genéticos; Reforço das organizações de produtores florestais; Criação de organizações de produtores a nível dos serviços técnicos (p.e., serviços de aconselhamento e grupos de auto-aconselhamento); e Criação de estratégias específicas de marketing e de comercialização dos produtos do Montado, eventualmente com a criação de uma marca do Montado e um sistema de certificação)
- Investimentos na I&D, experimentação e inovação*: Investigação aplicada sobre as causas do declínio do montado; Investigação aplicada sobre gestão sustentável do sistema agro-silvo-pastoril, nomeadamente sobre a definição de uma gestão do pastoreio adequada à manutenção do rejuvenescimento do coberto arbóreo e preservação do solo; Experimentação e inovação associada à pecuária extensiva e produção florestal (cortiça); e Investigação sobre formas de valorização dos produtos do Montado
- Investimentos na extensão, demonstração e formação* (Demonstração e extensão de boas práticas de gestão sustentável do montado; Ações de formação associadas à gestão florestal (p.e., poda das árvores e tiragem de cortiça) e à produção pecuária extensiva; e Ações de divulgação sobre os valores do sistema de Montado)
- Investimentos na componente ambiental* (Valorização ambiental dos espaços florestais; Monitorização da evolução do Montado; e Apoios à conservação do montado (habitats, recursos genéticos e fauna e flora); proteção ambiental e alterações climáticas (proteção contra a erosão, hidrografia e sequestro de carbono)
- Outros investimentos*: Investimentos na alteração de modos de produção agrícola (MPB; MPRODI); Investimentos na certificação dos produtos de qualidade originados no sistema

de montado; e Investimentos associados às outras funções do montado: plantas aromáticas e medicinais, recursos silvestres (espargos e cogumelos), desporto (caça e pesca) e lazer

(b) Energias Renováveis e Baixo Carbono

- Dinamização da produção de energia por via do aproveitamento do potencial dos recursos energéticos endógenos (solar, geotermia, biomassa e resíduos agro-industriais)
- Instalação de novas estruturas para aproveitamento de recursos energéticos endógenos, nomeadamente a valorização energética da biomassa, com avaliação da viabilidade de instalação de uma central biotermoelétrica
- Eficiência energética do sector empresarial (comércio, serviços, indústria e agricultura) e do setor público, através da realização de auditorias energéticas e da implementação de medidas de utilização racional de energia e de utilização das energias renováveis;
- Desenvolvimento de modelos de redução da pegada ecológica das empresas e das instituições da Região
- Promoção da construção sustentável e de melhorias no comportamento, no desempenho e na climatização de edifícios
- Implementação de um Sistema de Gestão de Carbono
- Criação de uma Bolsa Regional de Carbono
- Promoção da utilização das TIC para sistemas de distribuição e de abastecimento de água e para sistemas de gestão de energia nos edifícios
- Fomento da implementação de sistemas de prevenção e de gestão de resíduos

2.2.9. Áreas Protegidas

Elementos de Contexto

A gestão das zonas da Rede Natura 2000 contribui para a valorização do património natural e da biodiversidade, assegurando a conservação a longo prazo das espécies e dos “habitats” mais ameaçados da Europa, estancando a perda de biodiversidade. Contribui essencialmente para o objetivo da gestão sustentável dos recursos naturais e ações no domínio do clima.

As Áreas da Rede Natura no Alentejo - Zona de Proteção Especial ou Zonas Especiais de Conservação/Sítios de Interesse Comunitário - sobrepõem-se, no mesmo espaço geográfico e na sua quase totalidade, a áreas agrícolas e florestais o que introduz uma exigência acrescida para os agricultores e proprietários com a conservação da natureza, por oposição a uma produção agrícola e florestal mais intensiva. O menor rendimento agrícola e florestal poderá/deverá ser compensado com apoios públicos que remunerem os serviços públicos prestados e compensem a perda de rendimentos e por outros rendimentos provenientes de atividades turísticas e de lazer.

O Alentejo integra no seu território uma apreciável extensão de Áreas Classificadas em que avultam os Parques Naturais de São Mamede, Sudoeste Alentejano, Vale do Guadiana, e a Reserva Natural do Estuário do Sado, a Reserva Natural do Estuário do Tejo (na parte localizada em Benavente), o Paul do Boquilobo (na parte localizada na Golegã) e os Açudes da Agolada e

Monte da Barca (Coruche). Estes espaços naturais classificados encontram-se, de um modo geral, em áreas deprimidas económica e socialmente e fortemente rurais.

A aplicação, unilateral e não envolvida, de instrumentos de fomento empresarial, de infraestruturas, de diversificação, recuperação de património, animação, turismo ou conservação, tem revelado uma eficácia reduzida em termos de resultados de recuperação do desenvolvimento intrínseco e sustentado e apresenta um evidente desequilíbrio do *ratio* investimento público/resultados. Estes territórios não conseguem gerar atratividade suficiente para atrair investimento privado seja como resultado de “handicaps” estruturais, seja como consequência de “handicaps” administrativos associados ao ordenamento do território.

Racional de Intervenção

A manutenção destas zonas com as características ecológicas que levaram à sua classificação como zonas de grande relevância ambiental, depende da base produtiva que for possível manter e/ou criar de novo nas zonas mais desfavorecidas.

A valorização mercantil dos serviços dos ecossistemas assume uma importância muito grande neste desiderato pelo que se prospecta a conservação das espécies e habitats típicos do Alentejo (preservando a biodiversidade), associada a uma atividade agrícola e florestal sustentável ambiental, económica e socialmente, complementada pela valorização da oferta de serviços.

A solução para o desenvolvimento destas áreas territoriais de exceção deverá passar por incentivar uma dinâmica empresarial privada específica tendo como eixo principal de investimento as atividades de animação, visitação, alojamento, experiências, cultura, gastronomia e fabrico de produtos locais, em complemento a investimentos com incentivos preferenciais na agricultura, floresta e caça, de forma a consolidar um produto turístico diferenciado, competente e competitivo quer em termos nacionais, quer em termos de internacionalização.

Neste sentido, o investimento público deve, preferencialmente, fomentar essa diferenciação e dinamização económica e dar, através de adequados investimentos em infraestruturas, designadamente culturais e de serviços, o ambiente externo às empresas que as ajude a elevar o seu nível de competitividade.

A chave do sucesso de qualquer intervenção assenta na integração de objetivos mas, também e necessariamente, na integração de mecanismos de apoio e incentivos públicos, assim como de cooperação e responsabilização integral em termos de planeamento e de gestão local.

A conceção de um ITI de **carácter temático** deveria englobar operações centradas em objetivos de gestão e valorização das áreas protegidas reconhecendo, assim, a sua especificidade em matéria de gestão territorial a qual incorpora, simultaneamente, a oportunidade de suportar um desenvolvimento sustentado.

O ITI poderia desenvolver-se tendo como experiência piloto o Plano de Gestão do Parque Natural do Vale do Guadiana o que implica a sua aprovação, após processo de concertação alargado, entre as Autarquias, o ICNF, a Entidade Regional de Turismo, as Associações de Desenvolvimento Local e as organizações locais que emanem dos empresários locais.

Este ITI pressupõe um compromisso de gestão territorial no quadro de uma iniciativa demonstrativa e que apenas deve ser aprovado se reunir os requisitos indispensáveis à sua plena

e bem sucedida aplicação: plano de gestão aprovado, programa plurianual de investimentos públicos, um estatuto de gestão e uma comissão de gestão eleita.

Tipologias de Ação

Para o próximo período de programação deverão ter continuidade os três apoios estabelecidos no ProDeR, complementados (integrados) com um conjunto de outros investimentos e ações:

- (i) *Medidas agro-ambientais e silvo ambientais*
- (ii) *Investimentos não produtivos associados a objetivos ambientais*: Investimentos não produtivos (p.e., cercas apropriadas, charcas, pequenas barragens, ...)
- (iii) *Investimentos de promoção turística e de lazer*: Valorização dos serviços dos ecossistemas e Promoção do turismo (p.e., observação das aves, ...)
- (iv) *Monitorização* (Monitorização das espécies e habitats)
- (v) *Investimentos na I&D, experimentação e inovação* (Investigação e conhecimento da Rede Natura, das espécies e habitats)
- (vi) *Investimentos na extensão, demonstração e formação* (Demonstração e extensão de práticas sustentáveis de gestão)
- (vii) *Outros investimentos* (Ações de proteção de espécies específicas (p.e., proteção dos ninhos da águia caçadeira, ...)

Relativamente à ITI para o PN Vale do Guadiana, identificam-se as **Tipologias de ação** seguintes:

- Incentivos Agro e IAA discriminação positiva
- Incentivos à Cinagética
- Incentivos Silvo ambientais
- Incentivos Turismo Rural
- Infraestruturas de pequeno porte
- Investimentos ambientais não produtivos
- Investimentos culturais

2.2.10. Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade

Elementos de Contexto

A valorização económica e social é indispensável ao revigoramento das zonas rurais, conjugando potencialidades locais com atividades tradicionais e soluções de modernidade, numa perspetiva de complementaridade entre territórios, favorável à diversificação, ao empreendedorismo e à sustentabilidade. Como “ativos específicos” da Região persistem alguns traços de identidade, sujeitos a profundas transformações, cujo sentido e intensidade no futuro dependerão da ação conjugada da “iniciativa privada”, bem como da função reguladora que vier a ser exercida pelas medidas de política pública.

O contributo destes espaços rurais para os objetivos da competitividade e do desenvolvimento territorial equilibrado deve ter presente que muitas das atividades económicas que se têm localizado no espaço rural têm atualmente uma menor ligação com a atividade agrícola regional, mas esse facto não deve merecer menos atenção porque são essas novas atividades económicas que podem contribuir para a viabilização futura das localidades rurais.

Racional de Intervenção

Com o objetivo de conciliar a atividade económica com a sustentabilidade ambiental e o emprego e dar condições aos pequenos centros para que se possam afirmar como pólos de dinamização socioeconómica, as futuras políticas públicas com incidência na “valorização socioeconómica do espaço rural” devem assentar, preferencialmente, em três dimensões:

- *Fixação das pessoas no território* – sustentar a perda demográfica a partir da identidade alentejana, tendo em conta a matriz de ocupação espacial regional, enquanto suporte das condições que lhe conferem a sua singularidade
- *Dinamização de atividades económicas* – aproveitamento do espaço rural para atividades sustentáveis, diversificadas e mais especializadas; qualificação do espaço rural e preservação da qualidade das aldeias marcantes na identidade cultural
- *Dinamização do emprego* – de acordo com as diferentes ocupações do território e atraindo mais qualificação para o meio rural

A valorização socioeconómica dos territórios de baixa densidade passa *pelo aproveitamento das oportunidades de negócios associadas aos recursos endógenos (ativos diferenciadores)*, nomeadamente através de:

- Operações integradas de qualificação e dinamização dos pequenos aglomerados populacionais e de centros rurais
- Atividades relacionadas com o turismo, o artesanato e os produtos de qualidade
- Valorização e gestão integrada de sistemas produtivos locais
- Inovação de processos e tecnologias como base da aposta na qualidade dos produtos tradicionais de qualidade com aumento de valor decorrente da transformação, divulgação e comercialização, incluindo a exportação - fatores de apoio acrescido e diferenciador para os investimentos a realizar pelos produtores
- Iniciativas locais de emprego e de apoio à empregabilidade e ao empreendedorismo; dinamização da economia social e combate aos fenómenos de pobreza e exclusão social;
- Melhoria do acesso a serviços coletivos de proximidade, p.e., através das TIC
- Preservação da biodiversidade, sensibilização e educação ambiental

A vertente económica da vida dos pequenos centros também deve ser dinamizada facilitando a instalação de microempresas no espaço rural, através do incentivo a iniciativas e projetos relacionados com infraestruturas de acolhimento (espaços físicos, TIC e serviços comuns de suporte à atividade empresarial) e investimentos imateriais.

Uma *intervenção integrada de dinamização socioeconómica e de articulação entre a agricultura e o desenvolvimento rural*, em que a dimensão estratégica passa a ser mais importante, deve incluir também atividades complementares desenvolvidas nas explorações agrícolas, como por exemplo as atividades turísticas e de lazer. Além de pequenos empreendimentos turísticos, devem ser enquadradas também as iniciativas relacionadas com a animação e promoção turística e de lazer (rotas e percursos...), incluindo a melhoria das condições de visitação, acolhimento e divulgação do património natural e cultural.

Para desenvolver os pequenos aglomerados populacionais rurais, reconhece-se também a importância da animação e dinamização territorial, nomeadamente no enquadramento da abordagem LEADER, entre os GAL que vierem a ser reconhecidos e as entidades com responsabilidades na gestão do território, numa efetiva aproximação aos atores regionais, assegurando uma cobertura mais adequada do território e tirando partido da (re)constituç o de parcerias e ligações.

Esta vertente de animação e dinamização local deve ter a montante a es de suporte relacionadas com a reabilita o do património histórico, arquitet nico e cultural, como forma de melhorar a imagem e a atratividade das zonas dos pequenos aglomerados de baixa densidade.

Tipologias de A o

O potencial heterog neo de recursos dos territórios rurais, deve ser equacionado a partir das Estratégias de Desenvolvimento Local, estimulando a dinamização de parcerias entre entidades públicas (Municípios, Juntas de Freguesia, ...) e privadas, expressas na iniciativa de trabalho dos GAL que vierem a ser reconhecidos, estruturas de apoio efetivo ao desenvolvimento rural-local.

As a es a desenvolver deverão abranger, entre outros, os seguintes domínios:

- Dinamiza o e diversifica o da atividade económica e do emprego em meio rural, instrumentos fundamentais para a atra o de residentes e novas competências
- Desenvolvimento de competências nas zonas rurais e promo o do reforço da coesão territorial e social
- Dinamiza o da iniciativa empresarial com apoio ao associativismo e a projetos para fomentar a cria o de micro, pequenas e médias empresas
- Dinamiza o de processos de transferência de conhecimento para os produtores, p.e., de qualifica o dos produtos de qualidade com Denomina o de Origem
- Capacita o técnico-profissional das Associa es de Criadores e produtores de produtos com Denomina o de Origem, como condi o de suporte   difusão da inova o e   dinamiza o do envolvimento destes em projetos de inova o rural, sobretudo agro-alimentar
- Apoio a a es de inova o social, cultural e ambiental em meio rural
- Apoio   implementa o de serviços de apoio   popula o (a o social, cultura, ...)
- Capacita o institucional das organiza es da economia social e outras com interven o no território
- Forma o para o desenvolvimento e o empreendedorismo locais

- Animação territorial (incluindo serviços qualificados de proximidade, informação, sensibilização, aconselhamento, assistência técnica, acompanhamento e avaliação dos promotores e dos projetos).

2.2.11. Sistema Urbano Policêntrico

Elementos de Contexto

A rede urbana regional e o seu modo consolidado de funcionamento e organização, constituem um vetor fundamental para a sustentabilidade e para o dinamismo económico da Região Alentejo. A consolidação do Sistema Urbano Regional policêntrico assenta na estrutura organizada em torno da tipologia definida pelo PROT Alentejo (Centros Urbanos Regionais, Estruturantes e Complementares), e pelo PROT OVT (Subsistema Lezíria do Tejo), que expressam dinâmicas de concentração de população residente, de estrutura e dinamismo económico e de oferta de equipamentos e serviços, como suporte de funções especializadas.

No subsistema da Lezíria do Tejo regista-se uma dualidade de comportamento nos seus principais centros urbanos, onde os concelhos que se encontram mais próximos de Lisboa registam crescimento, enquanto os mais afastados viram também os seus efetivos demográficos reduzidos.

No âmbito da implementação dos instrumentos da Política de Cidades, grande parte dos centros urbanos da Região beneficiou de intervenções enquadradas por Planos de Ação financiados pelo INALENTEJO, cuja Avaliação Intercalar apreciou os resultados, alcançados com destaque para:

- Pontos fortes (contributos dos projetos): Qualificação e reabilitação urbana (40% dos projetos apoiados no âmbito das RUCI); Qualificação, valorização e divulgação do património, bem como apoio à sua fruição turística; dinamização de atividades culturais; Promoção de energias renováveis; e Valorização e atratividade das áreas urbanas potenciando a fixação de atividades e a atividade turística, por via da melhoria do ambiente urbano e das condições de utilização e vivência dos espaços intervencionados.
- *Pontos fracos*: (i) Fraco contributo dos projetos para a diferenciação e competitividade urbana: reduzido investimento na criação de infraestruturas intermunicipais e fraca ação intermunicipal; e na criação de novas funções / funções diferenciadoras e com potencial de atração de atividades inovadoras; (ii) Elevado peso de projetos de qualificação urbana e de valorização do património e reduzido peso de projetos que concorram para o reforço das funções económicas superiores e para a dinamização económica e a criação de emprego; e (iii) Fraco contributo para o reforço dos CUR nas redes urbanas supra-regionais, pela reduzida relevância estratégica dos projetos apoiados.

Racional de Intervenção

A consolidação de um adequado modelo de organização territorial (bem como a promoção de redes e de fatores dinâmicos de competitividade territorial e urbana e de desenvolvimento sustentável), pressupõem a adoção de modelos virtuosos de organização e articulação territorial de recursos (materiais e imateriais) e de infraestruturas, numa lógica de redes territoriais de desenvolvimento de base regional.

Nesta perspetiva, as políticas e os instrumentos de apoio ao investimento público e ao investimento privado, devem ter como referência as opções estratégicas e os modelos de ordenamento consubstanciados nos instrumentos de gestão (planos de ordenamento do território), atuação que deverá contribuir também para melhorar a coordenação e criar sinergias entre os investimentos setoriais e territoriais.

O estabelecimento de uma relação de forte coordenação entre os apoios ao investimento público e privado e a prossecução de objetivos desenvolvimento urbano, deve constituir um quadro de referência da programação de novos investimentos em infraestruturas e equipamentos urbanos, de âmbito local e supramunicipal.

Neste contexto, o comércio deve igualmente ser valorizado numa perspetiva de revitalização dos centros urbanos e da sua maior vivência por parte das populações, seja como elemento de atratividade seja como apoio e valorização de produtos turísticos locais e regionais.

A articulação das redes de acessibilidade e a organização dos sistemas de transporte em torno de uma mobilidade sustentável torna-se igualmente pertinente, para o que uma visão integrada da mobilidade deverá encontrar soluções inovadoras que vão ao encontro das necessidades dos utentes e promovam a eficiência energética e ambiental. Esta abordagem ganhará, obviamente, consistência no âmbito de planos de mobilidade de âmbito intermunicipal, os quais deverão constituir-se como referencial para todas as intervenções.

Tipologias de Ação

- Delimitação de áreas de Reabilitação Urbana com identificação de ações relacionadas de reabilitação ou reconversão de infraestruturas e equipamentos
- Projetos de requalificação do património e dos núcleos históricos, como estímulo à fixação residencial, com atração de população para as áreas reabilitadas
- Projetos de requalificação e reabilitação urbana
- Projetos de requalificação de zonas ribeirinhas e de zonas urbanas costeiras, em articulação com ações e investimentos que contribuam para a economia do mar
- Projetos âncora ou simbólicos de valorização da economia de baixo carbono, da imagem urbana e da eficiência de recursos, com ganhos de conhecimento e tecnologias na reabilitação transferência das instituições para as empresas
- Infraestruturas e redes de abastecimento de água saneamento básico e projetos de economia da água
- Promoção da mobilidade urbana sustentável e de melhoria dos transportes públicos;
- Promoção da construção sustentável e da utilização de energias sustentáveis nos projetos de requalificação urbana
- Incorporação da vertente energética (eficiência e energias renováveis) nos edifícios públicos nas unidades empresariais e na habitação em geral
- Apoio a iniciativas inovadoras e diferenciadoras (relacionadas com as indústrias culturais e criativas)
- Apoio à inserção em redes internacionais (conhecimento e intercâmbio de boas práticas)

- Monitorização e acompanhamento das dinâmicas territoriais (qualidade de vida, fatores de atratividade, ...), com a sensibilização (formação e educação) ambiental.

2.2.12. Pacto Regional para a Qualificação, o Emprego e a Inclusão Social

↳ Elementos de Contexto

No Alentejo, persistem constrangimentos relacionados com os baixos índices de escolaridade e qualificação profissional dos ativos (empregados e desempregados) limitando a capacidade das empresas existentes e os argumentos competitivos da Região para a atração de novos investimentos. Este baixo índice de escolaridade e qualificação profissional da população ativa contribui para as dificuldades de adaptação a novos desafios profissionais, limitando um desempenho mais concorrencial e o incremento tecnológico.

Os níveis elevados de desemprego são, igualmente, um forte contributo para a debilidade da coesão social regional.

As dificuldades na articulação das estruturas de formação entre si e com as empresas, indispensáveis para elevar os níveis de especialização e a qualificação profissional ajustada às necessidades da oferta de emprego, refletem o escasso envolvimento das empresas nas ações de aprendizagem ao longo da vida e acentuam a desadequação de algumas qualificações ao mercado de trabalho regional e as carências de formação específica, para empresários e trabalhadores.

A Região apresenta níveis de rendimento inferiores à média nacional nos segmentos dos ativos e dos pensionistas e tem vindo a aumentar o volume de ativos empregados que auferem o salário mínimo nacional. Numa Região significativamente dependente dos rendimentos salariais, um ciclo prolongado de deterioração nominal e real desta fonte de rendimento, acentua a vulnerabilidade social e os riscos de exclusão.

No âmbito da Rede Social, a Região tem atualmente a funcionar as Plataformas supra-concelhias com o objetivo de reforçar a organização de recursos e o planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível das NUT III e completa um ciclo de execução de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS).

↳ Racional de Intervenção

Os constrangimentos identificados em matéria de estruturação e funcionamento do mercado de trabalho e de dotação de competências ajustadas às necessidades do tecido económico-empresarial (residente e atraível), exigem respostas decididas e de carácter integrado a estruturar no âmbito da conceção e implementação de um **Pacto Regional para a Qualificação, o Emprego e a Inclusão Social**.

A conceção e programação deste instrumento deverá enquadrar intervenções de política pública de apropriação regional nas vertentes da empregabilidade e da inclusão social, com destaque para: formação profissional (inicial e contínua); estímulo à manutenção e criação de emprego; e inclusão social de grupos de risco e em situação de desfavorecimento.

Trata-se de construir soluções, a nível regional, dotadas de especificidade e adequabilidade, para responder às necessidades atuais e de desenvolvimento futuro das organizações empregadoras e do mercado de trabalho do Alentejo.

O Pacto deverá estabelecer uma parceria de planeamento do sistema de qualificações ao nível regional com a ambição de articular os atores-chave para resolver as disfunções na relação entre oferta e procura de qualificações e para potenciar o redireccionamento do investimento para áreas produtoras de maiores níveis de riqueza e de emprego.

A concertação entre agentes de regulação, produtores de qualificações (IES, Escolas, Centros de Formação) e procura de pessoas qualificadas (empresas), permitirá aumentar a relevância da oferta de formação ao nível regional e a relação dessa atividade com a função do IEFP, enquanto agente promotor da política ativa de emprego, permitirá ligar melhor essa oferta a prioridades de política pública de investimento.

Na estruturação do Pacto Regional deverá ser equacionada a participação dinâmica das IES na resposta a desafios centrais da Região, designadamente os contributos regionais para:

- Atingir a meta nacional de 40% da população ativa em 2020 com formação superior no grupo etário 30/34
- Afirmar o Alentejo como uma Região de conhecimento, estimulando a montante uma economia que privilegia a inovação e o emprego altamente qualificado

A institucionalização de uma parceria que operacionalize modalidades de cooperação na execução das políticas públicas (Capital Humano, Inclusão Social e Emprego) poderá contribuir para melhorar a qualidade do desempenho, nos seguintes domínios: (i) articulação entre IES, Escolas, Centros de Formação e outras Entidades formadoras; (ii) empregabilidade, envolvendo as empresas e outras organizações como parceiras; e (iii) inclusão social, estimulando formas de ocupação e trabalho comunitário, a par da dinamização do empreendedorismo social local, no enquadramento de parcerias com Organizações da Economia Social.

Tipologias de Ação

No Domínio da *Qualificação*, as intervenções devem centrar-se nas seguintes modalidades:

- Apoio a consórcios e outras formas de cooperação entre as IES, Centros de Formação e empresas/instituições orientados para fornecer competências profissionais adequadas às necessidades do mercado de trabalho, incluindo a formação ao longo da vida
- Apoio a consórcios entre as Instituições de Ensino Superior, criados para o desenvolvimento de oferta em rede de cursos de mestrado de reconversão formativa destinados a diplomados de áreas de menor empregabilidade, potenciando a experiência de apoio a ações da reconversão profissional existente nos Centros de Formação
- Bolsas de formação que permitam atrair estudantes nacionais e estrangeiros para a formação inicial e avançada e ajudar à fixação de quadros qualificados e à criação de empresas inovadoras

- Apoio aos ensinos formais dos três ciclos de formação, licenciatura, mestrado e doutoramento, que demonstrem uma mais forte contribuição para o desenvolvimento da Região e orientação específica para a promoção do empreendedorismo
- Modalidades de dupla certificação, com destaque para o Sistema de Aprendizagem, os Cursos Profissionais e os Cursos de Especialização Tecnológica
- Formações Modulares Certificadas, nomeadamente em suporte a intervenções de reconversão profissional de competências
- Formação - Consultoria para PME

No Domínio da *Empregabilidade*, as intervenções devem centrar-se nos seguintes objetivos:

- Produção de qualificações do sistema de educação-formação regional às necessidades das organizações empregadoras do território
- Elevação dos níveis de participação dos trabalhadores ativos empregados nos processos de aprendizagem ao longo da vida
- Elevação das qualificações profissionais dos desempregados mais vulneráveis no mercado de trabalho
- Aumento da cooperação e articulação entre os organismos envolvidos na qualificação dos recursos humanos
- Integração de componentes de formação técnica especializada e de gestão, nos projetos empresariais
- Apoios à dinamização do mercado regional de emprego (estágios profissionais, ajudas à contratação, criação do próprio emprego, ...)
- Promoção do empreendedorismo de base local

No Domínio da *Inclusão Social*, as intervenções deverão privilegiar os seguintes objetivos:

- Recuperação do mercado de trabalho de DLD e de pessoas em situações de pobreza e em risco de exclusão social
- Dinamização de Iniciativas de Desenvolvimento Local (prestação de Serviços de proximidade, ocupações de natureza social, ...)
- Medidas integradas de desenvolvimento de competências pessoais e sociais
- Ações de educação integrada para crianças e jovens com necessidades educativas especiais
- Apoio à inclusão ativa das pessoas com deficiência e incapacidade
- Medidas de apoio à igualdade de oportunidades e à igualdade de género
- Operacionalização de metodologias de ativação de públicos mais problemáticos

2.2.13. Economia Social

Elementos de Contexto

A Economia Social tende a estabelecer uma forte relação com o emprego, a inclusão social e o desenvolvimento local, com base em organizações que, na maior parte dos casos, combinam património, iniciativa e dinâmicas de voluntariado. De um modo geral, as Organizações da Economia Social têm constituído um relevante parceiro da Administração Pública Central, Regional e Local na dinamização e implementação de instrumentos das políticas públicas.

Estas Organizações estão presentes na generalidade das cinco sub-regiões do Alentejo e têm vindo a desenvolver um trabalho de parceria com entidades públicas da esfera da educação, da segurança social, da saúde e do serviço público de emprego, com destaque no passado recente para a experiência dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social, onde são parceiras dos Municípios em inúmeros concelhos da Região.

Mais recentemente, o IIEFP, assinou um Protocolo com a União das Misericórdias Portuguesas (que envolve também a Direção Regional da Cultura e a Turismo do Alentejo, ERT) o qual visa enquadrar ações de conservação do património urbanístico, propriedade das Misericórdias e também de famílias carenciadas, bem como de conservação e reabilitação urbana por via do restauro do património edificado.

Em contextos territoriais desvitalizados, com baixos índices de iniciativa e desemprego elevado, a ação destas organizações pode contribuir para atenuar essas debilidades reforçando os elementos de intermediação presentes no território para uma mais eficaz e eficiente implementação das medidas ativas de emprego e de inclusão social.

Racional de Intervenção

A base territorial e a intervenção em rede das Organizações da Economia Social constituem os elementos propulsores da sua relevância atual e futura, para desempenharem um papel importante na transição entre um modelo de regulação social assente nas instâncias do Estado para um modelo assente em parcerias e outras formas de associação entre organizações, onde o Estado assume apenas funções de coordenação.

As vertentes-chave de atuação com enquadramento nos instrumentos de política que devem operacionalizar no futuro as prioridades do Crescimento Inclusivo, salientam-se as seguintes:

- (i) Inserção pelo emprego e reforço das qualificações (atuação na criação do próprio emprego, na capacitação de grupos desfavorecidos no acesso ao mercado de trabalho e no desenvolvimento local e integrado dos territórios)
- (ii) Dinamização da criação de emprego em atividades de produção de bens e serviços para satisfação de atividades socialmente úteis nas quais o mercado não atua ou não é acessível, com facilitação do compromisso entre competitividade económica e coesão social e potenciação da criação/desenvolvimento de negócios
- (iii) Desenvolvimento de parcerias no quadro do estímulo ao *empowerment* e a uma cidadania ativa (preocupações do terceiro setor)

- (iv) Desenvolvimento de processos de inclusão social, pela via da capacitação dos indivíduos, entendidos enquanto processos de transformação das instituições, de forma a potenciar a adequação das respostas aos diferentes públicos, sobretudo os mais vulneráveis no acesso ao emprego pelas características de exclusão social
- (v) Refuncionalização dos equipamentos da coesão local (sobretudo, saúde e ação social), enquanto oportunidade de estabelecimento de redes operacionais e económicas entre os territórios rurais e os centros urbanos mais próximos mobilizando recursos cujo custo já foi realizado e dos quais importa retirar o maior valor possível, dada a dificuldade na realização de novos investimentos

A urgência de reforma das funções do Estado deve gerar a ponderada avaliação de viabilidade técnica, económica e financeira de iniciativas e ações neste último domínio que se considera ser promissor, também, na estruturação de EDL e na atividade mobilizadora dos GAL que vierem a ser reconhecidos e das ADL, dos quais fazem parte como entidades parceiras inúmeras OES.

Também a inovação institucional e organizacional são fundamentais para as Organizações, nomeadamente, visando criar condições para assegurar a continuidade e a autossustentação da mobilização das comunidades e dos recursos locais e exógenos, com destaque para a capacitação dos seus profissionais, em contextos organizacionais caracterizados muitas vezes pela precariedade dos recursos e das capacidades instaladas.

Tipologias de Ação

- Dinamização de parcerias com organizações da economia social envolvendo a reabilitação de património e o aproveitamento de oportunidades económicas, combinadas com formação profissional e experiências temporárias de trabalho
- Apoios à qualificação das intervenções e da gestão das Organizações de Economia Social (incluindo formação - consultoria)
- Apoio à criação de empresas sociais
- Apoio a novas experiências orientadas para promover e incentivar a criação de emprego em contextos territoriais desprovidos de iniciativa empresarial
- Ações organizadas de melhoria do acesso a serviços coletivos de proximidade, nomeadamente através das TIC
- Ações de inovação social, cultural e ambiental em meio rural; capacitação institucional; formação para o desenvolvimento e o empreendedorismo; animação territorial, incluindo serviços qualificados de proximidade
- Apoio à regeneração física e económica das comunidades urbanas e rurais desfavorecidas;
- Apoio à constituição e funcionamento de empresas sociais
- Investir na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para a redução das desigualdades no acesso à saúde e para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária
- Ações de transferência e apropriação de conhecimento

- Acções de qualificação das organizações da economia social
- Promoção de redes de organizações da economia social
- Respostas de proximidade
- Certificação de acções das organizações do 3º sector
- Iniciativas para a promoção da cidadania activa
- Iniciativas piloto para a coesão e inovação social
- Promoção de projetos sociais com base num novo design social, que envolva empresas, organizações sem fins lucrativos, entidades públicas e cidadãos
- Promoção de iniciativas de combate à exclusão pelas artes e cultura

2.3. Prioridades de Intervenção à Luz dos Objetivos Temáticos e das Orientações dos FEEI

A Tabela seguinte procede a uma sistematização preliminar da Matriz de enquadramento das Prioridades de Intervenção do **PAR Alentejo - 2020** nos Objetivos Temáticos que suportam o exercício de programação e nas perspetivas de financiamento, à luz dos Regulamentos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

A Matriz evidencia, em diversas Prioridades de Intervenção, a relevância de programação plurifundos para a concretização de Objetivos Temáticos a fixar, nomeadamente, nos Eixos Prioritários do PO Regional.

Prioridades de Intervenção regional no horizonte 2020	Objetivos Temáticos Estratégia Europa 2020	Fundos Estruturais				
		FEDER	FSE	Fundo de Coesão	FEADER	FEAMP
1. Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Competências	1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	✓	✓			
	2. Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade	✓				
	10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida		✓			
2. Qualificação e Internacionalização de Ativos do Território - Acessibilidades e Infraestruturas Económicas	3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos sectores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP)	✓			✓	✓
3. Renovação da Base Económica sobre os Recursos Naturais e a Excelência Ambiental da Região	3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos sectores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP)	✓			✓	✓
	4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores				✓	
	5. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	✓		✓	✓	
	6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	✓		✓	✓	
4. Qualificação do Território: Redes de Suporte e Novas Dinâmicas Territoriais	3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos sectores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP)	✓			✓	✓
	7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	✓		✓		
5. Qualificações, Empregabilidade e Coesão Social	8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral		✓			
	9. Promover a inclusão social e combater a pobreza		✓			
	10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida		✓			
<i>Governança e Cooperação Territorial</i>	<i>11. Reforçar a capacidade institucional e garantir uma Administração Pública eficiente</i>	✓	✓		✓	✓

2.4. Modelo de Governação (orientações), Capacitação Institucional e Cooperação

2.4.1. Territorialização de Políticas Públicas e Governação

A territorialização das políticas públicas e, mais em concreto, das Políticas da Coesão, no enquadramento da Estratégia Europa 2020 e dos novos Regulamentos dos Fundos Estruturais, corresponde a uma necessidade objetiva das regiões e apresenta-se promissora, nomeadamente, ao contemplar a programação multifundos, um desafio de aproximação a abordagens de natureza integrada por parte das entidades beneficiárias, com aparentes vantagens de eficácia e eficiência.

As Prioridades de intervenção e o perfil de Iniciativas-âncora delineadas neste **PAR Alentejo 2020** procuram aprofundar uma perspetiva de territorialização e de programação multifundos e, naturalmente, revestem pressupostos exigentes em matéria de programação, desde logo, ao nível da arquitetura de intervenções de concretização (a enquadrar no objetivos temáticos e Prioridades de Investimento, a contemplar na conceção do PO Regional), mas também ao nível dos parceiros a envolver na gestão das mesmas.

Estas referências são tanto mais relevantes quanto, conforme referido no Ponto 2.2, se encontram em fase de estabilização as fronteiras e articulações operacionais de alguns dos formatos-chave para o acesso e mobilização de recursos dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

Neste enquadramento, sistematiza-se um conjunto de pressupostos gerais a ter presente para clarificar ajustamentos durante as fases seguintes, nomeadamente, estabilização do Acordo de Parceria e a preparação dos futuros PO (Regional e Nacionais):

- Uma Intervenção Regional, com as componentes identificadas nas Prioridades e Iniciativas-âncora deverá encontrar nos Eixos e Tipologias de ação do futuro Programa Operacional Regional (POR) o principal conforto estratégico e financeiro. A Região deve garantir a necessária articulação com o conjunto de instrumentos de política pública, com incidência regional e ou nacional e com relevância direta para o potencial de concretização das operações a candidatar pelos promotores regionais
- A articulação daquelas Prioridades e Iniciativas, com as políticas públicas, regionais e nacionais (áreas da educação, ensino superior, formação e emprego, ciência e tecnologia, política agrícola e política industrial), afigura-se indispensável não apenas no sentido de o POR combinar um conjunto de outras políticas sectoriais e de ordenamento do território, que estão a ser aplicadas na Região, mas também para as tornar mais sinérgicas, mais consequentes e contributivas para a concretização da Estratégia de Desenvolvimento para o Alentejo
- O desenvolvimento de qualquer das áreas de intervenção da matriz agricultura/sustentabilidade/desenvolvimento rural, torna necessária uma coordenação e o aproveitamento de sinergias a nível regional das políticas públicas, não só entre os dois pilares e respetivos Fundos da PAC mas também na articulação destes Fundos agrícolas com o FEAMP e com os Fundos da Política de Coesão (FEDER, FSE e Fundo de Coesão). Neste entendimento, considera-se indispensável aprofundar os processos de trabalho

com as Direções Regionais de Agricultura e Pescas do Alentejo e de Lisboa e Vale do Tejo e com o GPP/MAP, desejavelmente extensíveis à vertente Pescas/Desenvolvimento sustentável das Zonas Costeiras.

Entre outros exemplos, destaque-se o Sistema de Montado, o qual desempenha um conjunto muito diversificado de funções que têm sido objeto de apoios parcelares, nos períodos de programação passados, com resultados que nem sempre têm correspondido ao esperado. A natureza e dimensão das ações e investimentos a realizar no Sistema de Montado, remetem para a necessidade de articular os mecanismos e os recursos de financiamento público, no contexto da programação multifundos e sob a responsabilidade partilhada de várias tutelas setoriais e territoriais.

- A Universidade de Évora e os Institutos Politécnicos da Região, bem como as demais Unidades de Ciência e Tecnologia presentes no território, deverão ser chamados a contribuir de forma direta para conceção, concretização e acompanhamento, no Alentejo, dos objetivos Crescimento inteligente, Crescimento sustentável e Crescimento inclusivo estabelecidos pela Política de Coesão 2014-2020.
- Os futuros ITI, com base territorial na configuração administrativa do nível NUTS III, tendo por suporte Programas de Ação e de Investimento e abrangendo financiamento FEDER e FSE, e FEADER e FEAMP, deverão assentar em fórmulas inovadoras de gestão que associem as CIM às estruturas regionais da Educação, Formação e Emprego, Saúde, Segurança Social, Agricultura e Pescas e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional.
- Este modelo terá a vantagem centrar a conceção e a implementação das intervenções nos domínios do desenvolvimento económico e da dinamização do emprego e da atração de residentes, ou seja, especialmente focalizada na produção de resultados significativos para o crescimento e o emprego.
- A relevância do desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade na Região, referenciada em várias Seções do PAR Alentejo 2020, tem implicações no empenhamento esperado por parte das parcerias público-privadas que venham a suportar o funcionamento dos GAL e dos GAC que vierem a ser reconhecidos, tanto na elaboração participada das respetivas Estratégias Locais de Desenvolvimento, como na assunção plena da condição de parceiros no processo de desenvolvimento que se pretende no horizonte 2020.

A experiência adquirida pelas estruturas de gestão e apoio técnico a nível local no âmbito da Abordagem Leader e outras iniciativas de desenvolvimento local e rural, deverá ser consolidada e potenciada de forma a que essas estruturas possam: (i) assegurar funções de intermediação e gestão eficaz e eficiente dos recursos públicos dos territórios rurais; e (ii) desenvolver as ações de dinamização económica e social local, numa escala de maior proximidade com as comunidades dos pequenos aglomerados rurais e urbanos da Região.
- O modelo de governação a adotar para as intervenções DLBC deve combinar a necessidade de encontrar soluções que garantam eficácia e eficiência, no quadro da programação plurifundos, com as vantagens que podem decorrer dos processos de aprendizagem acumulada e de inovação social que constituem importante património de intervenção na promoção do desenvolvimento rural-local, enquanto expressão de parcerias público-privadas territorializadas.

Este modelo deve expressar a relevância da programação multifundos, nomeadamente, contemplando a participação dos PO Regionais/CCDR na Unidade de Gestão do futuro PO Agricultura e Desenvolvimento Rural, solução que conferia um envolvimento na articulação com o FEADER que não tiveram no passado contribuindo para assegurar uma eficaz articulação entre a mobilização de apoios FEDER (Sistemas de Incentivos, Equipamentos e infraestruturas de proximidade para a coesão local) e apoios daquele PO FEADER.

- A consolidação de experiências de Observação das Dinâmicas Regionais, deve evoluir para a criação de sistemas territoriais de memória sobre as políticas públicas implementadas no território e o desempenho das estratégias regionais nas várias escalas geográficas, da atratividade económica e da capacidade relacional territorial.

2.4.2. Capacitação Regional

O INALENTEJO contemplou na sua formulação inicial um Eixo de Intervenção denominado Governança e Capacitação Institucional que enquadrou importantes apoios de entidades beneficiárias do Programa, com o objetivo de apoiar iniciativas inovadoras de capacitação das principais instituições regionais e locais, tendo em vista, designadamente, o exercício de funções fundamentais em matéria de promoção da Região e dos seus produtos, de cooperação inter-institucional e inter-regional, bem como, a potenciação, ao nível regional, da aplicação da generalidade dos instrumentos de financiamento nacionais e comunitários.

Esta trajetória de apoios, também presente noutros PO do QREN que consagram linhas de ação com objetivos semelhantes, preenche uma dimensão de *intermediação na implementação dos instrumentos de política a enquadrar pelo PO* a que importa dar continuidade dadas as fragilidades ainda existentes em diversos segmentos do tecido institucional da Região, com destaque para as Associações Empresariais, as CIM e os Municípios, as Associações de Desenvolvimento Local e a Agência de Desenvolvimento Regional.

No entanto, os futuros apoios deverão ser subordinados a uma maior focalização das áreas de trabalho com seletividade das operações vinculada a domínios de intervenção prioritária e a resultados-chave do futuro Programa, com destaque para os instrumentos de suporte às seguintes Iniciativas âncora:

- Consolidação do Sistema Regional de Inovação
- Pacto Regional para a Qualificação, o Emprego e a Inclusão Social
- Parcerias estratégicas e operacionais para o Desenvolvimento Urbano e para o Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade
- Operações enquadradas pela Economia Verde

A capacitação das entidades de interface (unidades de I&D, Associações, ADRAL, etc.) com responsabilidades de dinamização de instrumentos na esfera da clusterização de atividades económicas e da dinamização de intervenções de Ciência e Tecnologia, devem desenvolver abordagens de capacitação mais abrangentes, sobretudo em conjunturas prolongadas de crise institucional e financeira das redes de Instituições de Ensino Superior e das Associações Empresariais Setoriais. Esta deve ser uma condição para assegurar uma gestão eficaz e eficiente

dos processos de implementação das operações, frequentemente caracterizadas por uma relativa fragmentação de interesses, potenciada pela natureza multipolar das intervenções.

No âmbito da governação dos fundos comunitários para 2014-2020 assume particular relevância as dinâmicas esperadas das operações com financiamento multifundo e das ITI nas quais se inscreve a importância redobrada do papel das CIM no quadro do estabelecimento de uma verdadeira governação territorial multinível (local, regional e nacional), multidimensional (social, económica, empresarial, ambiental...) e multitemática (inovação, competitividade, coesão...).

No âmbito da Reforma do Estado e da Modernização Administrativa devem ser enquadradas abordagens de natureza individualizada que contribuam para a reengenharia de processos e para o reforço da capacitação das funções regulação e planeamento, nomeadamente no caso dos Municípios cujas estruturas técnicas devem assegurar um envolvimento técnico qualificado, nomeadamente na conceção, gestão e acompanhamento de parcerias no âmbito de Estratégias de Eficiência Coletiva.

A natureza dos desafios em presença no horizonte 2020, sobretudo nas dimensões do Crescimento Inteligente e do Crescimento Sustentável, aconselha à criação e/ ou consolidação de relações de cooperação institucional com entidades supra-regionais e estrangeiras (em abordagem autónoma ou no contexto de redes formais) na ótica do acesso a competências e dimensões de conhecimento facilitadoras de processos de aprendizagem e experimentação, mas também de divulgação externa de realizações e resultados alcançados.

2.4.3. Cooperação Territorial

A integração da Região e dos seus agentes em iniciativas, redes, programas e projetos de cooperação territorial, constitui uma aposta estratégica, na ótica da valorização dos seus recursos e da qualificação das intervenções dos atores do território, em domínios nos quais o intercâmbio de conhecimento, de soluções e de atividades pode responder a constrangimentos estruturais e potenciar novas oportunidades.

Em termos programáticos, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo aponta como dinâmicas da natureza transfronteiriça a valorizar: (i) a área de influência de Alqueva; (ii) os pólos de articulação transfronteiriça do Baixo Alentejo com a Andaluzia; (iii) as dinâmicas socioeconómicas na zona de fronteira entre Elvas e Campo Maior e a estruturação desta faixa territorial no contexto do reforço das relações transfronteiriças, perspetivando constituir de uma Euro-cidade (Elvas - Campo Maior - Badajoz, enquanto Euro-cidade estratégica e transfronteiriça).

Também a área de influência do Tejo Internacional deve continuar a ser dinamizada, nomeadamente no âmbito da Comunidad de Trabajo Tajo Internacional, com vista à valorização turística daquele território.

A criação de duas Comunidades de Trabalho (Eurorregiões EUROACE – Alentejo, Centro e Extremadura e EUROAAA – Alentejo, Algarve e Andaluzia), tipificadas na Convenção de Valência de 2002, culminou em 2009 e 2010, respectivamente, um longo trabalho de aproximação e conhecimento institucional e sectorial, constituindo-se actualmente como referenciais de cooperação regional e transfronteiriça.

Estas Comunidades de Trabalho visam fomentar a cooperação entre as regiões, promover o desenvolvimento integral dos seus territórios e melhorar as condições de vida dos seus cidadãos, tendo como principais finalidades:

- Conceber estratégias transfronteiriças de desenvolvimento territorial, coordenar a sua implementação e assegurar o seu acompanhamento
- Fomentar a cooperação de segunda geração, orientada para a eliminação dos custos de contexto na fronteira e melhorar as condições de vida dos cidadãos das três regiões, nomeadamente através da otimização de recursos e da utilização partilhada de infraestruturas, equipamentos e serviços
- Promover a cooperação entre agentes económicos do espaço territorial transfronteiriço e levar a cabo ações de valorização e promoção conjunta com o objetivo de atrair investimentos e iniciativas empresariais para a zona fronteiriça
- Promover a colaboração e coordenação entre agentes, estruturas, entidades públicas e privadas que possam contribuir para o desenvolvimento dos respetivos territórios fronteiriços.

Como áreas prioritárias estão identificadas: (i) agricultura, recursos naturais e ambiente; (ii) proteção civil, desenvolvimento local e ordenamento do território; (iii) competitividade regional, inovação e desenvolvimento tecnológico; (iv) energia, transportes e comunicações; (v) património, cultura e turismo; (vi) educação, formação e emprego; (vii) juventude e desporto; saúde e serviços sociais; (viii) meio ambiente, património e envolvente natural; (ix) acessibilidade; e (x) cooperação e integração económica e social.

As Eurorregiões concretizaram, entretanto, planos de trabalho vocacionados para um aproveitamento coerente e estratégico com as linhas de ação preconizadas pela Comissão Europeia para o próximo quadro de Cooperação Territorial 2014-2020, mediante a elaboração de dois instrumentos de planeamento: a Estratégia EUROACE 2020 e o PACT-A3 (Plano de Ação para a Cooperação Transfronteiriça Alentejo, Algarve e Andaluzia).

Estes instrumentos de planeamento foram concretizados com a participação direta e ativa dos representantes dos setores regionais pelo que o aprofundamento da cooperação transfronteiriça para o próximo período de programação deverá passar, no essencial, pela continuidade e melhoria do desempenho destas Comunidades de Trabalho.

As prioridades dos futuros Programas de Cooperação Territorial Europeia deverão centrar-se em intervenções que potenciem as prioridades de investimento definidas no Programa Operacional Regional, em função dos respetivos espaços geográficos. Estas prioridades temáticas devem complementar e enriquecer a aplicação das Estratégias regionais sendo privilegiadas as seguintes Intervenções-tipo:

- Intercâmbio de informação e de investigação, troca de experiências, disseminação de boas práticas, transferência de “know-how” e partilha de ferramentas em projetos inovadores
- Participação em “clusters”, redes, projetos-piloto e preparação de estratégias de intervenção conjuntas

- Colaboração em ações inter-regionais que permitam o reforço da capacitação institucional para a preparação e gestão de projetos e intervenções comuns
- Participação em ações e projetos transfronteiriços de desenvolvimento socioeconómico e de valorização dos recursos endógenos
- Capacitação de entidades públicas e privadas com vista ao aprofundamento institucional e setorial da cooperação

A Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha deva ser focalizada na:

- Proteção do ambiente e melhoria da eficiência na utilização dos recursos naturais comuns, em particular, a água (sobretudo, nas zonas com maiores riscos de seca) e a floresta
- Partilha das capacidades de investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação das entidades do ensino superior e centros de ciência e tecnologia com aplicação nas empresas (com destaque para as áreas da água e dos recursos hídricos e das energias renováveis)
- Reforço dos mecanismos de cooperação / associação para a competitividade das PME e das estruturas produtivas (nomeadamente da agro-indústria e do turismo) nas zonas rurais, incluindo a melhoria do acesso aos mercados de proximidade, contribuindo também para a melhoria da mobilidade laboral, sobretudo, nos jovens
- Prestação de serviços comuns nas áreas da inclusão social e o combate à pobreza.

Na ótica dos domínios de Cooperação Transfronteiriça com utilidade para as apostas do **PAR Alentejo 2020**, sinaliza-se um conjunto preliminar de propostas de ações:

- Concretização e manutenção de sistemas de informação territorial
- Mecanismos de informação sobre aspetos relevantes da vida empresarial e económica (qualificação dos recursos humanos, oportunidades de negócios, emprego, mobilidade laboral, ...)
- Estudos e relatório de situação e de prospetiva de riscos específicos
- Abordagens de riscos e prevenção de catástrofes
- Redes de vigilância radiológica ambiental
- Mobilidade transfronteiriça
- Interoperabilidade do sistema ferroviário
- I&D conjunta nos domínios da educação, desenvolvimento social, agrícola, industrial e empresarial
- Aproveitamento do rio Guadiana e melhoria das condições de navegabilidade
- Produtos turísticos transfronteiriços para potenciar o turismo náutico
- Roteiros transfronteiriços orientados para novos produtos turísticos (observação de aves, observação astronómica, turismo gastronómico....)

A Cooperação Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu e Mediterrâneo – NUTS II Alentejo, com acesso aos três Espaços de Cooperação), aponta para as seguintes temáticas:

- Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação, potenciando a difusão e a transmissão de conhecimento e “know-how” para a criação de novos produtos, serviços e procedimentos, especialmente, em segmentos de atividade que contribuam para a geração de novos negócios e valor acrescentado;
- Competitividade das PME, internacionalização e criação de “clusters”, com reforço das suas cadeias de valor;
- Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono ;
- Adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos, em particular, os relacionados com a escassez de água e a desertificação;
- Proteção do ambiente (áreas protegidas, reposição da biodiversidade, eco inovação, economia verde, valorização do património) e promoção da eficiência energética.

No que respeita à cooperação interregional importa continuar a valorizar as intervenções de intercambio de experiências e de boas práticas, nomeadamente nas áreas do desenvolvimento territorial integrado, do ordenamento do território, do desenvolvimento regional e do desenvolvimento urbano e rural sustentável.

No domínio da Economia do MAR (Iniciativa âncora do **PAR - Alentejo 2020**) saliente-se, ainda a atenção especial à promoção, crescimento e competitividade da economia azul, incluindo o desenvolvimento sustentável dos recursos marinhos e costeiros (em particular, pelo incentivo ao desenvolvimento da indústria da biotecnologia marinha), a monitorização e a vigilância para a segurança marítima, e o transporte marítimo.

Também os Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT) enquanto entidades com personalidade jurídica, devem ser dinamizados como forma de assegurar intervenções mais independentes e autónomas em termos institucionais e de gestão de fundos comunitários para finalidades específicas no âmbito da cooperação.

PARTE B - DIAGNÓSTICO REGIONAL

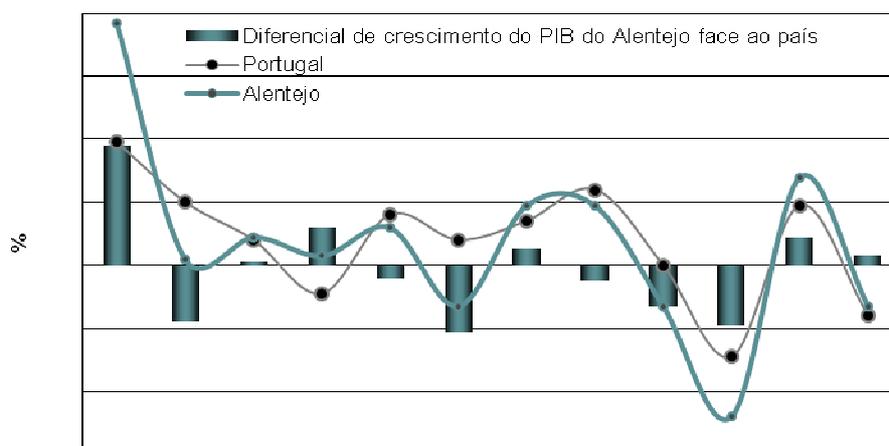
1. Enquadramento Macroeconómico: Convergência e Dinâmicas Regionais

A Região Alentejo parte para o novo período de programação 2014-2020 numa posição reforçada em alguns importantes ativos do território, na sequência de um ciclo de importantes investimentos, que deverão permitir um ajustamento mais dinâmico às prioridades da Estratégia Europa 2020 assim como aos objetivos do Programa Nacional de Reformas.

Na última década, a Região tem acompanhado a evolução dos ciclos de crescimento da economia nacional, representando o Produto Interno Bruto (PIB) e o Valor Acrescentado Bruto (VAB) regionais cerca de 6,5% do total nacional.

O Produto Interno Bruto do Alentejo, da ordem de 11 mil milhões de euros em 2011, acompanhou, de forma relativamente próxima, os ciclos de crescimento da economia nacional.

Figura 1 - Taxa de variação real do PIB Total - Portugal e Alentejo (2000 a 2011)

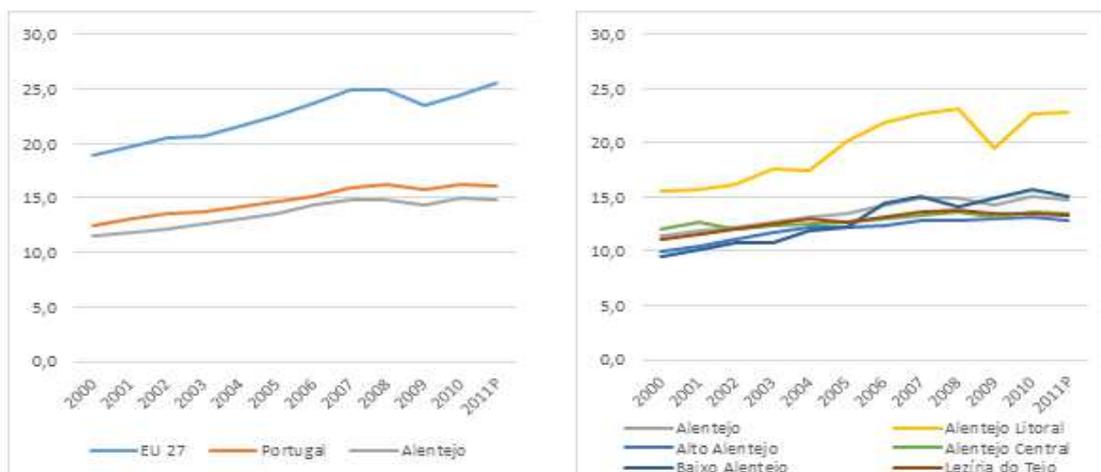


Fonte: *Contas Regionais*, INE.

O nível de vida regional, aferido pelo PIB *per capita* a preços correntes apresenta mantêm-se consideravelmente inferior à médias europeia e nacional, registando entre 2000 e 2011 um crescimento real ligeiramente negativo, quando ponderado pelo impacto do *Índice de Preços no Consumidor* (IPC - Base 2012).

Por outro lado, é de salientar que numa perspetiva intra-regional, se verificam algumas disparidades ao nível das NUT III, evidenciando o Alentejo Litoral um PIB *per capita* superior à média nacional, contrastando com o posicionamento relativo das restantes sub-regiões do Alentejo.

Figura 2 - PIB per capita em % do PIB da UE27, a preços correntes

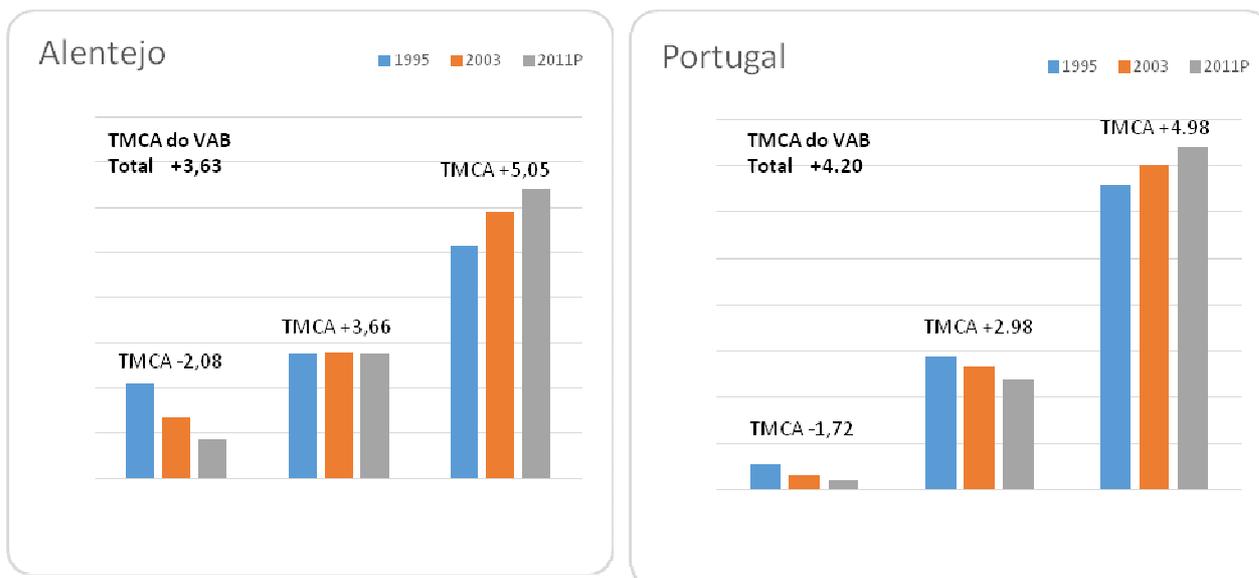


Fonte: Contas regionais, INE e EUROSTAT

No que se refere ao Valor Acrescentado Bruto (VAB) do Alentejo, o mesmo ascendeu a cerca de 9,7 mil milhões de euros em 2011, representando (tal como no PIB) 6,5% do total nacional.

A estrutura sectorial do VAB tem sofrido uma transformação consistente do tecido económico-produtivo regional, marcada pela perda de peso do setor da Agricultura, florestas e Pescas e por um crescimento do peso do setor dos serviços. Uma particularidade do Alentejo prende-se com o facto de a indústria manter o seu peso na estrutura regional, com o VAB Industrial a crescer mais rapidamente que o total nacional.

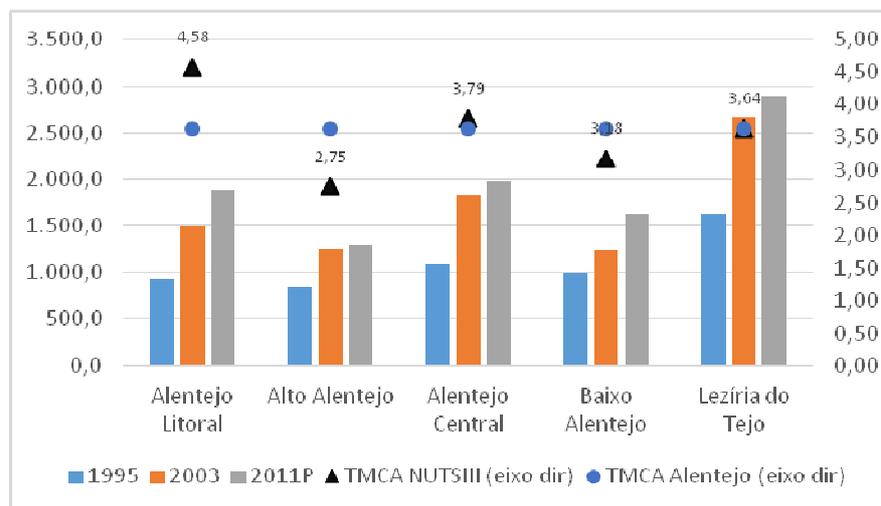
Figura 3 - Estrutura sectorial do VAB em Portugal e no Alentejo
Taxas Médias de Crescimento Anual do VAB Total e sectorial (1995 a 2011)



Fonte: Contas Regionais, INE.

A análise sub-regional da evolução do VAB no Alentejo permite evidenciar o crescimento mais rápido do Alentejo Litoral (mesmo relativamente ao crescimento do conjunto da economia portuguesa) e as piores performances relativas do Alto e do Baixo Alentejo.

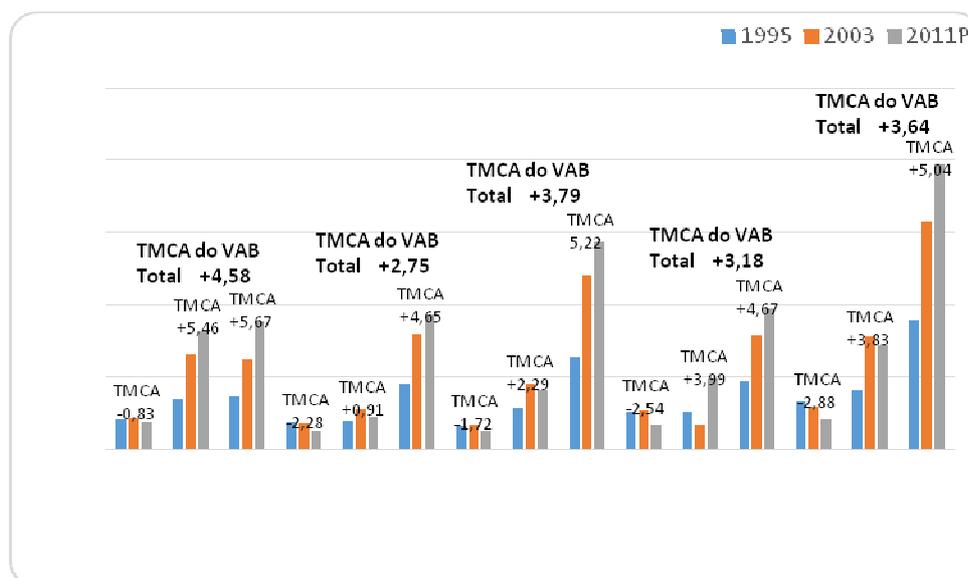
Figura 4 – VAB total e Taxa Média de Crescimento Anual do VAB a preços correntes, por NUTS III e na Região Alentejo (1995-2011)



Fonte: Contas Regionais, INE

A Figura 5 detalha o desempenho do VAB das NUTS III do Alentejo por sector de atividade económica, sendo de destacar o rápido crescimento do peso do sector dos serviços em todas as sub-regiões e a perda de importância da agricultura na criação de riqueza, acompanhando a tendência nacional. Este padrão surge matizado pelo crescimento do setor da indústria e construção (que inclui o setor energético) nas NUTS III Alentejo Litoral, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo, com desempenhos acima da média nacional.

Figura 5 – VAB por sector e Taxas Média de Crescimento Anual do VAB Total e por sector nas NUTS III do Alentejo (1995-2011) a preços correntes

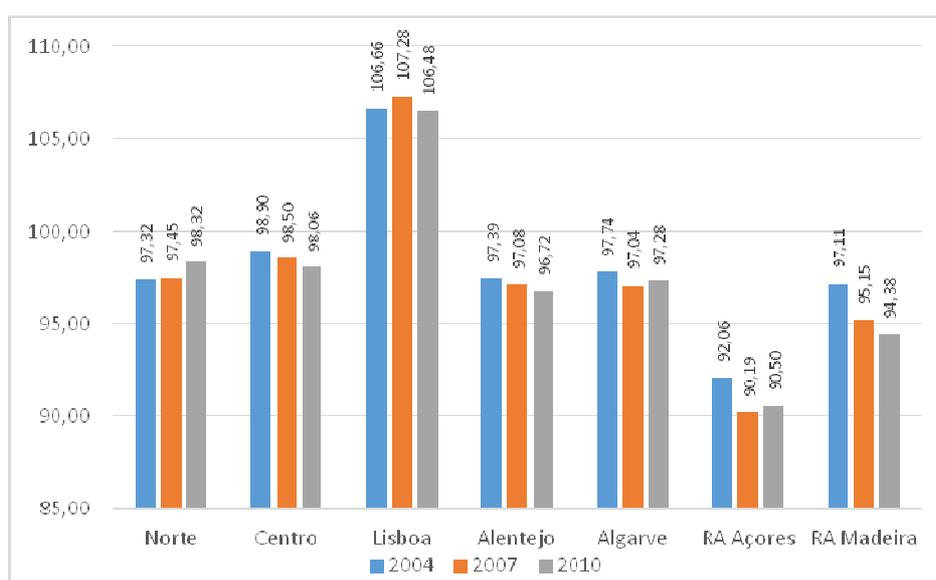


Fonte: Contas Regionais, INE.

Uma outra perspetiva da evolução regional pode ser obtida a partir do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) que permite monitorizar as dinâmicas territoriais em termos globais e nos domínios da coesão, da competitividade e da qualidade ambiental, assumindo a sustentabilidade do desenvolvimento na tripla dimensão (social, económica e ambiental)².

Comparativamente às demais regiões do país e à média nacional (índice 100) no Alentejo, observa-se uma relativa estabilidade embora com uma ligeira degradação do seu posicionamento, sendo de realçar a posição de destaque da Região de Lisboa, a única que supera a média nacional no *Índice Global de Desenvolvimento Regional*, não se registando, ao nível deste indicador disparidades dignas de relevo no seu comportamento sub-regional.

Figura 6- Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Índice Global por NUTS II (Portugal =100)



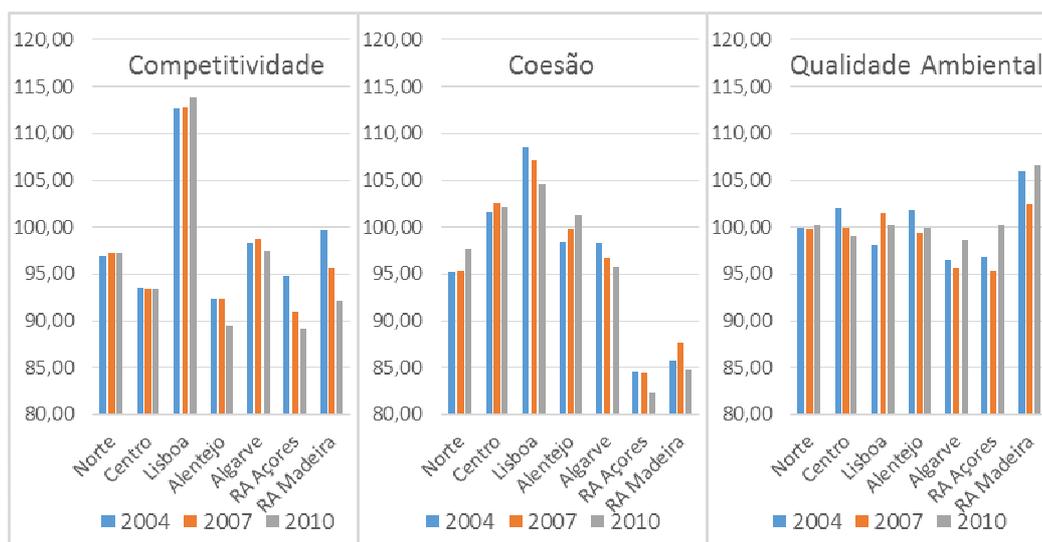
Fonte: Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, INE.

O Alentejo ocupa a sua melhor posição regional ao nível da dimensão “Coesão”, a qual nos permite, de uma forma geral, aferir a qualidade de vida das populações, e é também nesta componente que se tem verificado uma mais significativa melhoria da sua posição relativa, ultrapassando os níveis médios de qualidade de vida do País. O ISDR permite-nos também assumir a posição de afirmação do Alentejo em termos de qualidade ambiental, sendo que num quadro de elevados padrões nacionais, a Região detém neste indicador uma importante valia.

² No Índice, o desempenho das regiões depende: (i) da *eficácia do acesso a fatores de bem-estar*, em termos de rendimento, equidade social e longevidade, acessibilidade das populações a serviços que garantam qualidade de vida e oportunidades de progresso profissional e humano; capacidades de adaptação social; e potenciais de exclusão/integração social; (ii) da *capacidade de geração de rendimento e de penetração em mercados externos*; os fatores que potenciem o desempenho competitivo (existência e qualidade do capital humano, infraestruturas avançadas e economias de aglomeração), transformação eficiente das economias regionais em termos de dimensão de especialização produtiva, mobilidade habilitacional e profissional, iniciativa e solidez empresariais, exposição à competição externa, investimento na produção de conhecimento e atratividade populacional, empresarial e de trabalhadores; (iii) da *qualidade do meio ambiente* - da água para consumo humano e do ar; a produção de fatores poluentes do solo e do ar; a qualidade do crescimento urbano; medidas de atenuação de impactos dos fatores de pressão como poluentes do solo e água e criação de zonas classificadas; substituição de fontes energéticas fósseis por fontes renováveis, redução de emissões e uso racional dos recursos naturais.

Em contrapartida, é ao nível da componente Competitividade que se verificam as maiores debilidades regionais, com uma degradação do posicionamento relativo do Alentejo face às restantes NUTS II, registando-se desta forma elevadas margens de evolução para os fatores de competitividade regional.

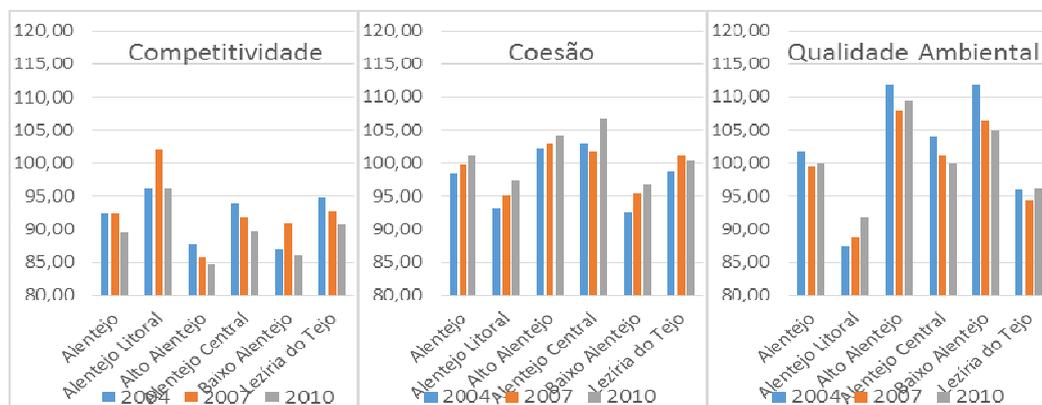
Figura 7-Componentes Índice Sintético de Desenvolvimento Regional por NUTSII (Portugal =100)



Fonte: Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, INE.

Quanto aos comportamentos sub-regionais das diferentes componentes do ISDR, salienta-se a relação inversa que parece existir entre as componentes “Competitividade” e “Qualidade Ambiental”, como se verifica pela performance do Alentejo Litoral, que evidenciando o melhor desempenho ao nível da competitividade, não consegue conciliar este resultado com uma performance adequada ao nível da qualidade ambiental. No sentido inverso, a sub-região do Alto Alentejo, regista o pior posicionamento regional ao nível da competitividade e o melhor registo regional ao nível da qualidade ambiental (superior à média nacional).

Figura 8- Componentes do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, por NUTS III do Alentejo (Portugal =100)



Fonte: Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, INE.

2. Crescimento Inteligente



2.1. Inovação e Especialização Inteligente

↳ Inovação

A análise comparativa do desempenho do Alentejo nos últimos quatro anos em **Atividades de Inovação**, de acordo com os Relatórios *Innovation Union Scoreboard*, reportados a 2011 evidencia uma melhoria relativa do desempenho da Região com aproximação às médias nacionais³.

Tabela 1- Classificação do País e da Região no Regional Innovation Scoreboard

	2007	2009	2011
Portugal	Moderado	Moderado	Moderado
Alentejo	Moderado-Baixo	Moderado-Médio	Moderado-Médio

Fonte: *Regional Innovation Scoreboard 2012*.

Nesta melhoria no desempenho do Alentejo nos últimos quatro anos, são de destacar os seguintes aspetos:

- (i) **Atividades Empresariais** - O Alentejo tem acompanhado as tendências de crescimento a nível nacional no que se refere a despesa em I&D por parte das empresas, colaboração entre PME e inovação *In-house* (intermitente), o que mostra uma crescente intervenção das empresas neste processo, apesar da ligeira diminuição na despesa em inovação (não I&D) e nas patentes (desafios societais).

³ Esta avaliação decorre de um conjunto de indicadores parametrizados cujos valores variam entre 0, para as “performances” mais baixas, até ao máximo de 1 para as melhores “performances”, subdividindo-se nas seguintes categorias: Atividades empresariais, Capacitadores da inovação e Outputs.

- (ii) **Capacitadores da Inovação** - O Alentejo regista uma ligeira melhoria do ambiente que poderá proporcionar algum estímulo ao desenvolvimento da inovação e desenvolvimento tecnológico regional; as despesas de I&D do setor público registaram um ligeiro acréscimo nos últimos 4 anos.
- (iii) **Outputs** - O Alentejo apresenta ao nível de Outputs resultados positivos com destaque para os proveitos da Inovação (vendas de inovações novas para o mercado ou novas para a firma em percentagem do retorno da empresa) e a inovação tecnológica (de produtos ou processos), não obstante os resultados menos conseguidos ao nível da capacitação regional em termos de inovação. Com algum crescimento, não tão explícito mas também importante, o emprego em atividades intensivas em conhecimento contrapõe-se à diminuição da capacitação da Região na produção de inovação não tecnológica.

O Alentejo revelou ligeiras melhorias no desempenho ao nível dos resultados, principalmente na maior participação das empresas no processo de inovação e desenvolvimento tecnológico, ficando ainda aquém o nível de desempenho em matéria de ambiente e de capacitação regional para o desenvolvimento das atividades de IDT&I.

O investimento em inovação (proporção de despesa em I&D no PIB), em 2010, atingia 0,5% do PIB (um sexto da meta para uma de 3% em 2020), proporção residual num contexto em que a propensão para a inovação no setor empresarial do Alentejo é também bastante reduzida. Efetivamente, em média, por cada 100 novas empresas criadas, apenas uma se enquadra em setores de alta e média-alta tecnologia, comparativamente, à média nacional de 1,8% (em 2010). Esta fraca tendência para a inovação é confirmada pelo peso diminuto que o VAB gerado pelas empresas dos setores de alta e média-alta tecnologia representa no VAB regional (5,8%, em 2010).

Estes dados colocam a Região num grau de afastamento acentuado face aos objetivos/metad do Programa Nacional de Reformas e da Estratégia Europa 2020.

Tabela 2 - Situação do Alentejo face aos objetivos do PNR e às metas da Estratégia Europa 2020

	Alentejo	Portugal	Objetivos PNR e Europa 2020	
			PNR	Europa 2020
Investimento em I&D em % do PIB (2010)	0,5%	1,6%	3%	3%
% População com Ensino Superior ou equiparado entre 30-34 anos (2011)	27,2%	33,7%	40%	40%

Fontes: INE e PNR.

Os elementos estruturais que definem a posição desfavorável da Região incluem também a dificuldade no trabalho em rede entre as diferentes instituições de I&DI e os potenciais utilizadores/beneficiários, a dificuldade no acesso à informação por parte das empresas e a diminuta incorporação de conteúdos técnicos e tecnológicos nos processos produtivos, mesmo em áreas em que o Sistema Regional de Inovação dispõe de valências internas e próximas da estrutura económica regional (p.e., agricultura, eficiência energética e património).

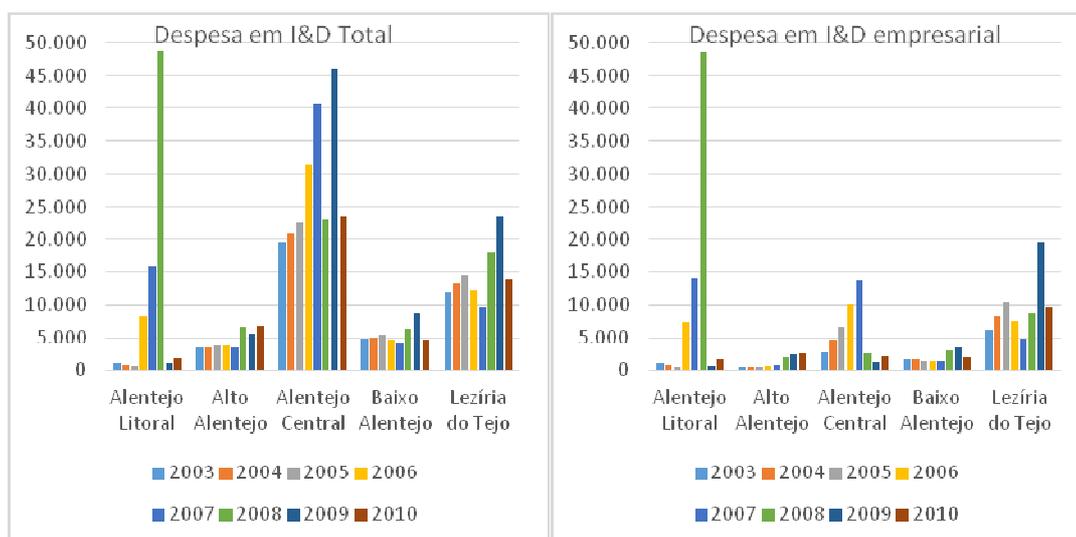
A recente criação do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (com as suas principais componentes: Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, Rede Regional de Ciência e Tecnologia,

Incubadoras e Infraestruturas Científicas e Tecnológicas), deverá contribuir para a mudança deste panorama. Este sistema, com forte vocação para a investigação aplicada, transferência de conhecimentos e inovação, tem o envolvimento de todas as Instituições de Ensino Superior da Região, outras estruturas de investigação e Associações Empresariais e está a realizar os investimentos iniciais da sua 1ª Fase, sendo necessário garantir o financiamento para a 2ª Fase, bem como para enquadrar novos avanços tecnológicos no que constituiria uma 3ª fase (a realizar a partir de 2016).

Ao nível das suas sub-regiões, o Alentejo apresenta uma clara concentração do investimento em I&D no Alentejo Central (Universidade de Évora) e na Lezíria do Tejo, ainda que, quando se ventila o investimento empresarial, o Alentejo Litoral (Complexo de Sines) ganhe alguma expressão, pese a variabilidade dos valores anuais, com especial destaque para o comportamento especialmente anómalo verificado nesta sub-região entre 2006 e 2008.

Quanto à particularização desta tipologia de despesa no setor empresarial, é bastante evidente o efeito da crise nacional, com quebras de investimento substanciais a partir de 2008, sendo no entanto de destacar o crescimento sustentado que se verificou até essa data, sobretudo evidente na sub-região do Alentejo Central, indiciador da existência potencial de alguma estruturação, ainda que seminal, das instituições de I&D. Deste ponto de vista, também a resiliência do investimento na sub-região Lezíria do Tejo é um indicador de grande relevância.

Figura 9 – Despesa em I&D total e empresarial nas NUTS III do Alentejo (milhares de Euros)

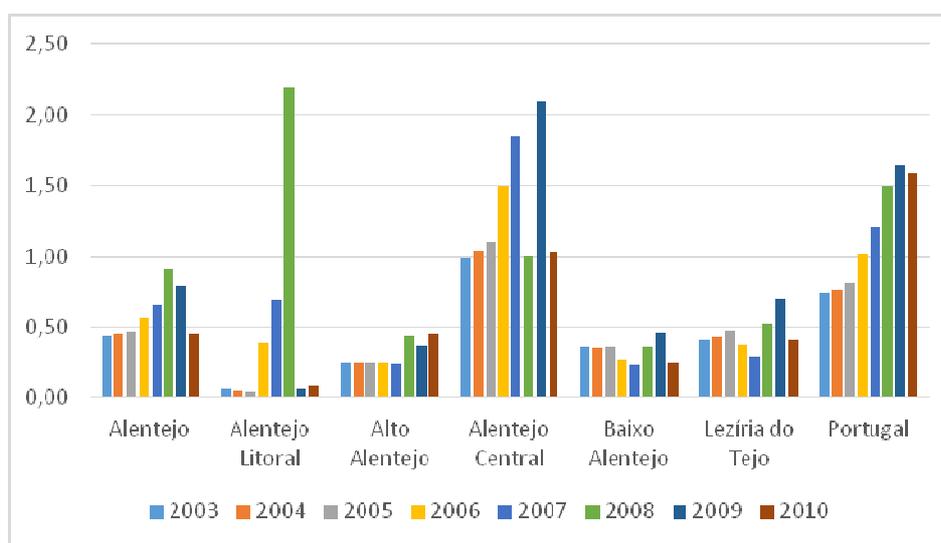


Fonte: Despesa em Investigação e Desenvolvimento das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento, por Localização geográfica (NUTS II – 2002), INE e Sector de execução.

Conforme afirmado a título introdutório, o Alentejo fica bastante aquém dos níveis nacionais e da meta estabelecida na Estratégia Europa 2020, em termos de proporção da despesa de I&D no PIB, sendo, além do mais preocupante, a tendência regressiva deste indicador a partir de 2008. Os desempenhos intra-regionais nesta matéria são, no entanto bastante díspares, e apesar dessa tendência regressiva, são de salientar os esforços de investimento registados na sub-região

Alentejo Central em 2007 e 2009, bastante superiores à média nacional. No entanto, nas restantes sub-regiões, o peso do investimento em I&D no PIB é estruturalmente muito inferior à média nacional.

Figura 10 - Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%) no Alentejo, por NUTS III



Fonte: *Proporção da Despesa em Investigação e Desenvolvimento (I&D) no PIB (%)*, INE.

Em termos do número de pessoas a trabalhar em tempo integral (ETI) em I&D, o Alentejo regista um aumento significativo até 2009, quase o dobro os valores de 2006. O setor do Ensino Superior acompanhou a tendência nacional de crescimento, mas a nível empresarial, que tinha acompanhado a tendência até 2009, verificou-se uma quebra abrupta do pessoal empregue em atividades de I&D em 2010 passando de 651 para 188.

A análise dos indicadores de inovação empresarial, permite verificar que o Alentejo tem acompanhado a evolução nacional em termos das empresas com atividades de inovação passando de 38,5%, em 2004-2006, para 60,6% das empresas, no biénio 2008-2010. No que se refere às empresas com cooperação para a inovação, apesar dos indicadores a nível regional acompanharem a tendência de diminuição nacional, a mesma foi significativamente maior que o registado ao nível nacional.

No tocante ao tipo de empresas com atividades de inovação, segundo o escalão de pessoal ao serviço, constata-se que a nível nacional o maior aumento se registou nas empresas pertencentes ao escalão de pessoal 250 ou mais pessoas ao serviço, enquanto no Alentejo o maior crescimento registou-se ao nível do escalão de pessoal 10-49 pessoas, realçando a importância das empresas de média dimensão na Região nos processos mais intensivos em inovação.

Tabela 3 - Indicadores de inovação empresarial no Alentejo

Empresas com atividades de inovação			
	2004-2006	2006-2008	2008-2010
Portugal	40,6	58,1	60,8
Alentejo	38,5	52,4	60,8
Empresas com financiamento público para a inovação			
	2004-2006	2006-2008	2008-2010
Portugal	12,0	11,1	18,2
Alentejo	12,2	7,3	17,3
Empresas com cooperação para a inovação			
	2004-2006	2006-2008	2008-2010
Portugal	18,0	24,8	15,2
Alentejo	20,3	24,8	14,9

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência, *Inquérito Comunitário à Inovação* (extraído dos Anuários Estatísticos, INE)

A Região apresenta uma proporção de nascimentos de empresas nos setores de alta e média tecnologia, inferior aos valores nacionais e a tendência de evolução recente (entre 2009 e 2010) para este indicador é claramente decrescente quer ao nível nacional, quer ao nível regional e sub-regional, verificando-se que, no Alentejo, em cada 100 empresas criadas, apenas uma se enquadra em setores de alta e média tecnologia. Esta proporção é ainda mais reduzida nas sub-regiões Alto e Baixo Alentejo, onde o nascimento de empresas nestes setores ocorre em 1 de cada 125 e de cada 200 empresas, respetivamente. A sub-região que mais se aproxima dos registos médios nacionais é a Lezíria do Tejo, em que uma em cada 55 empresas criadas se enquadra no setor de alta e média-alta tecnologia.

As exportações regionais de bens de alta e média tecnologia têm um peso de cerca de 3% no total das exportações regionais, próximo do valor registado a nível nacional (3,05%), registando uma diminuição na sua orientação exportadora no último ano de aproximadamente 1,6 pontos percentuais. Relativamente à criação de valor acrescentado nos sectores de alta e média tecnologia, a evolução no Alentejo acompanha a quebra registada a nível nacional, decorrente da diminuta expressão regional das indústrias de setores de média e alta tecnologia.

Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

O setor das TIC integra um conjunto alargado de atividades industriais e de serviços e como produtor de bens e serviços de suporte (bens de equipamento, software, comunicações) assume uma posição relevante no incremento das mudanças tecnológicas e em termos de inovação, emprego e exportações. A nível nacional, as TIC representam pouco mais de 6% do Valor Acrescentado Bruto (VAB), valor que se tem mantido estável nos últimos 4 anos. A nível regional, tem uma expressão muito reduzida, abaixo de 1% do VAB regional, numa tendência constante nos últimos 4 anos.

Neste cenário, destaca-se a nível sub-regional, o Alentejo Central, apresentando contributos setoriais na ordem dos 2%.

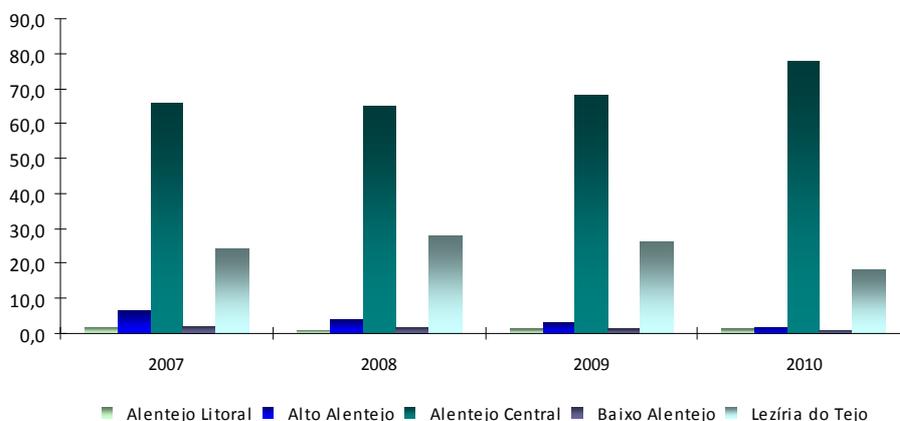
Tabela 4 - Peso do Valor Acrescentado Bruto das empresas do sector TIC

	2007		2009		2011	
	Valor VAB (milhões €)	Peso do setor TIC (%)	Valor VAB (milhões €)	Peso do setor TIC (%)	Valor VAB (milhões €)	Peso do setor TIC (%)
Portugal	89.307	6,1	87.329	6,4	82.242	6,4
Alentejo	3.936	0,4	3.668	0,4	3.621	0,7
Alentejo Litoral	572	0,1	491	0,1	627	0,1
Alto Alentejo	450	0,2	482	0,3	438	0,3
Alentejo Central	742	-	671	0,4	711	1,9
Baixo Alentejo	702	-	622	0,2	650	0,2
Lezíria do Tejo	1.470	0,6	1.403	0,6	1.196	0,9

Fonte: Sistema de Contas Integradas, INE

O claro predomínio no Alentejo Central neste setor pode ainda ser aferido pela contribuição determinante que assume para o volume de negócios regional específico do setor (78% em 2010) numa evolução sustentada desde 2007. Esta posição contrapõe-se à inexpressiva atividade do setor nas demais sub-regiões, à exceção da Lezíria do Tejo, que revela uma pequena dinâmica a salientar.

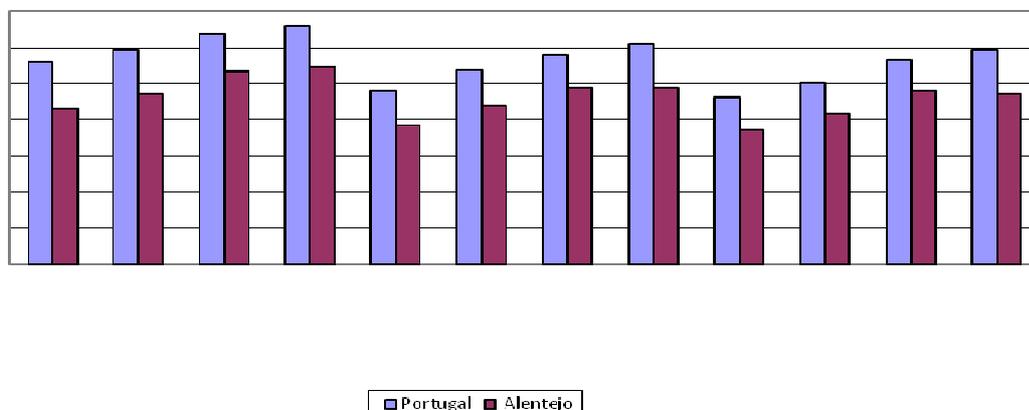
Figura 11 - Repartição Regional do Volume de Negócios no setor das TIC (%)



Fonte: Anuário Estatístico do Alentejo, INE

No que se refere à utilização das TIC pelas famílias, os dados disponíveis revelam a existência de um *gap* regional face às médias nacionais em todos os indicadores, embora a Região acompanhe a tendência nacional de crescimento sustentado dos indicadores de referência, embora com tendência para reduzir o ritmo de convergência para os valores médios nacionais.

Figura 12 – Famílias com acesso a computador, ligação à Internet e através de banda larga em casa, 2009-2012 (%)



Fonte: Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias, INE

Em contraposição, em matéria de utilização institucional das TIC, o Alentejo apresenta indicadores bastante favoráveis. A par de Lisboa e da Região Autónoma dos Açores, todos os Municípios da Região têm presença na internet; em 2011, cerca de 88% das Autarquias alentejanas disponibilizava os processos de consulta pública no sítio da Internet (Portugal: 81,5%). Este padrão é reforçado pela utilização das TIC nos hospitais, com 40% das unidades hospitalares do Alentejo a utilizarem a videoconferência nos seus serviços (o dobro do registado a nível nacional) e 50% a utilizarem atividades de telemedicina, superando claramente a média nacional (21%). A presença dos estabelecimentos hoteleiros do Alentejo na internet também supera a média nacional (Alentejo: 80%; Portugal: 78%), dirigindo-se a sua utilização essencialmente para a captação de reservas na hotelaria (61%) em contraste com o uso ainda reduzido para efetuar encomendas (31%), acompanhando as tendências nacionais.

↳ Ensino Superior

Com localização em todas as NUT III do Alentejo, no ano letivo 2011/2012 existiam 20 estabelecimentos de Ensino Superior (18 públicos e 2 privados), com claro destaque para o Alentejo Central, em número de alunos inscritos e de docentes. Tendo em atenção que a meta estabelecida para a Europa 2020 é de 40% de população entre os 30-34 anos com Ensino Superior ou equiparado, o Alentejo atingiu 27,2%, em 2011, enquanto a nível nacional o valor atingiu 33,7%. Em termos evolutivos, regista-se uma tendência recente para a perda de alunos matriculados no Ensino Superior, verificando-se que o número de alunos matriculados no ano letivo de 2011/2012 regrediu para valores inferiores aos registados no ano letivo de 2006/2007 (quebra de 4%).

Ao nível dos diplomados, em 2010/2011, o Alentejo contribuiu em cerca de 4% para o total nacional dos diplomados do ensino superior, acompanhando as tendências de evolução nacionais. Com valores constantes nos últimos anos, as áreas de formação com o maior número de diplomados (21% na época 2009/2010) são as Ciências Sociais, Comércio e Direito e a Saúde e Proteção Civil. Em contrapartida, as áreas de formação que menos diplomados formam são as áreas científicas da Engenharia (8%) e das Ciências, Matemática e Informática (6%).

Tabela 5- Indicadores de desempenho do Ensino Superior no Alentejo

Indicador		Unid.	2006/2007	2010/2011	2011/2012
Alunos matriculados no Ensino Superior	Portugal	Nº	360.288	396.268	390.273
	Alentejo	Nº	17.467	18.410	16.799
	Alentejo Litoral	Nº	74	145	112
	Alto Alentejo	Nº	3.148	2.610	2.280
	Alentejo Central	Nº	6.828	8.496	7.600
	Baixo Alentejo	Nº	3.377	2.998	2.882
	Lezíria do Tejo	Nº	4.040	3.982	3.925
% População com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos	União Europeia	%	30,0		34,6*
	Portugal	%	19,8		33,7*
	Alentejo	%	n.d		27,2*
Diplomados no Ensino Superior	Portugal	Nº	84.154	87.129	n.d
	Alentejo	Nº	4.595	3.703	n.d

* 2011

Fonte: INE e Eurostat

2.2. Cadeias de Valor Estratégico

↳ Especialização Produtiva

O Alentejo apresenta, de acordo com o padrão produtivo nacional, e tomando como base de referência o ano de 2010, uma elevada tendência para a terciarização da economia, embora mantendo ainda uma dinâmica produtiva agrícola e industrial bastante relevante, quando comparada com a estrutura produtiva nacional.

Do ponto de vista sub-regional, esta tendência é, ainda assim, comparativamente menos acentuada, salientando-se o exemplo do Alentejo Litoral que regista o mais elevado nível de industrialização, decorrente das infraestruturas industriais existentes no Complexo de Sines.

A base económica da Região assenta nas condições naturais propícias a diversificadas atividades, com destaque para as atividades agrícolas, agro-industriais, pecuárias e florestais, atividades associadas à exploração de recursos geológicos e minerais (pirites, mármore, águas, granitos, entre outros) assim como de um património natural, paisagístico e cultural classificado potenciador de atividades turísticas.

Estas atividades que tradicionalmente caracterizam o Alentejo, são complementadas por dinâmicas empresariais em novos setores produtivos entres os quais se salientam a indústria aeronáutica que já representa grande relevância estratégica e tecnológica com potencial de clusterização na Região gerando sinergias com outras atividades económicas, as indústrias criativas e da cultura como meio de dinamização económica e de revitalização de equipamentos e zonas particularmente sensíveis em termos patrimoniais e arquitetónicos, a economia do mar, pela extensa faixa atlântica e pelo desenvolvimento dos diversificados recursos por via das tradicionais atividades pesqueira e turística e de novas atividades emergentes e socialmente necessárias (produção de energia, biotecnologia e química) e a energia, pela exploração dos recursos hídricos e solares de exceção existentes no território.

A identificação dos setores que apresentam maior importância relativa na estrutura económica da Região, pode ser concretizada com maior nível de rigor através da aplicação de indicadores

específicos, como é o caso dos Quocientes de Localização ou de Especialização⁴ que permitem identificar quais as atividades em que o peso na Região é superior ao peso médio do sector no País (setores que apresentam o Quociente de Especialização superior a 1), podendo ser aferido segundo as dimensões regionais mais relevantes (tais como o VAB ou o emprego).

Da análise conjugada dos dois indicadores compostos, pode evidenciar-se que as atividades em que o Alentejo se destaca no contexto nacional, se centram, em primeiro plano, nas indústrias extrativas e na agricultura, atividades que exploram os recursos naturais da Região.

Tabela 6- Quocientes de Localização da Região do Alentejo – VAB e Emprego, por ramo de atividade em 2010

Ramos de Atividade Económica (CAE Rev3)	Quociente de Localização, segundo o VAB	Quociente de Localização, segundo o Pessoal ao Serviço
Indústrias extrativas	13,56	3,89
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	5,84	5,41
Captação, trat. e dist. de água; saneamento, gestão resíduos e despoluição	1,42	1,08
Outras atividades de serviços	1,33	1,04
Alojamento, restauração e similares	1,19	1,03
Atividades de saúde humana e apoio social	1,12	1,05
Indústrias transformadoras	1,07	0,88
Comércio por grosso e a retalho; rep. veículos automóveis e motociclos	1,02	1,01
Transportes e armazenagem	0,99	0,7
Construção	0,79	0,84
Educação	0,78	0,97
Atividades imobiliárias	0,66	0,68
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	0,56	0,6
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	0,52	0,74
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	0,35	0,84
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,23	0,08
Atividades de informação e de comunicação	0,09	0,25

Fonte: *Contas Regionais*, INE

⁴O Quociente de Localização (QL) é um indicador do grau de Especialização de uma Região numa determinada atividade que permite avaliar a importância de cada setor na Região em função da respetiva dimensão nacional. Assim, considera-se que os setores de especialização que apresentem um QL superior a 1 integram o perfil de especialização produtivo de uma Região.

↪ Indústria Extrativa

Apesar de disseminada pela Região, a indústria extrativa tem maior expressão produtiva no Baixo Alentejo, responsável por 4/5 do valor da produção regional decorrente da atividade mineira com contributos determinantes da atividade desenvolvida em Castro Verde e Aljustrel.

Também no que se refere à produção de rochas ornamentais, esta tende a evoluir positivamente, sobretudo devido ao contributo do Alentejo Central e da Lezíria do Tejo, as duas sub-regiões com maior valor de produção regional nesta atividade, em particular.

A preponderância do valor gerado por esta atividade na Região não está, no entanto, associada a uma malha empresarial densa. Na verdade, e segundo dados dos Quadros de Pessoal, em 2011, existiam no Alentejo 177 estabelecimentos na Indústria extrativa, representando um decréscimo de 11,5% em relação a 2007, embora se tenha registado um acréscimo residual de efetivos (0,7%) ao serviço nesta atividade.

Tabela 7 - Estabelecimentos Empresariais e Pessoal ao Serviço nos Estabelecimentos da CAE Indústria Extrativa (2007-2011)

	Pessoal ao Serviço			Estabelecimentos		
	2007	2011	Var. (%)	2007	2011	Var. (%)
Alentejo	2.655	2.674	0,72	200	177	-11,5
Continente	12.180	9.985	-18,02	1.046	900	-14,0
Peso do Alentejo %	-18,02	26,8	-	19,1	19,7	-

Fonte: GEP, Quadros de Pessoal, MTSS/MEE

De salientar que a supremacia do setor mineiro do Baixo Alentejo, com forte expressão nos principais indicadores económicos regionais, tende a relativizar alguns problemas estruturais no subsector das rochas ornamentais, também ele de grande relevância regional, e que tem manifestado incapacidade de gerar valor acrescentado ao setor e à Região, privilegiando a comercialização em bruto do produto da extração.

↪ Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca

As atividades integradas na **Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca**, concorrem em cerca de 8% para a estrutura do VAB regional, sendo responsáveis por 15% do emprego existente na Região.

O setor caracteriza-se por um tecido empresarial relativamente denso, com cerca de 17% de empresas (micro e pequenas empresas) do total de empresas da Região e que detêm, em média, 2 pessoas ao serviço. Esta estrutura tem apresentado alguma estabilidade ao longo dos últimos 5 anos e tem reflexo nos principais resultados de exploração realçando-se o facto de, na generalidade, existir uma tendência decrescente após 2008 relativamente ao volume de negócios gerado neste setor, com uma ligeira recuperação entre 2009 e 2010; o setor, que tem visto os custos de produção aumentar significativamente e, em função disso, tem registado decréscimos ao nível do VAB e das margens de exploração, que são bastante reduzidas.

Em termos de uso do solo a superfície total da Região comportava 3.160.325 hectares, em 2009 e, repartia-se por dois grandes usos: a floresta, com 44,7%, e a agricultura, com 41,6%. A superfície total ocupada pelas explorações agrícolas era de 2.484.177 hectares, sendo a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de 2.152.389 ha, correspondentes a 86,6% da superfície total. Em 2009, existiam 42.196 explorações agrícolas, das quais 41.720 com SAU e 476 sem SAU.

As explorações agrícolas têm no Alentejo uma dimensão média superior à do Continente: 51,6 hectares face a 12,7 hectares, dimensão esta, que cresceu cerca de 20%, de 1999 para 2009. Contudo, este valor médio tem pouco significado já que a distribuição das explorações é bimodal, uma vez que 82,8% das explorações têm áreas inferiores a 50 hectares (74% inferiores a 20 hectares) e 80,6% da SAU está em explorações com mais de 100 hectares.

A SAU repartia-se em 2009 essencialmente por pastagens permanentes (56%), terras aráveis (32%), culturas permanentes (12%) e hortas familiares (0,7%). As grandes mudanças que ocorreram de 1999 para 2009 registaram-se no acréscimo das pastagens permanentes, de 41% para 56%, e no decréscimo das terras aráveis, de 50% para 32% da SAU. As culturas permanentes aumentaram também a sua área e o seu peso relativo de 9 para 12%.

As pastagens permanentes, as culturas forrageiras e prados temporários, os pousios da rotação cerealífera de sequeiro e, em parte, os cereais de Outono /inverno, estão associados à atividade pecuária e à evolução dos respetivos efetivos. A pecuária extensiva para carne característica da Região registou comportamentos distintos nas espécies no intervalo entre os recenseamentos, os bovinos tiveram um crescimento de 35% do seu efetivo e os ovinos e caprinos, um decréscimo de 27% e 13,5%, respetivamente. Os suínos de “montanheira” apresentaram uma evolução muito negativa, pós-2009. Em termos de efetivos reprodutores, o Alentejo detém 71% do efetivo de vacas aleitantes e 48% do efetivo de ovelhas reprodutoras. A produção animal no Alentejo representa cerca de 28% da produção animal nacional, com destaque para a produção de carne de bovino e de ovino que representam cerca de 50% da produção nacional destas carnes.

Em 2009, apenas 29% das explorações dispunham de sistemas de rega, facto que aliado à elevada dimensão média das explorações, contribui para a fraca presença das culturas de regadio na Região. A este nível, salienta-se que os dados reportados ao Recenseamento de 2009 revelam, ainda, um muito fraco impacto das infraestruturas de Alqueva, verificando-se que as sub-regiões do Alentejo Central e do Baixo Alentejo são, precisamente, as que apresentam piores registos quanto a este indicador. A sub-região da Lezíria do Tejo apresenta uma estrutura agrária, de produção agrícola e de utilização de infraestruturas associadas bastante diferente, aproximando-se muito mais do padrão produtivo nacional.

Nos últimos anos, 2011/12, o milho para grão e o arroz têm registado no Alentejo aumentos em termos de área e de produção, enquanto os cereais de Outono /inverno (trigo, aveia e cevada) apresentam uma tendência decrescente. Nas culturas industriais, o tomate para indústria tem registado uma tendência crescente, afirmando-se como uma produção auspiciosa; também as hortícolas, em particular a horticultura intensiva, registam uma tendência crescente.

O setor vitivinícola regional produziu, em 2011, mais de 1,3 milhões de hectolitros de vinho, representando cerca de 24% da produção nacional, o Alentejo Central responsável por mais de metade da produção do setor, fruto da importância das adegas localizadas na sub-região, seguido pela Lezíria do Tejo e pelo Baixo Alentejo. Cerca de 40% da produção refere-se a vinho com Identificação Geográfica Protegida e 34% a vinho com Denominação de Origem Protegida.

Quanto à produção de azeite na Região, em 2011, estavam instalados 105 lagares (cerca de 20% destas infraestruturas a nível nacional) os quais dão origem a mais de 40% da produção nacional. Cerca de 80% da produção de azeite alentejano é de baixa acidez (até 0,8) fator que o diferencia relativamente à produção nacional, e que contribui para a associação a um conceito de qualidade desta produção regional.

Em síntese, na vasta extensão da Região Alentejo regista-se uma tendência para a polarização da agricultura e floresta em dois pólos:

- Agricultura e/ou floresta mais intensiva, empresarial, societária, por conta própria ou arrendamento, com mão-de-obra assalariada essencialmente a tempo parcial, baseada em culturas de regadio, culturas temporárias (milho, arroz, tomate e hortícolas) e culturas permanentes (olival, vinha e frutícolas) e/ou na floresta de produção (cortiça e madeira)
- Agricultura mais extensiva, familiar, singular, por conta própria, com mão-de-obra essencialmente familiar (nos casos de explorações de menor dimensão já a tempo parcial), baseada essencialmente na pecuária extensiva e nas culturas temporárias com ela associadas

Esta última está também associada a um uso multifuncional e à prestação de serviços dos ecossistemas preservados.

A agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca inserem-se num espaço rural caracterizado no Alentejo por um povoamento concentrado a quatro níveis: montes, aldeias, vilas e pequenas cidades. Com o relativo declínio da agricultura, em termos de participação no VAB e no emprego, o espaço rural que integra as aldeias, vilas e pequenas cidades tem vindo a diversificar a sua economia para atividades económicas não agrícolas, sem ter, no entanto, conseguido estancar o êxodo rural.

O setor das Pescas apresenta uma muito fraca expressão no contexto nacional e regional, não obstante a ampla extensão da costa alentejana, encontrando-se a sua atividade centralizada exclusivamente no porto de Sines.

Assim, em 2011, do total de pescadores matriculados no país, apenas 4% exercem a sua atividade no Alentejo. Por outro lado, também as embarcações registadas, com e sem motor, representam 3% o total de embarcações do país.

Quanto ao volume das capturas nominais de pescado, este tem vindo a sofrer um decréscimo gradual, registando uma redução de 24% entre 2008 e 2011, que corresponde a uma quebra em valor de 8%, ainda assim, minimizada por pontuais valorizações no preço do pescado, designadamente no que se refere aos crustáceos. Efetivamente, o preço médio total do pescado na Região tem registado uma evolução tendencialmente positiva, embora se situe, em regra, abaixo do preço médio nacional.

Em 2011, o volume de pesca regional representava 6% do volume de pesca total nacional, não se registando alterações estruturais significativas desde 2008. Comparativamente, a sardinha é a espécie de pescado mais representativa da pesca regional. Contudo, em 2011, a Região apenas contribuía em 8% para o volume total de pesca da sardinha a nível nacional, mantendo este pescado o preço praticamente inalterado deste 2008. Os moluscos (choco, lula e polvo)

constituem a segunda tipologia de pescado mais capturada. No entanto, e não obstante o preço regional bastante atrativo dos crustáceos, este tipo de pescado é praticamente inexpressivo a nível regional e nacional, representando cerca de 1% das pescas nacionais desta espécie e 0,1% do volume de pescado da Região.

A produção regional na aquicultura tem registado variações significativas, salientando-se o saldo extremamente positivo entre 2009 e 2010, quer em volume, quer em valor. Paralelamente, verificou-se uma alteração na estrutura produtiva desta atividade, passando de um regime extensivo e semi-extensivo em 2008 para um regime predominantemente intensivo em 2010.

Indústria Transformadora

A Indústria Transformadora mantém uma expressão económica interessante na Região, sendo responsável por cerca de 20% do VAB Regional, assumindo uma relevância superior ao número de estabelecimentos e ao volume de emprego que assegura. O período 2007-2011, apresenta uma evolução recessiva similar à verificada no Continente, ainda que com manutenção do peso destas atividades face ao Continente.

Tabela 8 - Estabelecimentos Empresariais e Pessoal ao Serviço nos Estabelecimentos da CAE Indústria Transformadora (2007-2011)

	Pessoal ao Serviço			Estabelecimentos		
	2007	2011	Var. (%)	2007	2011	Var. (%)
Alentejo	35.397	31.153	-12,0	2.745	2.302	-16,1
Continente	712.211	591.349	-17,0	47.205	38.270	-18,9
Peso do Alentejo %	5,0	5,3	-	5,8	6,0	-

Fonte: GEP, Quadros de Pessoal, MTSS/MEE

Na distribuição setorial, as indústrias alimentares, as bebidas e o tabaco ocupam cerca de metade do total de estabelecimentos industriais absorvendo quase 40% do total de pessoal ao serviço.

No que respeita à evolução do número de estabelecimentos, o comportamento recessivo foi mais expressivo no fabrico de têxteis, vestuário e couro e no fabrico de madeira e cortiça (quebra de 36,1% e 32,2%, respetivamente). Quanto ao Pessoal ao Serviço, destaca-se a quebra de efetivos no fabrico de automóveis e indústria da madeira e cortiça (34,2% e 31%, respetivamente); no fabrico de artigos de borracha e materiais plásticos e no fabrico de componentes petrolíferos, a evolução é positiva (15% e 3,8%, respetivamente).

Tabela 9 - Distribuição setorial (CAE 2 dígitos) dos Estabelecimentos e do Pessoal, por ramo de atividade da Serviço na Indústria Transformadora (2007-2011)

CAE	Estabelecimentos			Pessoal ao serviço		
	2007	2011	Var. (%)	2007	2011	Var. (%)
Indústrias alimentares; das bebidas e; tabaco	1.114	1.039	-6,7	12.660	12.223	-3,5
Fabricação de têxteis; Indústrias do vestuário; Indústrias do couro e produtos do couro	83	53	-36,1	1.256	1.034	-17,7
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria	239	162	-32,2	2.577	1.778	-31,0
Fabricação. de pasta, de papel, cartão e seus artigos; Impressão e reprodução de suportes gravados	127	92	-27,6	1.182	867	-26,6
Fabricação de coque, de produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis; Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos	60	62	3,3	2.003	2.080	3,8
Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	2	2	0,0	4	3	-25,0
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	26	22	-15,4	1.095	1.259	15,0
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	323	241	-25,4	2.479	1.784	-28,0
Indústrias metalúrgicas de base; Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	422	334	-20,9	3.909	3.193	-18,3
Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e ótico; Fabricação de equipamento elétrico; Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	76	71	-6,6	3.243	3.101	-4,4
Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis; Fabricação de outro equipamento de transporte	49	40	-18,4	2.622	1.725	-34,2
Fabricação de mobiliário e de colchões	91	65	-28,6	1.568	1.258	-19,8
Outras indústrias transformadoras	40	28	-30,0	262	195	-25,6
Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	93	91	-2,2	537	653	21,6
Total	2.745	2.302	-16,1	35.397	31.153	-12,0

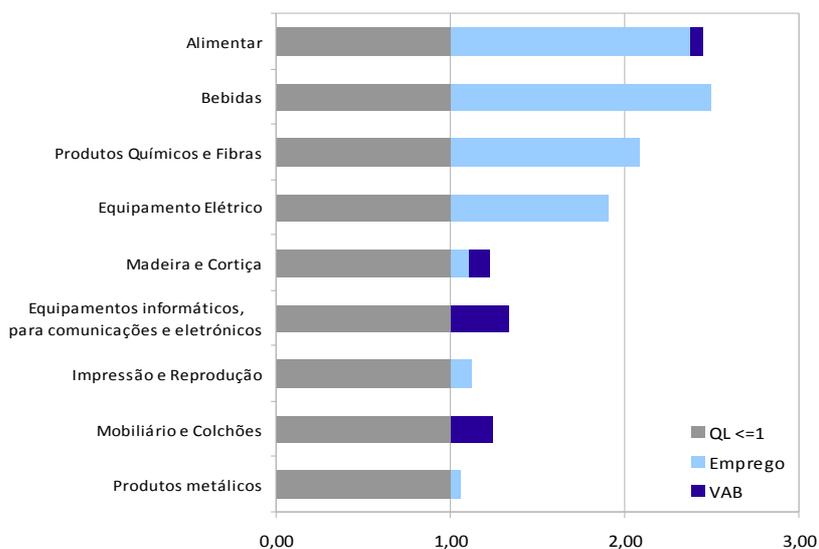
Fonte: GEP, Quadros de Pessoal, MTSS/MEE

A par da análise à tendência evolutiva do tecido empresarial em termos de estabelecimentos e do volume de emprego gerado, deve atender-se também à especialização da atividade produtiva industrial da Região. Como tal, tomando novamente como indicador o Quociente de Localização, é possível verificar que não obstante a tendência regressiva dos indicadores demográficos da atividade, existem vários segmentos produtivos de expressão relevante na Região em atividades industriais de relevo, quando comparadas com a dinâmica do mesmo setor a nível nacional, salientando-se:

- Indústrias alimentares e das bebidas, cuja atividade se encontra fortemente implantada e disseminada de forma relevante por todas as sub-regiões NUT III
- Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, assim como de produtos metálicos com forte predominância no Alentejo Litoral, ainda que também com representatividade no Baixo Alentejo
- Fabricação de equipamentos elétricos, informáticos, electrónicos e para comunicações, com expressão essencialmente no Alentejo Central, sobretudo no que se refere aos primeiros

- Indústria da madeira e da cortiça, com expressão no Alentejo Central, Alto Alentejo e Alentejo Litoral, evidenciando-se a importância relativa dos vários recursos silvícolas distintos em cada sub-região e, por outro lado, o fabrico de mobiliário e colchões, com especial incidência na Lezíria do Tejo
- De salientar, finalmente, a importância relativa para a Região das atividades de impressão e reprodução de suportes gravados (associada à atividade da comunicação social)

Figura 13 - Quocientes de Localização na Indústria Transformadora da Região do Alentejo – VAB e Emprego, em 2010



Fonte: *Contas Regionais*, INE

De referir ainda a dinâmica de evolução da atividade de fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas, que se encontra no limiar da especialização regional registando um QL de 0.94 no VAB e de 0.95 no emprego, assumindo-se como uma das atividades que incrementou o volume de emprego nos últimos anos e cujo cerne territorial se encontra no Alto Alentejo.

Em circunstâncias idênticas, regista-se também a atividade de reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos, que com particular incidência sub-região do Alentejo Litoral destaca esta sub-região no contexto nacional, em termos de especialização produtiva, tendo conseguido assegurar uma dinâmica de emprego bastante relevante, no contexto regional, a par de uma relativa estabilidade no tecido empresarial que a densifica.

O mix de atividades identificadas não se assume como exclusivo, face a novas oportunidades de desenvolvimento, designadamente em áreas emergentes, e cujo perfil de especialização se encontra latente, quer pela dinâmica empresarial, quer pelo volume de emprego que geram na Região. E, desde logo permite caracterizar a Região como um território de oportunidades quer associada às atividades de cariz tradicional, como é o caso das indústrias agro-alimentares ou da madeira e cortiça, quer associada às atividades com elevada incorporação de conhecimento e tecnologia, como se verifica ao nível da fabricação de equipamentos elétricos, eletrónicos e mais

recentemente da aeronáutica (embora os dados económicos disponíveis ainda não permitam aferir o real impacto desta indústria na Região).

Atividade Turística

A atividade turística, aferida pela dinâmica dos estabelecimentos de alojamento, restauração e similares, tem registado uma boa dinâmica, embora ainda aquém das potencialidades da Região. Este potencial da atividade turística resulta das condições naturais da Região as quais permitem construir uma oferta de produtos estratégicos que alimentem diferentes segmentos do mercado (Natureza, Touring Cultural, Sol e Mar, Náutico, Gastronomia e Vinhos, entre outros).

Os principais indicadores económicos e de emprego encontram-se sistematizados nas tabelas seguintes que evidenciam evoluções contrastantes no setor estruturado da economia, numa fase de afirmação das dinâmicas turísticas regionais:

- Decréscimo do volume de estabelecimentos e pessoal ao serviço durante o período 2007-2011 no sector do alojamento, restauração e similares (17,1% e 18%, respetivamente), tendo níveis de quebra superiores à verificada no Continente
- Crescimento interessante na oferta hoteleira durante o período 2007-2011, em particular no segmento hotéis, com aumento da oferta, da capacidade de alojamento e dos proveitos de aposento, apresentando valores bem acima dos verificados na média do Continente, realçando a melhoria da qualidade da oferta turística verificada no Alentejo

Tabela 10 - Estabelecimentos Empresariais e Pessoal ao Serviço nos Estabelecimentos da CAE Alojamento, Restauração e Similares (2007-2011)

	Pessoal ao Serviço			Estabelecimentos		
	2007	2011	Variação	2007	2011	Variação
Alentejo	12.185	10.103	-17,1	3.196	2.621	-18,0
Continente	215.222	197.049	-8,4	41.217	35.482	-13,9
Peso do Alentejo %	5,7	5,1	-	7,8	7,4	-

Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*, MTSS/MEE

Nos últimos anos verificou-se um aumento considerável do número de dormidas, aumento que se deve, sobretudo, aos turistas de nacionalidade portuguesa, não existindo alterações quanto à proporção de dormidas de turistas estrangeiros, com uma estada média limitada mas a melhorar no período 2007-2011.

Tabela 11 - Indicadores económicos da Hotelaria (2007-2011)

Indicador	Alentejo			Continente		
	2007	2011	Var. (%)	2007	2011	Var. (%)
Estada média de hóspedes estrangeiros (nº de noites)	1,6	1,8	12,5	3,5	3,2	-8,6
Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	13,1	17,1	30,5	22,6	25	10,6
Hóspedes por habitante	0,9	1	11,1	1,2	1,3	8,3
Proporção de hóspedes estrangeiros (%)	25	25,2	0,8	50,9	51,3	0,8
Proporção de dormidas entre Julho -Setembro	35,3	38,5	9,1	38	40,2	5,8
Dormidas em estab. hoteleiros por 100 habitantes	144,4	164,8	14,1	321,5	327,5	1,9
Proveitos de aposento por capacidade de alojamento (mil €)	3,8	3,3	-13,2	4,8	4,5	-6,3
Total de Estabelecimentos	154	158	2,6	1.763	1.752	-0,6
Hotéis	35	60	71,4	547	770	40,8
Pensões	83	61	-26,5	798	591	-25,9
Outros	36	37	2,8	418	391	-6,5
Capacidade de Alojamento	9.961	12.874	29,2	229.053	251.137	9,6
Hotéis	3.853	5.744	49,1	109.095	138.294	26,8
Pensões	3.531	2.602	-26,3	38.890	27.603	-29,0
Outros	2.577	4.528	75,7	81.068	85.240	5,1
Proveitos de aposento	37.575	43.115	14,7	1.090.662	1.120.989	2,8
Hotéis	16.221	21.655	33,5	736.311	789.440	7,2
Pensões	8.118	6.199	-23,6	82.750	58.445	-29,4
Outros	13.236	15.260	15,3	271.601	273.105	0,6

Fonte: Anuário Estatístico, 2007 e 2011, INE.

A oferta de Turismo em Espaço Rural conheceu um forte crescimento (25,9%), durante o período 2007-2011, cerca de 10 pontos percentuais acima da média do Continente e refletindo uma apreciável presença no Alentejo desta tipologia de alojamento/oferta turística. A aposta tem sido feita, em particular, nas categorias turismo rural e hotéis rurais, tendo contribuído para uma evolução interessante da capacidade de alojamento.

Tabela 12 - Estabelecimentos e capacidade de alojamento no Turismo em Espaço Rural (2007 e 2011)

Indicador	Alentejo			Continente		
	2007	2011	Var. (%)	2007	2011	Var. (%)
Total	162	204	25,9	892	1.026	15,0
Turismo rural	48	71	47,9	364	396	8,8
Turismo de habitação	23	23	0,0	210	220	4,8
Agroturismo	49	47	-4,1	131	142	8,4
Casas de campo	34	50	47,1	158	219	38,6
Turismo de aldeia	2	2	0,0	6	8	33,3
Hotel rural	6	11	83,3	23	41	78,3
Total de quartos	1.051	1.344	27,9	5.112	6.034	18,0
Capacidade de alojamento total	2.102	2.701	28,5	10.046	11.886	18,3

Fonte: Anuário Estatístico, INE

No entanto, o sector tem revelado dificuldades para articular a iniciativa dos agentes privados e das administrações, locais e central, no sentido de potenciar os recursos naturais, culturais e patrimoniais, numa perspetiva de desenvolvimento turístico-cultural. Deste ponto de vista, são significativos os constrangimentos ao nível da organização da oferta (rotas, articulação da oferta

com os eventos e a coordenação do funcionamento dos equipamentos que atraem os visitantes) e da sinalética turística.

A organização da promoção constitui um constrangimento de importância central na avaliação da trajetória do sector. A dispersão de meios financeiros por dezenas de estratégias de marketing territorial de base sub-regional e local - organizadas sem critério e apenas para responder a necessidades circunstanciais de financiamento – não fortaleceram nem contribuíram para a robustez e integração necessárias à afirmação da marca Alentejo.

Neste âmbito, destaca-se a estruturação gradual de propostas de consumo turístico já em fase de comercialização (Rota Vicentina e Rota dos Mármore, a breve trecho) e que podem funcionar no futuro como exemplos a prosseguir por outros atores.

O Turismo detém na Região uma forte capacidade de integração de várias atividades económicas com elevado potencial de crescimento, nomeadamente, nos territórios de baixa densidade, seja com a agricultura e o artesanato, seja na promoção dos produtos de excelência da Região, gerando mercados que inicialmente são de exportação indireta ou de venda cruzada, mas que, se bem trabalhados podem gerar oportunidades de exportação dos produtos da Região.

Atividades de Captação, Tratamento e Distribuição de Água, Saneamento, Gestão de Resíduos e Despoluição

As atividades ambientais, envolvendo a captação, tratamento e distribuição de água, assim como o saneamento, a gestão de resíduos e despoluição, contribuem em cerca de 6% para o VAB nacional. O tecido empresarial do setor é composto por 85 empresas (dados de 2010), representando 8% no contexto nacional. Contudo, a importância relativa que estas atividades assumem no setor produtivo da Região, é mais do que proporcional ao peso da atividade no contexto nacional. Efetivamente, para além da representatividade do VAB do setor na produção regional, é significativo o impacto do setor ao nível do emprego, a que não será alheio o facto de muitas destas empresas se enquadrarem num regime jurídico público-privadas, de implantação municipal, e dessa forma se constituírem como grandes empregadores regionais.

No espectro das atividades enquadráveis neste segmento, sobressaem as relacionadas com captação, tratamento e distribuição de água, responsáveis por mais de 50% do VAB destas atividades, sendo também de destacar as funções de recolha, tratamento e eliminação de resíduos, onde a Região apresenta algumas valias específicas, representando cerca de 11% do VAB nacional nesta atividade, que tem impactos mais significativos a nível sub-regional no Alto Alentejo. De referir ainda o segmento de desmantelamento de equipamentos e bens, em fim de vida, designadamente de veículos, que apresenta uma forte dinâmica na Lezíria do Tejo, responsável por cerca de ¼ do valor gerado neste segmento específico no contexto nacional.

↪ Comércio e Serviços

A tendência generalizada, nacional e internacional, para a terciarização da produção tem reflexos também no Alentejo, podendo, dentro deste vasto espectro de atividades, encontrar-se especificidades que distinguem e caracterizam as principais vantagens comparativas da Região neste setor.

Neste enquadramento, assumem particular relevância as atividades de comércio e serviços que suportam as economias locais, designadamente as atividades de organizações associativas e recreativas, as reparações de bens de uso pessoal (computadores, eletrodomésticos, calçado, mobiliário, entre outros), assim como as atividades relacionadas com a beleza e o bem-estar, e ainda, das agências funerárias que representam cerca de 20% do VAB regional do segmento específico incorporado na CAE - Outras atividades de serviços, e que no espectro da atividade económica regional assumem um vetor de suporte regional e de especialização face à dinâmica económica do país.

Merece também uma particular referência o segmento das atividades de saúde humana e apoio social, onde se verifica uma clara preponderância da saúde humana em detrimento do apoio social, representando 92% e 8% deste segmento, respetivamente. O VAB gerado por estas atividades representa cerca de 4% do global nacional para o setor, mas assume uma proporcionalidade maior ao nível regional, quando analisando comparativamente a estrutura setorial do VAB nacional e regional (7% a nível nacional; 8% a nível regional). Os segmentos que mais contribuem para estes resultados são os estabelecimentos de saúde com internamento e a prática clínica em ambulatório, de medicina dentária e de odontologia que em conjunto são responsáveis por 80% das atividades de saúde humana e apoio social na Região, verificando-se ainda uma dinâmica interessante ao nível dos laboratórios de análises clínicas e dos serviços de enfermagem. Esta decomposição do VAB setorial, com uma elevada preponderância das atividades de saúde, tem subjacente a forte dimensão empresarial das principais unidades de saúde da Região (hospital e unidades de saúde locais) recentemente posicionadas em lugar de destaque no ranking das 100 maiores empresas regionais, fruto da agregação de indicadores-chave de relevo, como é o caso do volume de vendas e do número de empregados ao serviço, constituindo-se como alguns dos maiores empregadores regionais.

No apoio social, que regista, como referido, um carácter residual, no contexto das atividades englobadas nesta CAE, refere-se repartição quase equitativa entre as atividades de apoio social com alojamento e as que não integram alojamento. No espectro desta tipologia de serviços, enquadram-se as atividades dos estabelecimentos de cuidados continuados integrados, dos estabelecimentos para apoio a pessoas com doenças do foro mental e do abuso de drogas, do apoio social para pessoas idosas com ou sem deficiência, com ou sem alojamento, assim como apoio social para crianças e jovens, com ou sem alojamento, entre outras atividades similares, sendo que no Alentejo apenas se registam algumas leves dinâmicas no apoio social a pessoas idosas e deficientes com alojamento (3% do setor) e nas atividades de cuidados para crianças, sem alojamento (1% do setor).

Relativamente às atividades de comércio por grosso e a retalho e de reparação de veículos automóveis, verifica-se uma repartição desta atividade em três segmentos específicos: comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos, o comércio por grosso e o comércio a retalho. O segmento dedicado aos veículos automóveis e motociclos representava em 2011 cerca de 18% do VAB regional do setor, enquanto as atividades comerciais por grosso e a retalho se encontram equitativamente representadas na Região. É de salientar, como evidência da capacidade comercial da Região os resultados particularmente interessantes ao nível do comércio por grosso de produtos alimentares e bebidas, apresentam uma dinâmica crescente, representando 18% do VAB comercial da Região em 2011.

↳ Dinâmica Empresarial

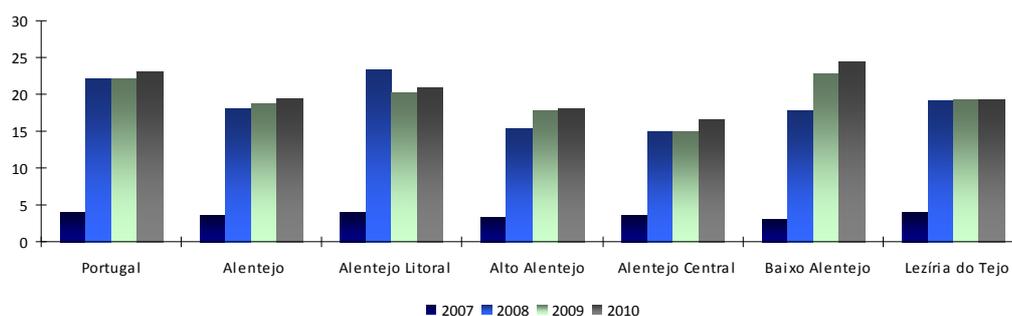
Em termos de estrutura empresarial, a Região apresentou um comportamento relativamente estável, no período entre 2007 e 2010; em 2010, encontravam-se em atividade no Alentejo 81.453 empresas, representando 7% do tecido empresarial do País. Este universo empresarial é constituído em 99,9% por pequenas e médias empresas, das quais 97% são microempresas e 3% são pequenas empresas que empregam, no máximo, 49 pessoas. Em 2010, existiam na Região 252 médias empresas e 28 empresas de grande dimensão; metades destas grandes empresas estão localizadas na Lezíria do Tejo, repartindo-se as restantes de forma equitativa pelas restantes NUT III da Região.

A baixa densidade do tecido empresarial, que acompanha a baixa densidade populacional, coloca à Região uma questão de dimensão/escala e de reduzida textura do tecido empresarial que constitui um constrangimento relevante ao seu desempenho económico.

O volume de negócios médio gerado pelas empresas da Região, regista uma tendência de quebra persistente entre 2007 e 2010 (-12,6%), cifrando-se no último ano em 186 mil euros, contrapondo com os 312 mil euros registados em termos médios no país. Ainda assim, é de salientar uma maior aproximação do volume médio de negócios gerado nas sub-regiões da Lezíria do Tejo e do Alentejo Litoral à média nacional.

No que se refere à produtividade regional, esta evoluiu significativamente entre 2007 e 2010, passando de 3,60 mil euros, para 19,5 mil euros, registando um esforço significativo de aproximação à média nacional, salientando-se a este nível o desempenho da sub-região do Baixo Alentejo cuja produtividade aparente do trabalho superava a média nacional, em 2010.

Figura 14 - Produtividade aparente do trabalho (milhares de euros)

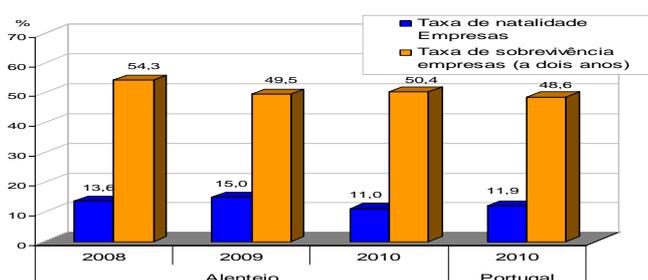


Fonte: Anuário Estatístico do Alentejo, INE.

A taxa de natalidade das empresas regionais regista uma evolução negativa entre 2007 e 2010, em linha com o comportamento médio do País; nos diferentes contextos de comparação, verifica-se uma quebra significativa da taxa de natalidade de empresas, em 2010.

Também no que se refere ao indicador de sobrevivência das empresas (a 2 anos) ocorreu uma evolução negativa entre 2007 e 2010 e, neste último ano, apenas metade das empresas nascidas 2 anos antes permanecem ativas; no entanto, este indicador encontra-se alinhado com a média nacional (49,5%), comportamento replicado também ao nível das diversas sub-regiões.

Figura 15- Taxa de natalidade e de sobrevivência das Empresas



Fonte: INE

Em síntese, apresenta-se um painel dos principais indicadores que contribuem para a caracterização do tecido e da dinâmica empresarial da Região.

Tabela 13- Painel síntese de Indicadores relevantes - Emprego/ Empresas (Fonte INE)

Indicadores	Portugal	Alentejo		
	2010	2010	2009	2008
População empregada sector Primário CAE: A	9,9	14,0	10,6	11,1
População empregada sector Secundário CAE: B - F	27,3	21,7	24,9	24,5
População empregada sector Terciário CAE: G - U	62,8	64,3	64,5	64,4
Densidade de empresas	12,4	2,6	2,1	2,1
Proporção de empresas individuais	68,5	73,0	72,2	73,1
Proporção de empresas com menos de 250 pessoas ao serviço	99,9	100,0	100,0	100,0
Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço	95,8	96,9	96,8	96,6
Pessoal ao serviço por empresa	3,4	2,5	2,6	2,7
Volume de negócios por empresa	311,5	185,5	197,9	212,3
Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas	5,3	12,6	10,9	13,6
Proporção do VAB das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia	10,7	5,8	3,8	8,9
Proporção dos nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia	1,8	1,0	1,4	1,5
Proporção de pessoal ao serviço em atividades de tecnologias da informação e da comunicação (TIC)	2,0	0,6	0,7	0,8
Indicador de concentração do volume de negócios dos municípios	63,3	46,1	46,6	48,0
Taxa de natalidade de empresas	11,9	11,0	15,0	13,6
Taxa de natalidade nas indústrias transformadoras	6,2	5,2	7,5	6,3
Taxa de natalidade na construção	8,2	8,5	11,1	10,7
Taxa de natalidade nos serviços	13,2	12,8	16,1	14,8
Taxa de sobrevivência de empresas (a dois anos)	48,6	50,4	49,5	54,3
Número médio de pessoal ao serviço nos nascimentos de empresas	1,3	1,2	1,2	1,3

↪ Comércio Internacional

No que concerne à estrutura das relações de comércio internacional, a Região apresenta um desempenho estável e um saldo de comércio externo favorável quando comparada com a média nacional. Assim, a Região evidencia uma intensidade exportadora equiparada à média nacional (PT: 22%; ALT: 21%), sendo de realçar o excelente desempenho exportador da sub-região Alentejo Litoral no contexto regional e nacional (37%), posição que é claramente reforçada através da análise da taxa de cobertura das importações pelas exportações, claramente favorável à Região (PT: 72%; ALT: 117%), com importantíssimos desempenhos das sub-regiões do Baixo Alentejo (indústria extrativa), do Alentejo Central (indústria transformadora, designadamente da fabricação de equipamento elétrico e de equipamento informático, para comunicações e produtos eletrónicos) e do Alentejo Litoral (indústrias químicas).

Não obstante algumas especificidades industriais sub-regionais, o perfil exportador da Região assenta fortemente nas atividades de valorização da exploração dos seus recursos naturais e os principais produtos exportados (minerais, produtos agro-pecuários e das indústrias alimentares, ou ainda das indústrias químicas) para além de evidenciarem um peso relevante no volume das exportações regionais, apresentam também significativas vantagens comparativas para a Região, no contexto nacional.

Tabela 14 - Comércio internacional por Tipologia de Mercadorias, segundo a secção da Nomenclatura Combinada, 2011

Tipologia de Mercadorias	Vantagens Comparativas Reveladas	Proporção nas Exportações Regionais
		%
Produtos do Reino Vegetal	4,0	7%
Produtos das Indústrias Químicas	2,7	15%
Produtos Minerais	2,5	22%
Gorduras e Óleos Animais ou Vegetais	2,1	2%
Plásticos e Borracha	2,1	14%
Produtos das Indústrias Alimentares	1,7	10%
Peles e Couros	1,5	1%
Animais Vivos e Produtos do Reino Animal	1,0	3%

Fonte: INE, Anuário Estatístico, 2011

Quanto aos principais mercados externos, salienta-se o intenso relacionamento comercial intracomunitário, responsável por cerca de 78% das importações e das exportações regionais. Dentro deste mercado específico, é de realçar que mais de metade (56%) das exportações são canalizadas para um circuito restrito de 4 países comunitários (Espanha, França, Países Baixos e Alemanha), que são paralelamente os principais fornecedores externos da Região, sendo responsáveis por 68% do volume de importações regionais.

Ao nível do comércio extra-comunitários, evidenciam-se as trocas comerciais com o México, a China, Angola, Brasil e Estados Unidos da América, embora com volumes de exportação pouco significativos. No cômputo das trocas comerciais internacionais deve ainda ser considerado o significativo papel da Argélia no volume das importações regionais.

2.3. Acessibilidades e Conetividade

↳ Corredores de Transportes e Polaridades Regionais

O Alentejo dispõe de um enquadramento geográfico e de um conjunto de eixos e nós de transporte que constituem potencialidades que devem ser consideradas como elementos da maior relevância na definição de uma estratégia de crescimento inteligente para a Região.

A estruturação do sistema urbano tem por suporte num conjunto de corredores que podem ser aproveitados mas que é necessário consolidar, em termos transversais e longitudinais, capazes de construir uma malha urbana fortemente comunicante e difusora de desenvolvimento:

- (i) Em termos transversais, evidenciam-se o Corredor Lisboa – Vendas Novas – Montemor-o-Novo - Évora - Estremoz – Elvas-Campo Maior – Badajoz, o Corredor Lisboa – Ponte de Sôr – Alter do Chão - Portalegre - Mérida/Cáceres e ainda o Corredor Sines – Ferreira do Alentejo - Beja – Serpa – Vila Verde de Ficalho – Espanha
- (ii) Em termos longitudinais, realçam-se o Corredor Lisboa – Setúbal – Grândola – Sines, o Corredor Castelo Branco – Portalegre – Évora – Beja – Algarve e, ainda, o Corredor Sines – Évora – Badajoz.

Estes corredores têm níveis de acessibilidade e mobilidade diferenciados e com enquadramentos territoriais e níveis de dotação de infraestruturas muito distintos (aeroportos, portos, estações de Alta Velocidade Ferroviária, entre outros), que transmitem às estruturas urbanas posicionamentos estratégicos e competitivos diversificados.

Em termos de inserção inter-regional, o Alentejo tem um posicionamento de charneira e de grande proximidade ao Arco Metropolitano de Lisboa e ao Arco Metropolitano do Algarve. Ao nível transfronteiriço existe, simultaneamente um forte relacionamento com as regiões da Extremadura e da Andaluzia, com especial destaque para a atratividade e polarização exercida pela cidade de Badajoz.

O contexto territorial dos centros urbanos transmite-lhes dinâmicas e capacidades de afirmação urbana muito diferenciadas regionalmente. Trata-se de utilizar estes corredores e os nós existentes nessa rede como catalisadores de iniciativas empresariais inovadoras e de atração de investimento externo.

As infraestruturas viárias executadas ao longo dos anos mais recentes, refletem uma opção de desenvolvimento baseada na posição geográfica (uma Região de passagem nas ligações para Espanha e para o Algarve) e oferecem à Região potencialidades de inserção externa que devem ser consideradas como oportunidades na caracterização prospetiva do Alentejo, embora ainda haja insuficiências de capilaridade que dificultam a sua integração territorial.

As limitações existentes no quadro das acessibilidades rodoviárias (rede nacional e municipal) constroem uma eficaz articulação do sistema urbano regional e uma mais intensa integração económica e territorial, sendo de salientar:

- Atrasos significativos na concretização de alguns troços da rede viária fundamental (IP) e complementar (IC e Estradas Nacionais) previstos na rede estabelecida pelo PRN2000, nomeadamente no que se refere a ligações transversais de relevante importância para uma maior articulação intra-regional e a ligações com o exterior, necessárias para a promoção de uma maior articulação e abertura da Região à sua envolvente
- Degradação do serviço de transporte coletivo prestado aos centros urbanos de pequena dimensão mais afastados dos eixos viários principais, tendência que acompanha o processo de despovoamento da Região traduzindo-se no agravamento das assimetrias de mobilidade intra-regionais e na forte dependência do meio de transporte individual
- Ausência de contributos das intervenções mais recentes na vertente qualificação e inovação dos serviços de transporte e para a articulação dos modos de transporte (nomeadamente, através de novas formas de gestão da mobilidade, atendendo às especificidades territoriais da Região) – os contributos do INALLENTEJO centraram-se fundamentalmente, em projetos de qualificação da rede de infraestruturas rodoviárias locais
- Perda de competitividade do modo ferroviário relativamente ao modo rodoviário (quando se compara com a realidade nacional), decorrente das características da Região e do desajustamento estrutural do traçado da rede relativamente ao sistema urbano regional (evidente na ausência de serviços competitivos em alguns dos centros urbanos principais), contexto em que surge especialmente penalizado o Alto Alentejo

As redes municipais são estruturalmente insuficientes, ocorrendo áreas deficientemente servidas, com fraca densidade de rede, vias em deficiente estado e insuficiente perfil, que dificultam o acesso de transportes coletivos, factos que aumentam as disparidades intra-regionais.

A deficiente oferta e degradação do serviço de transportes coletivos, prestado a territórios de baixa densidade e pequenos meios urbanos, originou problemas de acessibilidade e de mobilidade. A forte dependência de transporte individual, nas ligações pendulares trabalho/escola, no acesso a cuidados de saúde de uma população de idade avançada, a ofertas educativa, formativa e cultural, traduz-se num despovoamento acentuado e agravamento das assimetrias intra e inter-regionais.

A tentativa de resolução dos problemas existentes neste contexto, evidencia-se, em grande medida, pelos investimentos efetuados na requalificação de infraestruturas rodoviárias locais, sem que, paralelamente, se tenham efetuado contributos na qualificação, articulação e inovação dos serviços de transporte regionais, nomeadamente em novas formas de gestão da mobilidade, atendendo às especificidades territoriais da Região.

A realidade demográfica e o sistema de povoamento da Região justificam, por outro lado, uma abordagem específica da problemática da mobilidade em áreas de baixa densidade populacional, sendo premente a materialização de soluções inovadoras e flexíveis assentes em parcerias diferenciadas, as quais deverão ser ajustadas a cada situação concreta. É necessário fornecer soluções conjuntas de transporte local para as áreas rurais, fazendo um melhor uso da articulação entre automóveis, autocarros, comboios e outras modalidades de transporte em proveito das comunidades locais.

↳ **Logística e Áreas de Acolhimento Empresarial**

No **sistema logístico** há que destacar: as deficientes acessibilidades na ligação do Porto de Sines a Espanha (fruto da não concretização do IC33, do IP8 e da ligação ferroviária a Espanha); as dificuldades de consolidação do Aeroporto de Beja; e a desarticulação entre Portugal e Espanha quanto a normativos e procedimentos aplicáveis aos operadores ferroviários de transporte de mercadorias, que embora não seja uma realidade específica do Alentejo, surge também como entrave à afirmação do sistema logístico regional.

O Terminal de Contentores de Sines, em resultado de um crescimento que se cifra numa taxa média anual de 52% desde a sua entrada em funcionamento, apresenta atualmente estrangulamentos quer ao nível do ordenamento dos seus acessos e dos interfaces ferroviário e rodoviário, quer ao nível do comprimento de cais. O crescimento futuro da carga contentorizada, que deverá continuar a fazer-se a taxas muito elevadas, obrigará também a novos investimentos ao nível das infraestruturas de proteção marítima sob pena de comprometer os resultados já alcançados.

Pese embora o facto de o Porto de Sines estar integrado numa plataforma industrial onde se incluem algumas das maiores empresas nacionais, a fragilidade do tecido empresarial do resto da Região Alentejo e do parque logístico associado constituem também, constrangimentos a um mais rápido desenvolvimento da plataforma portuária e industrial de Sines, sendo, por outro lado, o Porto um dos principais ativos com que a Região conta para a supressão deste constrangimento histórico.

O INALENTEJO integrou nos seus objetivos *Reforçar a Rede Regional de Parques Empresariais*, um objetivo concretizado pela Área de Intervenção relativa ao Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE), através da criação de novas infraestruturas, da qualificação das AAE e da sua gestão, nomeadamente, através de partilha de serviços prestados e da coerência da rede regional de infraestruturas de acolhimento empresarial (como meio de prosseguir o próprio reforço da rede regional).

Até 30/06/2012, o Programa tinha apoiado 21 projetos, totalizando um volume de investimento elegível de 23,5 milhões de euros, em projetos com uma dimensão média de investimento de cerca de 1,2 milhões de euros, correspondendo a importantes intervenções físicas com impactos potenciais relevantes na organização territorial da Região e dos aglomerados onde são implantados. Dos 21 projetos apoiados, 19 respeitam à criação/expansão de áreas infraestruturadas para acolhimento de empresas, na sua maioria, loteamentos industriais; os projetos concentram-se em exclusivo na componente de infraestruturização, sendo inexistentes intervenções com a componente de serviços partilhados, uma dimensão que constituía objetivo explícito do Programa neste domínio de intervenção.

Uma relevante parcela do investimento foi canalizada para concelhos dos Centros Urbanos Complementares (os centros urbanos de 3º nível da Rede Urbana Regional), situação particularmente expressiva na sub-região do Baixo Alentejo (cinco dos seis projetos, em municípios de centros urbanos complementares) e também no Alto Alentejo (cinco dos sete projetos, em concelhos do 3º nível da rede urbana).

Apenas dois concelhos de Centros Urbanos Regionais (Évora e Campo Maior) tiveram projetos apoiados nesta Área de Intervenção, sendo de destacar (pela relevância regional, volume de

investimento e níveis de realização), o projeto da iniciativa do Município de Évora (Parque Industrial de Aeronáutica de Évora, destinado a instalar a EMBRAER, SA) que absorveu 25% do volume total de investimento elegível aprovado.

Tabela 15- Distribuição do nº de Projetos e investimento aprovado em Parques Empresariais, por nível hierárquico dos Centros Urbanos (30/06/2012)

Sistema Urbano	Nº Projetos			CTE Aprovado		Despesa Apresentada
	Apoiados	%	Concluídos	€	%	(% CTE Aprovados)
Centros Urbanos Regionais (CUR)	3	14	2	6.848.161	29	128
Centros Urbanos Estruturantes (CUE)	7	33	2	7.772.136	33	32
Centros Urbanos Complementares (CUC)	11	52	5	8.950.038	38	58
Total	21	100	9	23.570.335	100	70

Fonte: SIGPOA, Inalentejo

O Relatório Final da Avaliação do INALENTEJO sintetiza a apreciação global do Objetivo *Reforçar a Rede Regional de Parques Empresariais*.

- **Pontos fortes:** Reforço e qualificação da infraestrutura de acolhimento empresarial no principal centro urbano regional, associado ao desenvolvimento do setor da aeronáutica (setor estratégico no quadro regional); e Reforço e qualificação das áreas de acolhimento empresarial no Eixo Lisboa-Évora (através dos projetos de Vendas Novas, Montemor-o-Novo e de Évora), o Eixo com maior potencial de atração e de afirmação empresarial externa da Região
- **Pontos fracos:** Persistência de investimentos focalizados na expansão física da dotação de áreas de localização empresariais, de pequena dimensão e assentes em lógicas locais de organização territorial das infraestruturas, refletindo a ausência de uma perspetiva supramunicipal de abordagem desta área tradicional de intervenção municipal; Fraca presença, em termos de projetos, do conjunto dos Centros Urbanos Regionais; Exclusividade de projetos de infraestruturas e ausência de projetos com a componente de serviços partilhados; e Reduzida contribuição para alcançar o objetivo relativo à coerência da rede de áreas de acolhimento empresarial na Região, dado o tipo de projetos aprovados e a sua localização

Matriz SWOT do Crescimento Inteligente

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> • Presença em todas as sub-regiões de Instituições de Ensino Superior, de investigação e de apoio técnico, com reconhecimento crescente a nível internacional na produção científica, capazes de promover investigação científica, tecnologias novas e inovação nas empresas; • Capacidade de investigação e transferência de resultados em atividades económicas, como as indústrias agroalimentares, a aeronáutica, entre outros; • Evolução significativa da situação regional ao nível das TICp.e., na administração pública, na produção de conteúdos e na criação de condições para a sua utilização nas escolas; • Diversificação da base económica pelas dinâmicas empresariais em novos setores produtivos (aeronáutica e eletrónicas, indústrias criativas, economia do mar e energias limpas); • Condições naturais propícias às atividades agrícolas, agroindustriais, pecuárias e florestais potenciadas pelo aumento da área de regadio induzido pelo EFMA; • Disponibilidade de recursos geológicos em quantidade e diversidade, associados à Faixa Piritosa Ibérica, rochas ornamentais e águas minerais; • Relevante património natural, paisagístico e cultural classificado, e recursos endógenos potenciadores (Parques e Reservas Naturais) da atividade turística; • Marcada identidade dos espaços rurais sustentada pela valorização de sistemas multifuncionais mediterrâneos e, simultaneamente, pela capacidade de adaptação do sistema produtivo face a oportunidades de mercado; • Posicionamento geoeconómico estratégico para as ligações comerciais entre a Europa e os continentes americano e africano; • Porto de águas profundas (Sines) e plataforma industrial e logística, com localização geoestratégica privilegiada, nomeadamente no acesso às rotas mundiais de transporte marítimo e à atração de empresas e operadores logísticos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Debilidade do potencial científico e tecnológico Regional e da cooperação/articulação entre as Unidades de I&D e entre estas e as empresas; • Incipiente inovação tecnológica da base produtiva, com reduzida incorporação de valor e débeis estratégias de comercialização; • Incapacidade de absorção da investigação produzida, por parte do tecido empresarial; • Insuficiências de cobertura dos serviços de banda larga em áreas importantes para a atividade empresarial; • Taxa de conclusão do Ensino Superior no grupo etário 30-34 anos inferior à média do País; • Baixas qualificações escolares e profissionais de empregados e empregadores; • Escassez de recursos humanos associada à dificuldade de retenção dos mais qualificados; • Áreas de acolhimento empresarial pouco qualificadas ao nível dos modelos de gestão e dos serviços de apoio às empresas e da consequente capacidade de atracção de investimento e de promoção interna e externa; • Baixa densidade do tecido empresarial caracterizada por micro empresas com elevada tendência para a terciarização; • Desvitalização dos territórios rurais por fatores ligados à não regeneração da população e à fraca diversificação das economias locais; • Deficientes acessibilidades na ligação do porto de águas profundas de Sines e plataforma industrial e logística com a Espanha, provocando estrangulamentos ao nível do ordenamento e dos interfaces ferroviário e rodoviário.

(continua)

Matriz SWOT do Crescimento Inteligente

(continuação)

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • SRTT e suas principais componentes (PCTA e RRCT) vocacionado para a transferência de conhecimentos e inovação e para a investigação aplicada, envolvendo as Instituições de Ensino Superior, as estruturas de investigação e as empresas, como potenciadores do empreendedorismo e da capacidade da Região, em termos de IDT&I; • Utilização das TIC e estabelecimento de novas formas de cooperação entre os diferentes atores tendo por objetivo a internacionalização e diversificação de mercados; • Existência de know-how na indústria solar e de centrais fotovoltaicas, que poderá estimular empresas exploradoras e instituições de conhecimento e investigação para a constituição de um Cluster; • Novos perfis e exigências do consumidor como estímulo à realização de investimentos em inovação (produtos, processos, imagem e cooperação) a incorporar no setor produtivo regional; • Rico e diversificado potencial de recursos endógenos passíveis de exploração tendo em vista a sua valorização económica; • EFMA enquanto projeto multissetorial e impulsor de novas dinâmicas nas atividades agrícola e agro-industrial, energética e turística; • Amplo conjunto de recursos naturais, culturais e patrimoniais com capacidade para proporcionar uma oferta turística multifacetada e dirigida a públicos-alvo diversificados; • Oportunidades de negócio associadas aos ativos diferenciadores (recursos endógenos) através da dinamização socioeconómica dos territórios de baixa densidade; • Consolidação do eixo rodoferroviário e logístico Lisboa – Évora – Elvas - Madrid como fator de atratividade empresarial; • Forte desenvolvimento da Plataforma Portuária e Industrial de Sines resultante de um crescimento médio anual superior a 50%; • O aeroporto de Beja enquanto potencial interface de conectividade internacional particularmente se associado a uma Plataforma Logística Agroalimentar com suporte nas atividades decorrentes do regadio; • Capacidade relacional interna e externa do Alentejo, com larga experiência na cooperação fronteiriça e transnacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Focalização das políticas públicas nas dimensões da coesão em detrimento das políticas de competitividade e inovação; • Elevados custos de contexto no acesso à inovação e ao desenvolvimento tecnológico; • Grandes necessidades de investimento na capacitação institucional das estruturas de gestão do desenvolvimento e gestão empresarial; • Dispersão de recursos e de estratégias para o crescimento económico e a criação de emprego; • Deslocalização das atividades económicas, motivada pela concorrência externa num contexto de globalização da economia, com consequências no aumento do desemprego; • Agravamento do despovoamento existente, resultante da atual crise internacional e nacional; • Desarticulação entre Portugal e Espanha quanto a normativos e procedimentos aplicáveis aos operadores ferroviários de transporte de mercadorias; • Atrasos na concretização dos investimentos em acessibilidade ferroviária (Sines – Évora – Elvas-Espanha) necessários à ligação do Porto e da Plataforma Logística de Sines ao Centro da Europa.

3. Crescimento Sustentável



3.1. Sistemas Ambientais e Energias Renováveis

↳ Ambiente e Biodiversidade Regionais

As políticas europeias em diversos domínios, designadamente do Ambiente, da Conservação da Natureza, Água, Solo, Ar, Paisagem, Energia, Turismo, etc. (Diretivas e respetivas transposições para o âmbito nacional) e as decorrentes dos compromissos e convenções internacionais (Alterações Climáticas, Quioto, Biodiversidade, Desenvolvimento Sustentável, Desertificação, etc. e respetivas aplicações no âmbito nacional), condicionam a evolução no âmbito regional da proteção e valorização ambiental, estrutura ecológica, recursos hídricos e riscos naturais e tecnológicos.

Em particular, a Política Agrícola Comum (em função da evolução recente e do figurino dos mecanismos de apoio, incentivo e penalização) condiciona decisivamente a proteção e valorização ambiental e a estrutura ecológica ao influenciar, e mesmo determinar, a alteração do mundo rural, interferindo na transformação, degradação, conservação ou valorização dos ecossistemas e habitats, nos processos relativos ao ciclos da água e dos nutrientes, fluxos energéticos, solo e paisagem.

No contexto europeu, o Litoral alentejano é considerado um dos melhores exemplos de ambiente natural costeiro e marinho, onde têm sido preservados os valores naturais e paisagísticos. Numa extensão de cerca de 170 Km a costa apresenta extensos areais limitados por cordões dunares e por arribas alcantiladas, onde se encaixam pequenas praias, estuários e lagunas costeiras. Face a outras áreas do País e da Europa, a sua menor ocupação constitui uma enorme mais-valia ambiental e potencia outros aspetos da sua singularidade, onde se destacam o Sítio da Comporta-Galé, a Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha e a área do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

Dado o elevado valor natural da Região e os objetivos europeus de estancar a perda da biodiversidade até 2020, esta deverá ser uma das prioridades para a Região como discriminação positiva destes territórios mas também por apresentar um elevado potencial para fins turísticos. Particularmente, os territórios da Rede Natura 2000 têm constrangimentos associados comparativamente aos restantes, devendo inverter-se esta discriminação beneficiando os projetos que contribuam para o desenvolvimento sustentável e a conservação da natureza nestas áreas.

Muitos dos valores naturais mais característicos dos ecossistemas mediterrânicos mantiveram-se na Região Alentejo, num estado de conservação favorável, beneficiando das práticas culturais associadas ao tradicional uso agro-silvo-pastoril. A agricultura e as florestas desempenham, efetivamente, um papel importante na conservação dos solos e da biodiversidade e, ainda, na ótica dos impactes ambientais, um papel chave no ciclo do carbono e no controlo das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE). A este papel, acresce o contributo fundamental destas atividades para a conservação e valorização paisagística dos espaços abertos e de outras amenidades rurais.

O reconhecimento desta complexa e estreita interligação agricultura-ambiente conduz à necessidade de desenvolver políticas públicas para gestão sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais, com atuação direta na implementação de uma gestão ambientalmente sustentável, incidindo na conservação associada ao espaço rural e na valorização das externalidades positivas criadas pelos sistemas agro-florestais, bem como na otimização do uso dos recursos com vista à sua durabilidade.

Ao considerar cerca de 25% do território do Alentejo com potencial para integrar a rede europeia de conservação da natureza (Rede Natura 2000), esta Região ganha uma relevância nacional e internacional. A existência de algumas das espécies mais ameaçadas da Europa e do Mundo (lince-ibérico, saramugo, aves estepárias, ...) a par de habitats de relevância europeia e mundial, como o caso de algumas zonas húmidas inscritas na Convenção de Ramsar (Estuário do Sado e Lagoas de Santo André e da Sancha) cujo estado de conservação é ainda assinalável, concorrem para a notoriedade do Alentejo numa escala internacional.

Neste enquadramento, é necessário ajustar os sistemas de uso do solo de forma sustentável e harmoniosa, em função dos grandes investimentos existentes ou programados (transportes e logística - viários, ferroviários, aeroportuários e portuários; agrícolas e agroindustriais - EFMA; e energéticos), tendo em conta o acolhimento das atividades complementares decorrentes.

No quadro de constrangimentos da Região, um dos aspetos a considerar decorre deste seu património e resulta da fraca, ou mesmo nula, compensação pelas perdas de rendimento e serviços ambientais nas áreas Rede Natura 2000 e sistemas de elevado valor natural.

Uma Estratégia de Crescimento Inteligente da Região que se associe à dimensão da sua sustentabilidade passa pela preservação e racionalização na utilização dos recursos naturais, mas também pela criação/desenvolvimento das condições de base económica e social que sustentem a ocupação humana dos territórios.

↳ **Saneamento Básico: Água, Esgotos e Resíduos**

A escassez e a irregularidade das disponibilidades em recursos hídricos caracterizam este recurso na Região. Face ao observável cenário de alterações climáticas, espera-se um acentuar da assimetria sazonal nas disponibilidades hídricas, com reduções significativas no escoamento médio anual. O aquecimento do sistema climático, evidenciado pelas observações do aumento da temperatura global média do ar e dos oceanos, afeta o ciclo natural da água através da intensidade e da frequência de secas e cheias, das disponibilidades e necessidades de água, de que o maior consumidor é a agricultura. Esta componente ganha importância acrescida atendendo aos impactos que as alterações climáticas poderão ter nas próximas décadas no Alentejo.

Devido às grandes variações das disponibilidades hídricas que existem de local para local, de ano para ano, e mesmo ao longo de vários anos, tornou-se necessário construir infraestruturas hidráulicas que assegurem a regularização dos caudais naturais (barragens e charcas, por exemplo), de forma a garantir os níveis de consumo necessários às diferentes utilizações da água. Atualmente, comparando as disponibilidades hídricas garantidas do Alentejo (cerca de 1.500 milhões de m³/ano, em cerca de 95% dos anos) com as necessidades globais (cerca de 800 milhões de m³/ano), verifica-se a plena satisfação das necessidades em água, consideradas à escala regional.

A qualidade da água, porém, é frequentemente inferior à exigível para diversas utilizações (consumo humano, abeberamento de gado, recreio, manutenção da vida aquática e para rega), tornando-se fator limitante se não for objeto de um tratamento prévio adequado, sempre que este se justifique.

A Região Alentejo não apresenta constrangimentos estruturais relevantes ao nível do sistema de saneamento, como evidencia a boa cobertura de **infraestruturas de saneamento básico**. Mais de 90% da população usufrui de sistemas de abastecimento de água, mais de 85% beneficia de sistemas de drenagem de águas residuais e mais de 75% da população é servida por Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), valores superiores próximos das metas definidas no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2007-2013.

O peso da recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos tem vindo a verificar um crescimento contínuo e significativo. Nos tipos de materiais recolhidos seletivamente dominam o papel, o cartão e o vidro. No Alentejo, estão constituídos cinco Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU), quatro deles de carácter intermunicipal (AMCAL, AMBILITAL, GESAMB e RESIALENTEJO) e um de carácter multimunicipal (VALNOR).

No que respeita aos objetivos de desvio de RUB de aterro e tendo presente a recalendarização das metas relativas a 2009 e 2016, respetivamente, para 2013 e 2020, fixada no Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de Agosto, importa reforçar as ações que conduzam à otimização das infraestruturas disponíveis e aumento da capacidade instalada.

Prevenção de Riscos e Proteção Ambiental

Ao longo do tempo têm vindo a acentuar-se alguns processos de degradação de *habitats* e dos sistemas agrícolas e silvícolas tradicionais, relacionados com: o abandono, despovoamento e envelhecimento da população; a intensificação agrícola (regadio ou outras alterações de culturas agrícolas); a florestação, com substituição de espécies autóctones; e o sobre-uso ou sobre-pastoreio, que têm contribuído para mortalidade do sobreiro e da azinheira e para a perda de diversidade e complexidade dos mosaicos paisagísticos.

No âmbito de outros usos do solo, a expansão urbana, turística e industrial, a implantação de estruturas e infraestruturas e a indústria extrativa, contribuem para a poluição hídrica e a degradação da rede hidrográfica e dos solos.

Além das atividades humanas pode verificar-se um agravamento por fatores externos não controláveis, como as variações climáticas. As transformações do uso do solo (de origem antrópica) acentuaram efetivamente a fragmentação/isolamento entre *habitats* naturais, nomeadamente, a expansão de estruturas lineares (canais de rega e redes viária, ferroviária e elétrica), o crescimento de áreas urbanas e as próprias infraestruturas hidráulicas. A ausência ou diminuição de conectividade entre as áreas naturais, prejudica o movimento natural das espécies e diminui a viabilidade e a resiliência dos ecossistemas.

O risco de inundação por cheias, comum às quatro bacias hidrográficas (Tejo, Guadiana, Sado e Mira) deve-se a precipitações intensas concentradas em curtos espaços de tempo em que a rede hidrográfica se mostra incapaz de dar resposta ao escoamento torrencial.

À ausência de estratégia regional de gestão dos recursos hídricos, dispersão e multiplicidade de sistemas de abastecimento de água de pequena dimensão, perdas de água significativas nas redes de abastecimento humano e agrícola, pressões significativas nas águas subterrâneas e superficiais, acresce a variabilidade espacial, sazonal e inter-anual do regime de precipitação.

Riscos Naturais e Tecnológicos

As políticas europeias condicionam, em diversos domínios, a evolução no âmbito regional e a necessidade de prevenção de riscos naturais e tecnológicos, nomeadamente em resultado da aplicação de Diretivas Comunitárias.

A multiplicidade de riscos naturais e tecnológicos potenciais, de gravidade e extensão diferenciadas, com incidência na Região Alentejo e a insuficiente informação disponível, apontam para a necessidade de aprofundamento do conhecimento nesta temática e para o desenvolvimento e implementação de um sistema integrado de informação e monitorização dos vários riscos, que permita a identificação de áreas críticas, o acompanhamento da sua dinâmica e o estabelecimento de bases de intervenção preventiva, adaptativa e reativa.

Entre os riscos naturais e tecnológicos com gravidade e extensões diferenciadas, evidenciam-se a intensificação dos fenómenos extremos (secas e cheias) e as alterações ao ciclo hidrológico, o risco de incêndio, o risco sísmico e o risco associado ao transporte de materiais perigosos, destacando-se a Região, a nível nacional, pela extensão e intensidade do risco de desertificação.

Quase todo o Alentejo é suscetível à desertificação (clima, solo, vegetação e uso do solo), em cerca de três quartos (77%) do território, sendo que 60% é mesmo muito suscetível. A erosão, os incêndios florestais, o despovoamento, o agravamento dos efeitos das secas e a debilidade económica, são expressões evidentes dos níveis de desertificação desta Região, fenómeno que ocorre face à vulnerabilidade dos ecossistemas deste território à sobre-exploração e utilização inapropriada do solo e da água.

As práticas agrícolas deficientes conjugadas com condições climáticas adversas, têm contribuído para o agravamento dos problemas de erosão, compactação e salinização dos solos, assim como para a degradação dos recursos hídricos, perda de biodiversidade, despovoamento e debilitação socioeconómica.

As áreas com maior risco de inundação situam-se bacias do Sado, do Guadiana e do Mira; atendendo às importantes estruturas hidráulicas construídas no Alentejo, existe ainda o perigo de inundação de algumas povoações por rutura dessas estruturas.

Os períodos de seca recorrentes associados a vagas de calor têm vindo a aumentar o risco de incêndio, constatando-se a existência de risco alto e muito alto no Norte Alentejano e, mais a sul, no Litoral.

Enquanto risco muito significativo, salienta-se ainda o elevado grau de vulnerabilidade à contaminação de importantes reservas de água subterrânea, do ponto vista nacional e regional, importando acautelar a sua preservação, evitando a infiltração de substâncias poluentes.

Relativamente à ocorrência de acidentes naturais, o interior alentejano é a Região do País mais segura. As áreas identificadas com elevada perigosidade sísmica correspondem apenas a 7% da Região localizando-se, sobretudo, no Litoral.

Energia: Eficiência Energética e Energias Renováveis

Os escassos recursos energéticos de origem fóssil, aqueles que asseguram a generalidade das necessidades energéticas (petróleo, carvão e gás), tornam Portugal num País com elevada dependência energética do exterior (76,7%, em 2010), nomeadamente das importações de fontes primárias de origem fóssil. Apesar da taxa de dependência energética ter vindo a decrescer desde 2005, haverá vantagem na continuidade da contribuição das energias renováveis: hídrica, eólica, solar, geotérmica e biomassa.

A utilização de Energias Renováveis, mais concretamente a instalação de centrais solares e eólicas no Baixo Alentejo, tem sido uma realidade, mas existe algum desconhecimento em relação ao potencial existente em cada Município, pelo que é urgente proceder ao Mapeamento do território, dotando os Municípios de um instrumento de planeamento que, conjuntamente, com os existentes poderá constituir a diferença, em termos de licenciamento e de agilização dos processos.

Em termos energéticos, os sectores residencial e de serviços são, frequentemente, referidos como responsáveis por elevados consumos energéticos, pelo que urge uma intervenção rigorosa e responsável com vista à melhoria da eficiência energética, não só na fase de utilização dos edifícios mas também na fase de conceção e construção. No sector doméstico tem-se verificado um aumento gradual do consumo ao longo dos anos: no Alentejo, de 2007 a 2011, o consumo

doméstico por habitante aumentou cerca de 7%; em 2011, o consumo doméstico por habitante no Alentejo foi superior em cerca de 6% ao nacional.

O Alentejo constitui-se como uma Região com um potencial elevado no que respeita à utilização de fontes de energia renovável além das possibilidades relevantes de intervenção ao nível da eficiência energética (edifícios, empresas e indústria, fundamentalmente a agroalimentar e a extrativa/mineira).

A aplicação dos financiamentos comunitários na Região tem constituído um fator de desenvolvimento, do ponto de vista público e privado, permitindo a alavancagem de projetos com impactes positivos em matéria de criação de emprego, de redução da balança comercial “regional”, em termos de importação de combustíveis e de redução dos impactes ambientais. Não obstante este impacte positivo, os financiamentos têm privilegiado grandes investimentos em detrimento de pequenos projetos de produção descentralizada, com impactos locais e regionais, os quais permitem, aumentar a criação de emprego e de uma dinâmica regional de investimento.

3.2. Território: Sistema Urbano e Territórios de Baixa Densidade

↳ Sistema Urbano, Povoamento e Suporte à Coesão Territorial

A estrutura urbana regional enquadra-se num território rural extenso e de fraca densidade de ocupação social e económica, constituindo o sistema fundamental de organização e de sustentação da coesão territorial.

O Sistema urbano e de suporte à coesão territorial organiza-se em torno de um conjunto de corredores e polaridades regionais, que desenvolvem posicionamentos competitivos diferenciados; uma tipologia de centros urbanos, que estrutura a malha e diferencia as funcionalidades urbanas; e um grupo de subsistemas urbanos, que suportam a coesão territorial. Estes últimos aglutinam um grande número de centros de pequena dimensão económica e social, que atravessam num processo de regressão demográfica.

Nas últimas décadas, as áreas urbanas viram reforçado o seu carácter de áreas geradoras de crescimento baseado na capacidade de produção de conhecimento, no potencial de inovação empresarial e no estabelecimento de redes empresariais e institucionais. Em contextos rurais ou de baixa densidade demográfica e económica, a estrutura urbana e o respetivo modo de funcionamento e organização, nomeadamente, no que se refere aos centros urbanos de média dimensão, emerge como fundamental para a sustentabilidade e o dinamismo económico.

Na perspetiva do desenvolvimento territorial do Alentejo, esta tendência faz destacar o papel dos centros urbanos mais dinâmicos e com maior potencial, em termos sociais e económicos. Para além das cidades, também as grandes infraestruturas de localização e de conectividade internacional oferecem condições vantajosas para a promoção de dinâmicas de crescimento de base territorial.

↳ **Tipologia de Centros Urbanos**

Os pilares do policentrismo regional são Santarém, Évora, Beja, Portalegre, Sines/Santiago do Cacém/Santo André e Elvas/Campo Maior, com recursos, valências e dinâmicas próprios:

- No espaço de afirmação regional, Évora assume-se como uma cidade patrimonial e cultural, universitária e aberta à inovação, e com uma grande atratividade turística internacional. O potencial demográfico e económico, a importância da oferta formativa e de investigação e a concentração de atividades industriais e da logística fazem desta cidade um importante e dinâmico pólo regional. O Eixo Vendas Novas - Montemor-o-Novo - Évora reforça esta polaridade
- Beja é uma cidade de património, cultura e turismo, que apostou no Aeroporto como fator de internacionalização e afirmação regional. Com o Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, Beja poderá afirmar a sua capacidade para ancorar serviços agrícolas e agroalimentares e serviços de suporte à atratividade turística
- Portalegre é um centro urbano multifuncional e a porta do Parque Natural de S. Mamede, em articulação com Marvão, onde se localiza a sede do Parque. Conjuga a excelência do património e do artesanato com uma estrutura empresarial a apostar na renovação
- Sines, Santiago do Cacém e Santo André constituem uma centralidade fundamental na estruturação do sistema urbano regional, afirmada pelo complexo industrial e portuário que projeta internacionalmente este “triângulo urbano”, pela proximidade entre as três aglomerações e pela forte articulação e integração funcional existentes entre os três centros, o que facilita e viabiliza alguns projetos e complementaridades funcionais a aprofundar no futuro
- Elvas e Campo Maior mostram um dinamismo demográfico e económico potenciado pela proximidade a Évora, ao eixo urbano-industrial de Estremoz/Borba/Vila Viçosa e à cidade de Badajoz. O posicionamento estratégico, os níveis de acessibilidade e a capacidade logística, ajudam a projetar este eixo urbano ao nível regional
- Santarém é um importante centro urbano regional e de dimensão relevante à escala nacional (com uma forte conectividade à capital do País), polarizador de pessoas, comércio e serviços, empresas e emprego

A consolidação do sistema urbano regional policêntrico assenta numa estrutura urbana organizada em torno de uma tipologia de centros urbanos definida pelo PROT Alentejo: Centros Urbanos Regionais (CUR); Centros Urbanos Estruturantes (CUE); e Centros Urbanos Complementares (CUC).

Os *Centros Urbanos Regionais (CUR)* definem-se pela concentração de população residente, pela importância da base económica e por um leque diversificado de equipamentos e serviços. Os Centros Urbanos Regionais de Évora, Beja, Portalegre, Elvas/Campo Maior, Sines/Santiago de Cacém/Santo André e Santarém, devem assumir esta função de ancoragem e afirmação regional.

Os *Centros Urbanos Estruturantes (CUE)* desenvolvem um leque de funções razoavelmente diversificado ou um conjunto de funções especializadas. Os Centros Urbanos de Ponte de Sôr, Nisa, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Estremoz, Reguengos de Monsaraz, Castro Verde, Aljustrel, Serpa, Moura, Odemira, Grândola e Alcácer do Sal, devem assumir esta função regional.

Para a consolidação do Sistema urbano e de suporte à coesão territorial concorre, ainda, um conjunto de pequenos *Centros Urbanos Complementares (CUC)*, sedes de concelho, que revestem um papel fundamental para a sustentação dos Territórios de Baixa Densidade e para a afirmação das relações urbano-rurais. No sentido de melhorar a qualidade dos serviços no meio rural e garantir o acesso generalizado aos serviços básicos – comércio, saúde, educação e apoio social - os CUC apresentam, ou devem apresentar, um leque mínimo de serviços urbanos indispensáveis ao seu papel de suporte à coesão territorial.

Os CUC do Alentejo histórico (Alter do Chão, Arronches, Avis, Castelo de Vide, Crato, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Sousel, Alandroal, Arraiolos, Borba⁵, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Viana do Alentejo, Vila Viçosa, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Ourique e Vidigueira), pelas suas características intrínsecas e pelo papel determinante de sustentação das relações urbano-rurais, deverão ser considerados no âmbito das políticas para os Territórios de Baixa Densidade.

Os CUC da Lezíria do Tejo (Azambuja, Salvaterra de Magos, Alpiarça, Chamusca e Golegã), deverão ser considerados no quadro das regiões funcionais, com destaque para as respetivas políticas de mobilidade.

Subsistemas Urbanos

Dada a dimensão territorial da Região e a distância que separa os Centros Urbanos Regionais, é no âmbito dos relacionamentos de proximidade em que os centros urbanos se integram que se registam as relações mais fortes, as relações interurbanas. A consolidação de um sistema urbano policêntrico de suporte à coesão territorial assenta num conjunto de subsistemas urbanos regionais e em eixos urbanos de proximidade, sustentados em mobilidade, em parcerias de âmbito urbano-rural e/ou em cooperações estratégicas interurbanas.

A organização de uma rede de serviços e equipamentos de âmbito supra-municipal, numa lógica de complementaridade, especialização e funcionamento concertado, promove a sustentabilidade da estrutura urbana e a coesão territorial. As soluções de mobilidade e acessibilidade que garantem, aos diferentes grupos populacionais, o acesso efetivo às funções urbanas contribuem para a solidez da procura e para um funcionamento mais racional e eficaz dos recursos. O papel dos pequenos centros rurais mais frágeis deve ser reequacionado estrategicamente já que estes lugares perderam o seu papel na organização da produção agrícola e estão a procurar encontrar novas funções na área residencial e dos serviços, no quadro de uma nova economia rural que mantenha as comunidades locais e lhes garanta acesso equitativo aos serviços.

Esta é a escala de intervenção em que se deve refletir acerca das soluções para discriminar positivamente as sedes de concelho localizadas nos Territórios de mais Baixa Densidade garantindo tanto condições de mobilidade, como equipamentos e serviços em que se destacam as oportunidades da economia social (fileira da saúde e do bem-estar) e do turismo e lazer em espaço rural/natureza. O mesmo papel podem desempenhar outros pequenos aglomerados de povoamento tradicional melhor posicionados relativamente aos eixos de comunicação para favorecer a sua articulação com as principais cidades e centros urbanos, numa estratégia de reabilitação e ocupação do território.

⁵ Borba – Cidade desde 12 de Junho de 2009.

Num quadro de coesão regional, devem ser estruturados os subsistemas urbanos correspondentes às cinco sub-regiões NUTS III:

- *Subsistema urbano do Litoral Alentejano* - estende-se entre Alcácer do Sal e Odemira, formando uma rede de centros urbanos ancorados em Sines - Santiago do Cacém - Santo André. Em termos regionais, a rede policêntrica de centros urbanos enquadra-se num espaço de relacionamento de geometria variável, a articular prioritariamente com a metrópole de Lisboa e secundariamente com Évora e Beja. Para o Algarve, esta área pode vir a representar um território de atratividade e de cooperação turístico-ambiental. Em termos económicos, Sines destaca-se claramente e articula-se com o sistema produtivo da metrópole de Lisboa e com a base económica de parte de Espanha. O norte da rede urbana vai reforçar as áreas de relacionamento com Lisboa e Setúbal, sobretudo, na área do comércio e dos serviços, e o sul vai sentir também a influência e a atratividade do Algarve. Trata-se de uma estrutura urbana multifuncional, a potenciar e a valorizar, dada a vocação para a gestão e afirmação do potencial turístico-ambiental do litoral
- *Subsistema urbano do Norte Alentejano* - estrutura-se em torno de Portalegre, Elvas e Campo Maior e Ponte de Sôr. Portalegre polariza o Norte Alentejano, Elvas e Campo Maior têm vindo a afirmar o seu posicionamento estratégico e transfronteiriço e Ponte de Sôr desenvolve uma dinâmica industrial (cortiça e aeronáutica) e um espaço de relacionamento privilegiado com o Vale do Tejo, nomeadamente com Abrantes. Esta polarização tripartida contribui para a coesão do sistema e garante a equidade territorial no acesso ao comércio e serviços, fator crucial dada a fraca dimensão de alguns aglomerados e os baixos níveis de acessibilidade que apresentam. Nas articulações com as regiões envolventes será, ainda, de acrescentar que as redes de relacionamento transfronteiriço se tecem com o sistema de Cáceres-Mérida-Badajoz e que os relacionamentos nacionais se efetuam com os subsistemas urbanos do Médio Tejo (sobretudo, a partir de Ponte de Sôr) e da Beira Interior (nomeadamente, a partir de Nisa e Portalegre). O valor patrimonial e cultural dos centros urbanos de Portalegre, Elvas, Marvão, Castelo de Vide, Avis, entre outros, reforça a importância deste subsistema
- *Subsistema urbano do Alentejo Central* - evidencia uma forte amarração, estruturada por Évora mas também por Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Estremoz e Reguengos de Monsaraz. O Corredor urbano-logístico desenhado por Lisboa, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Évora, Estremoz, Elvas e Badajoz potencia a atratividade empresarial e residencial deste Eixo, proporcionada pelas infraestruturas de acessibilidade, logística e de conhecimento existentes ou a polarizar. No que se refere à coesão social, a estrutura urbana e de equipamentos existente garante uma qualidade de serviços e a equidade territorial no acesso ao comércio e serviços. Neste subsistema merece, ainda, referência o Eixo urbano-industrial de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, fortemente especializado no sector industrial dos mármore. A qualidade patrimonial e cultural, com destaque para Évora, Elvas, Estremoz, Montemor-o-Novo, Arraiolos e Vila Viçosa, reforça a identidade e a qualidade da paisagem urbana desta sub-região
- *Subsistema urbano do Baixo Alentejo* - organiza-se em torno de Beja, Moura, Serpa, Aljustrel e Castro Verde. A atratividade administrativa e do Aeroporto de Beja, o Eixo urbano-industrial de Castro Verde-Aljustrel, o elevado valor patrimonial de Beja, Mértola e Serpa, a polarização residencial, designadamente, de Serpa e Ferreira do Alentejo e a

afirmação de Moura na estruturação urbana da Zona Envolvente de Alqueva, garantem uma sustentabilidade económica, social e cultural a este subsistema. Em termos de relacionamentos, é necessário incentivar as redes de complementaridade e concertação estratégica com o turismo do Algarve e do Alentejo Litoral. O Corredor Sines-Beja-Vila Verde Ficalho pode vir a constituir um potencial de desenvolvimento regional, ancorado na Plataforma Logístico-industrial de Sines e no Aeroporto de Beja. Com o Aeroporto de Beja a articulação com o Algarve pode reforçar-se, designadamente através do aprofundamento de relações com o Aeroporto de Faro e a Plataforma Logística de Tunes. Neste contexto urbano, Beja, Mértola, Serpa, Moura e Barrancos posicionam-se como polos de articulação transfronteiriça com a Andaluzia. Dada a baixa densidade populacional e funcional desta sub-região e os baixos níveis de acessibilidade e mobilidade que a caracterizam, é fundamental acautelar um leque mínimo de serviços nas sedes de concelho mais periféricas

- *Subsistema urbano da Lezíria do Tejo* - evidencia maior capacidade de fixação e atração de residentes que as restantes NUTS III do Alentejo. O Eixo Urbano da Lezíria tem como elementos agregadores o Tejo, a A1 e a A13 e a Linha do Norte, com o Rio a transmitir uma paisagem singular, criando unidade e identidade a este Corredor, onde os níveis de acessibilidade e mobilidade são fortemente potenciadores da complementaridade urbana; a qualificação das zonas ribeirinhas e a valorização dos centros promovem a sociabilidade urbana e a qualidade urbanística num contexto rural singular. Nas duas margens do Tejo, as aglomerações urbanas vão-se alinhando de norte para sul: centros urbanos da Golegã e Chamusca, com forte articulação com o Médio Tejo; Alpiarça, Santarém e Almeirim reforçando a área mais central e Chamusca, enquanto limite da influência metropolitana, claramente marcada a sul. O Eixo Santarém-Cartaxo expandiu-se para sul, juntando-se ao Eixo logístico e industrial do Cartaxo/Carregado-Azambuja/Vila Franca de Xira, formando uma continuidade urbana apoiada na A1 e na linha do Norte. Os concelhos mais a sul da Lezíria do Tejo (Benavente, Salvaterra de Magos e Azambuja) mantêm fluxos pendulares diários a Lisboa.

Desenvolvimento Rural e Valorização de Recursos Endógenos em Zonas de Baixa Densidade

Nas últimas três décadas, a Região registou profundas transformações na sua condição socioeconómica e espacial, distanciando-se, de forma inequívoca e irreversível, do Alentejo agrícola e rural do século passado. As estruturas agrícolas têm perdido influência na base produtiva regional, deixaram de exercer uma relação de estruturação global da condição rural da sociedade local e, do mesmo modo, viram regredir a respetiva influência no que se refere ao padrão de uso do solo e da organização espacial da economia e das comunidades locais. No entanto, a “Baixa Densidade”, em termos de presença humana e de caracterização das atividades económicas, continuando a ser um traço fundamental da Região, tende a acentuar-se pela perda de população e pela redução do emprego, na maior parte do território.

O carácter rural da Região, conferido pela dominância dos sistemas agrícolas, silvo-pastoris e florestais, traduz-se em vastas áreas em sistemas equilibrados de utilização do solo, com continuidade de ocupação de mão-de-obra e distribuição de produções ao longo do ano, em

práticas transmitidas ao longo de gerações e que legaram a este território a sua atual qualidade ambiental e paisagística.

Esta é a realidade que se pretende defender e potenciar, considerando-se que os sistemas mediterrânicos salvaguardam os modelos multifuncionais do espaço rural, incluindo espaços em que as atividades produtivas mais determinantes da sua base económica estão direta ou subsidiariamente dependentes do recurso solo, nomeadamente a atividade agrícola como elemento estruturante, mas também todas as outras a montante e a jusante, que definem em conjunto a ocupação do território.

No Alentejo, os sistemas seguintes acautelam produções diferenciadas e funções determinantes para o sistema ecológico e a valorização do património biológico e paisagístico:

- Olivais extensivos em solos calcários, com Denominação de Origem Controlada
- Povoamentos de azinho e de sobro, explorados em sistema de montado, como suporte da produção pecuária em regime extensivo, onde se destacam o porco de raça alentejana em sistema de montanha e a fileira da cortiça, bem como as zonas demarcadas de produção de presunto e os montados de sobro
- Outros carvalhos - povoamentos de carvalho negral
- Pastagens que suportam a produção de queijos e de carnes com zona demarcada
- Habitat do pinheiro manso
- Produções específicas de pequena escala

Eventos como as feiras temáticas, onde tradicionalmente se transacionavam estes produtos podem, com a necessária modernização, constituir novas oportunidades para a sua divulgação e comercialização tirando partido da cada vez maior consciencialização da população para o consumo de bens alimentares produzidos de modo natural e provenientes de local identificado.

Os sistemas culturais mediterrânicos ecologicamente equilibrados e que têm suporte na exploração do montado de sobro e azinho e nos sistemas cerealíferos extensivos (de grande valor patrimonial, paisagístico, económico e ambiental), garantem uma posição cimeira ao Alentejo no seio da produção mundial de cortiça. Estes sistemas culturais possibilitam um bom desenvolvimento dos sistemas pecuários extensivos e da caça, bem como o aproveitamento das lenhas, das ervas aromáticas e medicinais e dos cogumelos.

As condições edafo-climáticas regionais permitem a manutenção dos sistemas tradicionais de produção cerealífera e pecuária e adequam-se perfeitamente a produções mais competitivas e de grande interesse estratégico, como sejam a vinha e o olival, as quais sustentam uma importante parcela do valor gerado pela agricultura, contribuindo para a manutenção de elevados padrões de qualidade ambiental do espaço rural, sobretudo, como produtores de serviços ambientais (biodiversidade e sumidouros de carbono).

A atividade cinegética, além de uma tradição secular associada ao meio rural e num contexto territorial com grande qualidade paisagística, permitiu desde sempre a diversificação da economia e abre perspetivas à utilização inovadora do património rural e natural.

Matriz SWOT do Crescimento Sustentável

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> • Sistema urbano regional consolidado constituído por uma rede urbana policêntrica potenciadora da competitividade e da coesão territorial que assegura a especialização funcional e o reforço de complementaridades, melhorando a qualidade urbana e as condições para a fixação de população residente e para o desenvolvimento das atividades económicas; • Centros urbanos, dotados de centros históricos patrimonialmente relevantes, que mantêm a harmonia entre a paisagem envolvente e a malha urbana; • Estrutura de povoamento concentrada, facilitadora do ordenamento territorial, com dotação de infraestruturas básicas, equipamentos e elevada segurança que propiciam qualidade de vida às populações residentes; • Relevante património natural, paisagístico e cultural, assente na proteção e valorização ambiental, no combate ao processo de desertificação e na valorização e preservação dos recursos históricos e culturais; • Litoral alentejano, pouco intervencionado, considerado um dos melhores exemplos no contexto europeu de ambiente natural costeiro e marinho, onde têm sido preservados os valores naturais e paisagísticos, por via da existência de regras de ocupação do solo definidas; • Melhorias substanciais nas infraestruturas de gestão de abastecimento de água, saneamento básico e Resíduos Sólidos Urbanos; • Base territorial com capacidade de exceção para a produção de energias limpas (hídrica, solar, eólica, geotérmica e biomassa). 	<ul style="list-style-type: none"> • Enfraquecimento dos centros urbanos em geral com a progressiva recessão das dinâmicas económicas e o declínio de funções administrativas e de comércio e serviços; • Fraca articulação entre as atividades económicas locais e o território, ao nível da gestão sustentável dos recursos naturais; • Fraca ou mesmo nula compensação pelas perdas de rendimento e pelos serviços ambientais prestados nas áreas Rede Natura 2000 e outros sistemas classificados como de elevado valor natural; • Fragilidade dos ecossistemas e sistemas agro-silvo-pastoris regionais de elevado valor natural, associada à baixa rentabilidade da exploração de carácter extensivo que os suporta; • Fragilidades na estratégia regional de gestão dos recursos hídricos, dispersão e multiplicidade de sistemas de abastecimento de água de pequena dimensão, perdas de água significativas nas redes de abastecimento humano e agrícola e pressões significativas nas águas subterrâneas e superficiais • Agravamento da suscetibilidade à desertificação do território, proveniente da intensificação de fenómenos extremos, do despovoamento e da debilidade económica; • Inexistência de um sistema integrado de informação e monitorização dos vários riscos que permita a abordagem de áreas críticas, o acompanhamento da sua dinâmica e o estabelecimento de bases de intervenção preventiva, flexível e reativa; • Redes rodoviárias estruturalmente insuficientes, com áreas deficientemente servidas, de fraca densidade e com vias em deficiente estado e insuficiente perfil; • Forte dependência de transporte individual decorrente da falta de articulação e inovação nos serviços de transporte regionais, atendendo às especificidades demográficas e territoriais da Região.

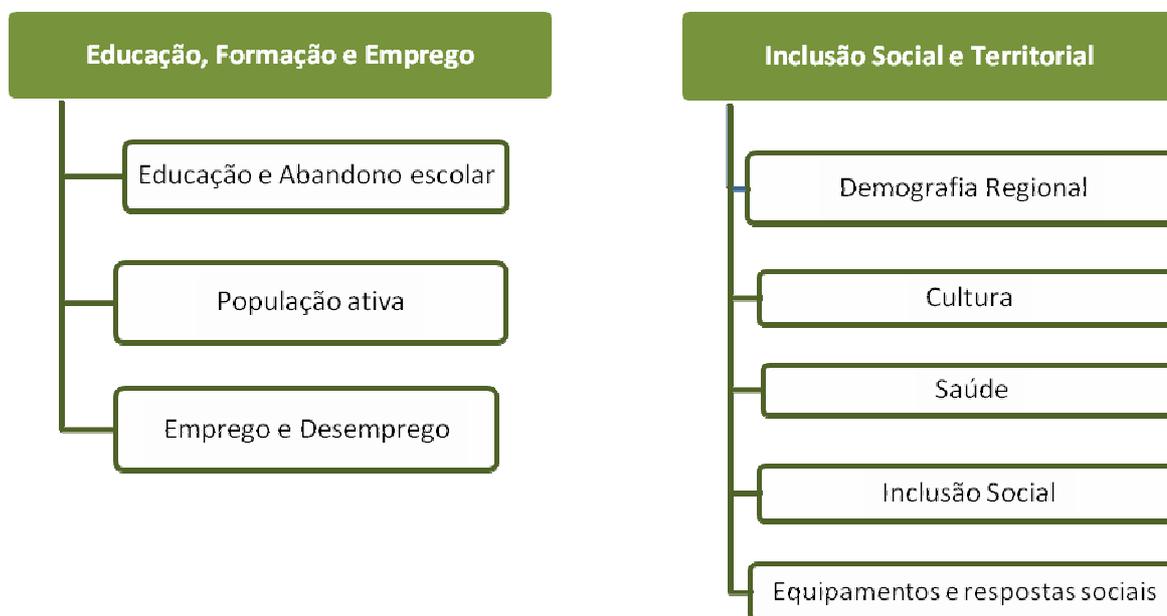
(continua)

Matriz SWOT do Crescimento Sustentável

(continuação)

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação da rede de centros urbanos sub-regionais assente na concertação intermunicipal com racionalização de recursos e equipamentos, capaz de sustentar a coesão social e territorial e de garantir o acesso a serviços coletivos e funções urbanas de gama alargada; • Potencial de criação de emprego e de oportunidades de empreendimento com uma relação custo-benefício mais favorável nos territórios de baixa densidade, proporcionado pela maior facilidade na exploração dos recursos territoriais; • Sistema ambiental enquanto componente determinante no modelo de desenvolvimento da Região (recursos hídricos, qualidade do ar, gestão dos resíduos, litoral, unidades de paisagem e estrutura regional de proteção e valorização ambiental); • Existência de património biológico e paisagístico com diversidade e qualidade de recursos que proporcionam o desenvolvimento de atividades de Turismo ambiental ou ecológico com perspectivas de crescimento elevado à escala global; • Fortalecimento de uma consciência de riscos e fomento de uma cultura preventiva por parte das organizações e das populações; • Introdução de novas formas de gestão ambiental e dos recursos hídricos, em particular, nas atividades agrícolas; • Recuperação de áreas degradadas e restauro e reabilitação dos ecossistemas e dos padrões e processos ecológicos que sustentam a biodiversidade; • Utilização sustentável dos recursos (solo, água e energias), através de métodos de gestão mais eficientes, nomeadamente com a utilização de energias renováveis e estratégias alternativas de eficiência energética; • Potencial e know-how por explorar na produção de energias limpas (eólica, solar e biomassa), com relevância para a produção nos equipamentos solar térmico e solar fotovoltaico; • Políticas de transporte da UE favoráveis ao desenvolvimento do modo ferroviário, à promoção do transporte marítimo e fluvial e ao desenvolvimento da intermodalidade. • Maior consciencialização da população para o consumo de bens alimentares produzidos de modo natural e provenientes de local identificado, proporcionando novas oportunidades para a sua divulgação e comercialização. 	<ul style="list-style-type: none"> • Perda de coerência do sistema urbano regional decorrente do despovoamento dos centros de menor dimensão; • Degradação ambiental (solo, água, biodiversidade e paisagem) nas áreas de clima semi-árido e sub-húmido seco, em resultado de fatores como a desflorestação, o sobre pastoreio, a irrigação mal conduzida e as más práticas agrícolas, conjugados com condições climáticas adversas; • Riscos naturais decorrentes dos fenómenos extremos (secas e cheias) e de alterações no ciclo hidrológico, assim como do da vulnerabilidade à contaminação de importantes reservas de água subterrânea; • Riscos tecnológicos decorrentes da intensificação do tráfego marítimo na costa alentejana; • Aumento da pressão humana na zona costeira alentejana decorrente da melhoria da Rede Viária Nacional, da criação de novos empreendimentos turísticos e da crescente atração das praias da costa alentejana; • Consecutivos atrasos na concretização da rede viária delineada no PRN 2000; • Continuação da tendência para a redução das quotas de mercado do transporte público para o crescimento do uso do transporte individual; • Persistência de soluções de transporte coletivos não vocacionados para a realidade regional e que levam a população a optar pelo transporte individual. • Reequacionamento estratégico do papel dos centros rurais mais frágeis que perderam o seu papel na organização da produção agrícola, no quadro de uma nova economia rural que mantenha as comunidades locais e lhes garanta acesso equitativo aos serviços.

4. Crescimento Inclusivo



4.1. Educação, Formação e Emprego

↳ Educação e Abandono escolar

Os sistemas de educação dos países mais desenvolvidos estão a ser confrontados com desafios de extrema relevância que decorrem da globalização e da crescente livre circulação de pessoas e internacionalização dos espaços de comunicação e de aprendizagem. Os novos contextos socioeconómicos pressupõem a abertura à competitividade, à diversidade e à inovação e exigem, em contrapartida, padrões elevados de educação.

Quando se compara os dados para 2003, 2007 e 2011, na Educação Pré-Escolar, no Ensino Básico, no Ensino Secundário e no Ensino Superior, verifica-se que a evolução do número de alunos matriculados no Alentejo, com exceção do Ensino Superior, revela tendências similares às que se verificam no País, no mesmo período. Na Educação Pré-escolar, observa-se uma tendência continuamente crescente do número de crianças, enquanto no ensino Básico e no Secundário há uma ligeira inflexão do número de alunos em 2007, para voltar a verificar-se uma evolução positiva em 2011. No ano letivo 2010/2011, os alunos matriculados na Região, no Ensino Básico e Secundário, representavam cerca de 6,5% do total nacional.

As situações da Região e do País divergem no que respeita ao Ensino Superior, dado o Alentejo revelar uma clara tendência decrescente no número de alunos matriculados, enquanto no País essa tendência é muito mais atenuada.

A taxa de retenção e desistência no Ensino Básico regular registou, tanto no País como na Região, uma tendência acentuadamente decrescente sendo que no Alentejo, a partir de 2008, se verifica uma estabilização do fenómeno. Quanto às NUTS III do Alentejo, apenas o Alentejo Litoral e a Lezíria do Tejo mantêm uma tendência contínua decrescente da taxa de retenção e abandono a partir de 2008, registando-se a mesma estável no Alentejo Central e com tendência crescente no Alto Alentejo e no Baixo Alentejo. Apesar de a Região superar a média do País quanto à taxa de retenção e desistência, a taxa de escolarização do Ensino Básico também é superior à nacional, sendo o Alentejo Litoral a NUTS III que apresenta taxas de escolarização e de retenção mais elevadas.

No Ensino Secundário, a taxa de escolarização também apresenta valores superiores aos valores médios do País, sendo mesmo a segunda Região NUTS II com taxa de escolarização mais alta.

Este indicador deve ser analisado em conjunto com a taxa de transição no mesmo nível de ensino. A tendência crescente da taxa de transição/conclusão no Ensino Secundário regular é comum ao País e à Região, sendo que a Região partiu de uma situação mais desfavorável. Estas taxas de transição revelam problemas de eficácia e de qualidade do sistema de ensino. Com efeito, a análise das taxas de transição no Ensino Secundário permite constatar que o impacto prático da expansão da procura deste nível educativo é inferior ao que o crescimento das taxas de escolarização faria prever.

Apesar da melhoria acentuada dos últimos anos existe, ainda, um número significativo de alunos que abandona o Ensino Secundário sem o ter completado. De acordo com os dados do Censo 2011, no Alentejo, no grupo etário entre os 18 e os 24 anos verifica-se que 16.261 indivíduos abandonaram a escola sem ter concluído o Ensino Secundário, o que corresponde a uma taxa de 30,7%, ligeiramente superior à taxa nacional que apresenta um valor de 29,8%. Se considerarmos a taxa de abandono escolar no final do secundário, a taxa da Região desce para 26,8% e a do País para 23,2%.

O Programa Nacional de Reformas (PNR) define uma meta para 2020 que corresponde a uma taxa média nacional de 10%, um *gap* que evidencia a dimensão do esforço necessário para diminuir os valores atuais. Ao nível das NUTS III é no Alentejo Litoral que esta taxa de abandono do Ensino Secundário (18-24 anos) assume um valor mais elevado (32,9%), enquanto o Alentejo Central apresenta um idêntico ao da taxa nacional.

Tabela 16- Abandono sem conclusão do Ensino Secundário (18-24 anos), 2011

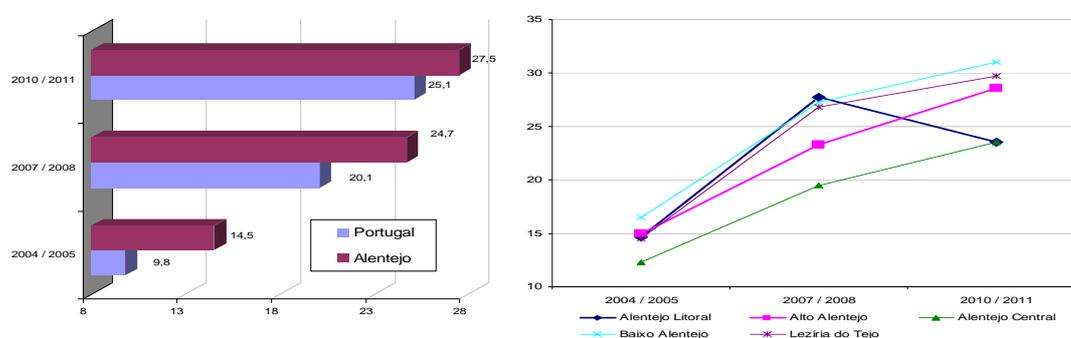
	Taxa (%)	Nº de alunos
Portugal	29,8	243.020
Alentejo	30,7	16.261
Alentejo Litoral	32,9	2.230
Alto Alentejo	30,2	2.461
Alentejo Central	29,8	3.557
Baixo Alentejo	31,6	2.910
Lezíria do Tejo	30,3	5.103

Fonte: XV Recenseamento Geral da População, 2011, INE.

Em termos das políticas educativas tem havido um esforço no sentido de melhorar a conclusão dos percursos escolares dos jovens, sendo de salientar a diversificação da oferta, nomeadamente a generalização da oferta de Cursos Profissionais em todas as escolas da rede pública com Ensino Secundário. Assim, alguns jovens que abandonariam o sistema acabam por encontrar noutros percursos a motivação que antes lhes faltava, acabando por concluir este nível de ensino.

A posição do Alentejo face à frequência de Cursos Profissionais no Ensino Secundário regular, é superior (27,5%) à média nacional (25,1%); as NUTS III têm, na generalidade uma posição de crescimento, exceto o Alentejo Litoral que inverteu esta trajetória a partir de 2008.

Figura 16 - Taxa de participação em Cursos Profissionais no Ensino Secundário regular (%)



Fonte: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (extraído do INE)

Apesar da taxa de escolarização no Ensino Superior (alunos com idade entre 18 e 22 anos) na Região acompanhar a evolução do País, os valores nacionais são substancialmente superiores (29,7%) aos valores registados para o Alentejo (19,2%). O acesso mais generalizado ao Ensino Superior tem representado um aumento muito significativo dos diplomados, que duplicaram na última década. No entanto, e considerando o número de diplomados do Ensino Superior por mil habitantes, verifica-se que, enquanto o País revela uma tendência continuamente crescente, a Região tem uma inflexão a partir de 2008, passando a apresentar valores com tendência decrescente o que acentua a divergência face à média nacional.

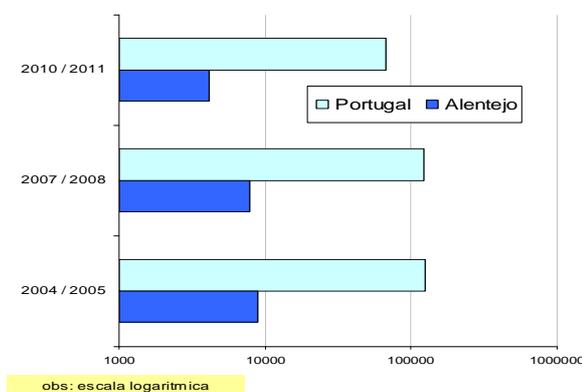
A taxa de conclusão do Ensino Superior na Região, no grupo etário 30-34 anos é inferior à taxa registada no País (21,5% e 27,8%, respetivamente), apresentando o Alentejo Central uma taxa mais elevada no âmbito das NUTS III e o Alentejo Litoral a mais baixa. No entanto, na mesma faixa etária, a percentagem da população que frequentou o Ensino Superior, mesmo sem o ter concluído, sobe para 27,2%, na Região, e 33,7%, no País. Neste indicador, o PNR estabelece uma meta nacional para 2020 de 40%, estando o Alentejo ainda muito distante da mesma.

Na distribuição dos alunos por área de estudo, salienta-se a preferência pelas Ciências, sendo o valor percentual desta área superior no Alentejo relativamente ao apresentado para o País, enquanto as matemáticas e engenharias apresentam uma situação inversa. A Região evidencia ainda uma grande apetência pela formação de professores apesar do excesso de docentes existente e da trajetória de decréscimo de população em idade escolar, particularmente quando comparada com a média nacional.

Quanto aos adultos, quer a certificação pelo Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, quer a participação em cursos de Educação e Formação de Adultos por parte de indivíduos com 18 ou mais anos sofreu uma evolução decrescente, a partir de 2008, à semelhança do que sucedeu no País.

As medidas de política têm refletido alguma preocupação nesta área, sendo visível o esforço para a melhoria dos níveis de certificação escolar e profissional e para a diversificação e flexibilização das oportunidades de aprendizagem de adultos. No entanto, as mudanças registadas no domínio da educação de adultos, na última década, estão longe de garantir alterações significativas nos padrões de qualificação escolar e profissional da população portuguesa e da Região.

Figura 17 - Indivíduos com 18 e mais anos de idade certificados pelo Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências



Fonte: Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (extraído do INE).

Em síntese, apresenta-se um painel dos principais indicadores que contribuem para a caracterização do sistema educativo da Região.

Tabela 17- Painel síntese de Indicadores relevantes - EDUCAÇÃO

Indicadores	Portugal	Alentejo			Meta
	2011	2011	2007	2003	
Alunos matriculados Ensino Secundário	440895	20736	16379	19852	-
Varição 2007/2011	23,6	26,6			
Alunos matriculados Ensino Superior	390273	16799	17214	21864	-
Varição 2007/2011	4,6	-2,4			
Taxa de retenção e desistência no Ensino Básico regular (%)	7,5	8,5	8,5	13,9	-
Taxa bruta de escolarização no Ensino Básico	121,3	129,3	119,1	119,7	-
Taxa bruta de escolarização no Ensino Secundário	134,9	144,7	103,3	112,3	-
Taxa de transição/ conclusão no Ensino Secundário regular (%)	79,2	79,5	78,9	66,6	-
Taxa de abandono Escolar Precoce (sem conclusão do Básico)	5,52	6,39	-	-	-
Taxa de abandono Escolar Precoce (inclui Secundário)	23,2	26,8	-	-	-
Taxa de abandono Secundário (18-24 anos)	29,8	30,7	-	-	10%
Taxa de participação Cursos Profissionais - Ensino Secundário regular (%)	25,1	27,5	24,7	14,5	-
Taxa de escolarização no Ensino Superior (alunos com idade entre 18 e 22 anos - %)	29,7	19,2	16,9	18,5	-
Diplomados do Ensino Superior por 1000 habitantes	8,2	4,9	5,4	4,7	-
Taxa de conclusão Ensino Superior (30-34 anos)	27,8	21,5	-	-	-
Pessoas com idade entre 25-64 anos que concluíram o Ensino Superior	17,3	14,6*	-	-	-
% de população com Ensino Superior ou equiparado entre 30-34 anos (inclui população com Ensino Superior incompleto)	33,7	27,2			40%
Indivíduos com 18 e mais anos de idade certificados pelo Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	66501	4173	7840	8939	-
Varição 2007/2011	-45,7	-46,8			
Indivíduos com 18 e mais anos de idade que participaram em cursos de Educação e Formação de Adultos	69305	6621	11471	62	-
Varição 2007/2011	-29,9	-42,3			

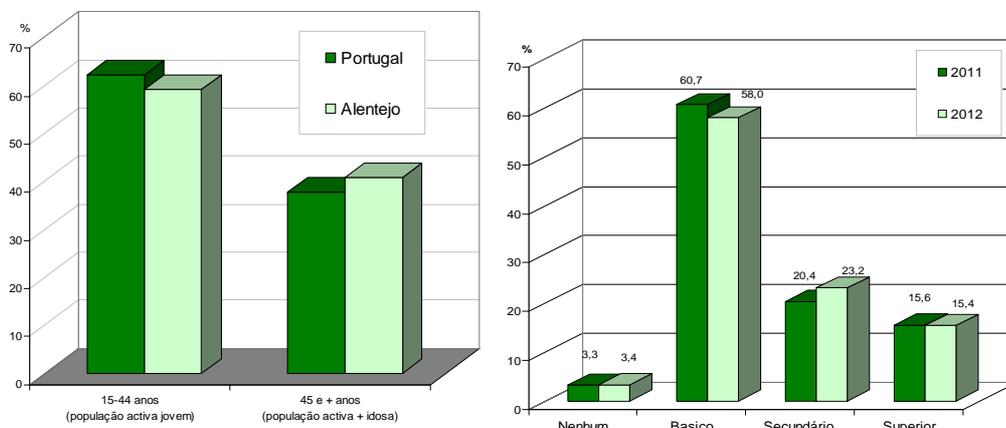
Fonte: Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (extraído do INE).

👉 População Ativa

A população ativa da Região corresponde a cerca de 6,8% da população ativa nacional e a 45,2% da população residente, registando uma taxa de atividade inferior à média nacional (47, 6%). O envolvimento profissional dos ativos do Alentejo conheceu, nos últimos anos, uma evolução positiva, expresso através da taxa de atividade, que registou até 2011 um acréscimo semelhante ao verificado no contexto nacional, para a qual contribuiu a maior participação da mulher no mercado de trabalho.

Quanto à estrutura da população ativa por grandes grupos de idade, o segmento de maior relevância é a população mais jovem (15-44 anos) que, no Alentejo, representa uma menor proporção no total da população ativa, face à verificada no País.

Figura 18- População Ativa, por Grandes grupos etários em 2011 e Nível de Instrução em 2011 e 2012



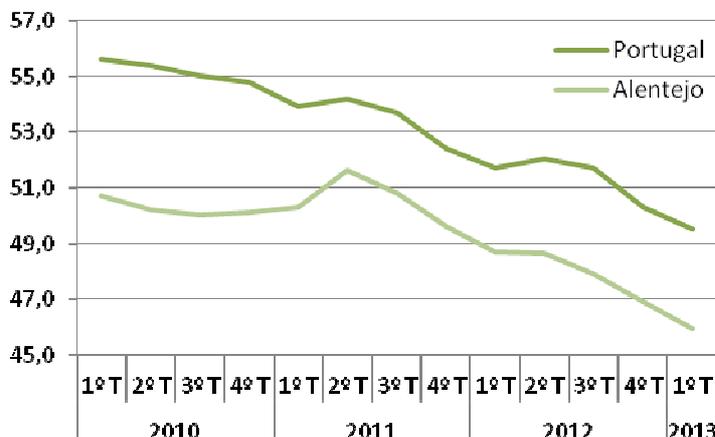
Fonte: INE

A maior parte da população ativa alentejana possui como nível de instrução mais elevado o Ensino Básico, embora se registre uma tendência de crescimento dos ativos que possuem o Ensino Secundário, sobretudo em resultado da extensão da escolaridade obrigatória. Ao mesmo tempo, verificou-se uma estagnação da população ativa sem qualquer nível de instrução e uma quebra ligeira dos ativos qualificados com o Ensino Superior.

Emprego e Desemprego

Apesar de ter taxas de emprego inferiores à média nacional, até 2011, a Região conseguiu manter uma evolução com alguma estabilidade, enquanto o País já vinha assistindo a uma variação descendente bastante acentuada. No entanto, a partir do final do 2º trimestre de 2011, a Região acompanhou a evolução negativa verificada no País, com a taxa de emprego em trajetória descendente, apresentando valores que chegaram a 45,9% no 1º trimestre de 2013 (média nacional, 49,5%).

Figura 19- Taxa de emprego



Fonte: Inquérito ao Emprego, INE

No que respeita à população empregada por profissões, verifica-se uma preponderância dos *trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores*, tanto ao nível nacional como regional. De forma positiva, será de realçar a proporção de população que desempenha a sua atividade profissional como *especialistas das atividades intelectuais e científicas*, superior a 13%. De salientar ainda a elevada expressão na Região de *trabalhadores não qualificados* (14,7%), associada ao baixo nível médio de escolaridade da população ativa.

Tabela 18 - População empregada, segundo a profissão principal (1º trimestre 2013)

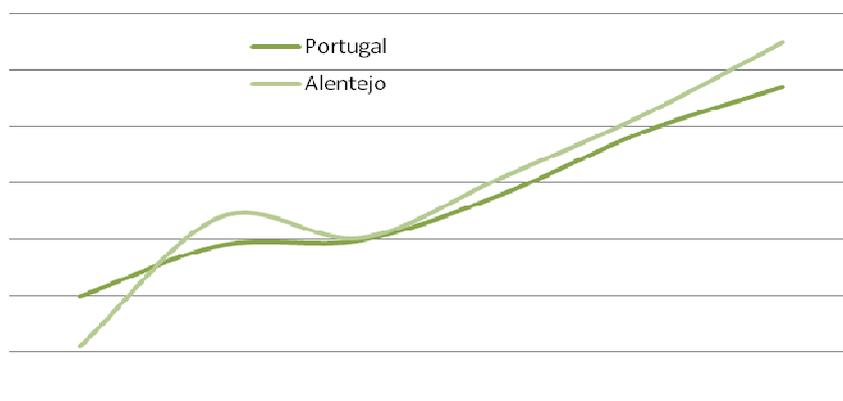
Profissão	Portugal		Alentejo		
	Milhares	%	Milhares	%	% face ao total nacional
Profissões das Forças Armadas	30,6	0,7	2,5	0,9	8,2
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	312,4	7,0	16	5,5	5,1
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	674,5	15,2	38,2	13,1	5,7
Técnicos e profissões de nível intermédio	440,6	9,9	33,7	11,5	7,6
Pessoal administrativo	318,5	7,2	19,2	6,6	6,0
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	742,9	16,8	52,5	18,0	7,1
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	412,9	9,3	27,4	9,4	6,6
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	592,2	13,4	34,7	11,9	5,9
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	364,9	8,2	25,1	8,6	6,9
Trabalhadores não qualificados	543,6	12,3	43	14,7	7,9
Total	4433,1	100	292,3	100	6,6

Fonte: Inquérito ao Emprego, INE

Neste contexto, assume particular importância o acréscimo do desemprego, que nos anos mais recentes, tem assolado a País e a Região. O Alentejo que, no passado, se caracterizava por ter as taxas de desemprego mais elevadas do País, resistiu, numa primeira fase do despoletar da crise económica (e até ao final de 2011), apresentando valores de desemprego menores que as restantes regiões do País, mas no último ano a situação deteriorou-se e a evolução do desemprego assumiu uma maior intensidade atingindo valores superiores à média nacional. A taxa de desemprego registou um agravamento considerável, passando de 13,1% no 4º trimestre de 2011, para 18,5% no 1º trimestre de 2013, um aumento de 41,2%.

O aumento da taxa de desemprego no 1º trimestre de 2013 deveu-se essencialmente a um aumento substancial do desemprego feminino que atingiu o valor de 20%, tendo a taxa de desemprego dos homens sofrido uma ligeira redução, situando-se nos 17,3%.

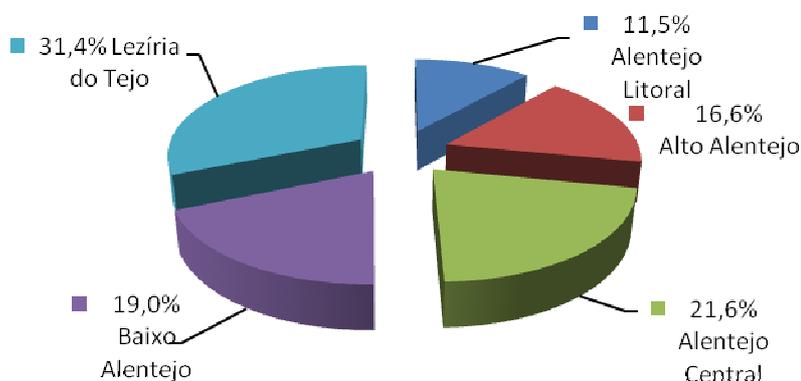
Figura 20- Taxa de desemprego – Alentejo e Portugal 2011- 2013



Fonte: Inquérito ao Emprego, INE

Em termos absolutos, e segundo os dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional, o número de desempregados do Alentejo, inscritos nos Centros de Emprego, passou de 38.954 para 45.336 até Junho de 2013, num aumento superior a 16%.

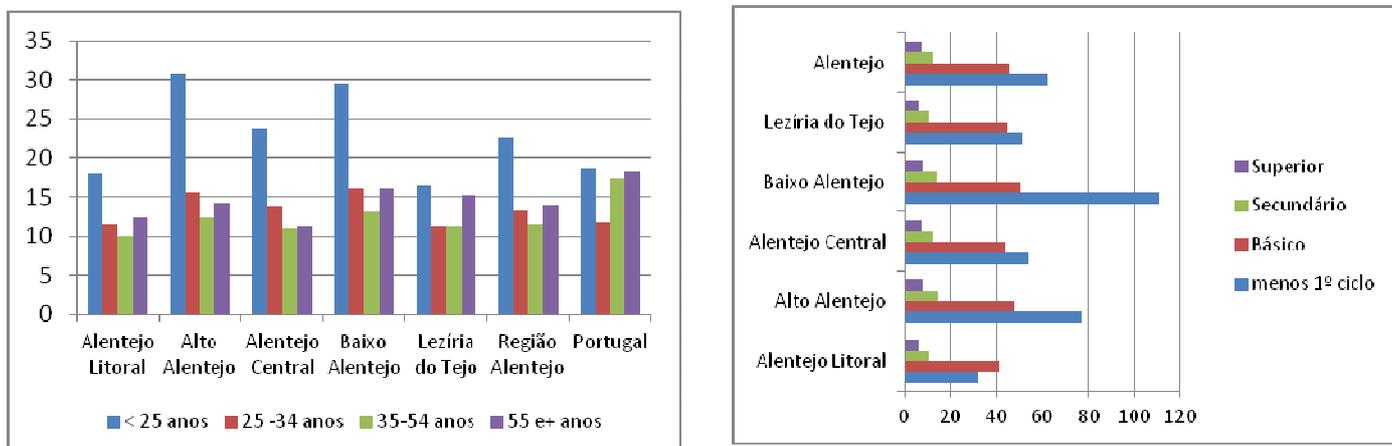
Figura 21 - Desempregados inscritos nos Centros de Emprego (30/06/2013)



Fonte: Estatísticas concelhias do Emprego, IEFP.

Os ativos com menos de 25 anos representam o grupo mais afetado pelo desemprego com taxas médias próximas de 23%. Este grupo etário é particularmente afetado pelo desemprego nas sub-regiões do Alto Alentejo e do Baixo Alentejo, onde o desemprego jovem ultrapassa mesmo os 25%, sendo a Lezíria do Tejo a sub-região com menor incidência do desemprego jovem (abaixo dos 20%).

Figura 22 - Taxa de desemprego, por Idades e Nível de ensino 2011- 2013



Obs: Para as NUTS III Taxa de desemprego = Desempregados inscritos/População ativa (Censo de 2011).
 Fonte: *Inquérito ao Emprego*, INE e *Estatísticas concelhias do Emprego*, IEFP.

Mais de nove em cada dez desempregados inscritos nos Centros de Emprego (91%) procuram novo emprego e um em cada três encontra-se inscrito há mais de um ano, facto que evidencia que a trajetória de aumento crescente do desemprego na Região constitui um fenómeno muito associado à atual crise económica.

A transversalidade dos efeitos do desemprego na retração do mercado de trabalho encontra-se patente na repartição equitativa do efetivo de desempregados, entre homens e mulheres, o que mostra que a maior participação da mulher no mercado trabalho tem sido acompanhada também do aumento dos riscos do desemprego.

Figura 23 - Desempregados inscritos nos Centros de Emprego, por sexo, tipo e duração do desemprego (30/06/ 2013)



Fonte: *Estatísticas concelhias do Emprego*, IEFP

No entanto, a dimensão absoluta do desemprego e a incidência setorial da origem dos desempregados, evidencia uma dimensão estrutural latente nas contradições antigas do funcionamento do mercado regional de trabalho no Alentejo e relevadora também de uma menor eficácia de sucessivos ciclos de financiamento dos fundos comunitários, em termos de manutenção/criação de emprego.

A centralidade a atribuir às políticas ativas de emprego não poderá por muito mais tempo continuar a privilegiar o minorar do impacte social dos desajustamentos resultantes do atual contexto de crise socioeconómica que afeta particularmente as regiões pobres, (enquanto *atitude reativa*), mas antes o de atuar de forma mais decisiva sobre o capital humano, com vista ao aproveitamento das oportunidades económicas resultantes dos investimentos estruturantes feitos anteriormente nessas regiões (*atitude proactiva*).

Para além do apoio à criação de emprego, surge por demais evidente a necessidade de, no contexto de crise que se prevê em prolongamento por toda a atual e parte da próxima década, apoiar de forma decidida a manutenção do emprego nas Regiões da Convergência, nomeadamente através, de apoios à vida económica e social do mundo rural e de prevenção contra os mecanismos de forte destruição do emprego ao nível das micro empresas familiares.

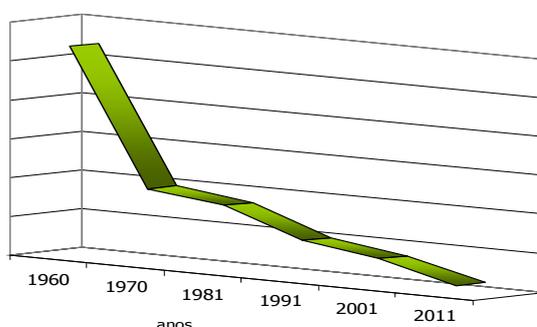
4.2. Inclusão Social e Territorial

↳ Demografia regional

Tendências de evolução

A evolução demográfica do Alentejo tem sido marcada por um constante decréscimo da população que na última década rondou os 2,5%. De uma forma retrospectiva, é possível verificar que o Alentejo perdeu, durante esse período, cerca de 20 mil habitantes, o que corresponde a uma redução de cerca de 2.000 residentes/ano. Esta redução configura um considerável agravamento na regressão demográfica do Alentejo que sofre um decréscimo populacional cerca de quatro vezes superior ao verificado na década anterior (5,8 mil habitantes, entre 1991 e 2001).

Figura 24- Evolução da População residente no Alentejo (1960 a 2011)

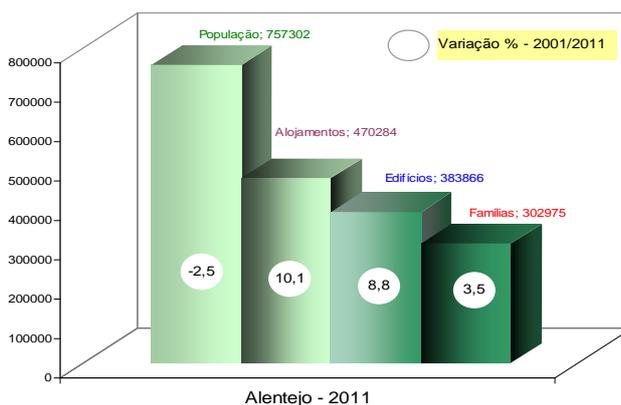


Fonte: Censos da População (Escala), INE

O fenómeno regressivo só não afeta a Lezíria do Tejo, uma sub-região que beneficia de maior proximidade à Área Metropolitana de Lisboa e que registou um aumento populacional de 2,7%, no último período intercensitário. As restantes sub-regiões caracterizam-se por terem sofrido diminuições no seu efetivo populacional que, no caso do Alto Alentejo e do Baixo Alentejo, atingiram valores elevados em proporções superiores a 5% (6,8 e 6,2% respetivamente). O Alentejo Litoral sofre uma redução menor (-2,1%), tendência que contraria o crescimento de 1.5% que havia registado na década anterior. O Alentejo Central, que na década de noventa tinha registado um crescimento próximo do zero (0,3%), perdeu 3,9% dos seus residentes, perda que contrariou as expectativas de crescimento que vinham a manifestar-se nesta sub-região.

Apesar desta dinâmica que quebra demográfica, o Alentejo registou, na última década, um aumento do número de famílias, numa proporção de 3,5%. Este aumento das famílias foi acompanhado por um crescimento dos alojamentos numa proporção que rondou os 10%, beneficiando também com a maior disponibilidade de habitação em consequência do incremento verificado no sector da construção.

Figura 25- População Residente, Famílias, Alojamentos e Edifícios - Variação 2001/2011



Fonte: Censos da População, INE.

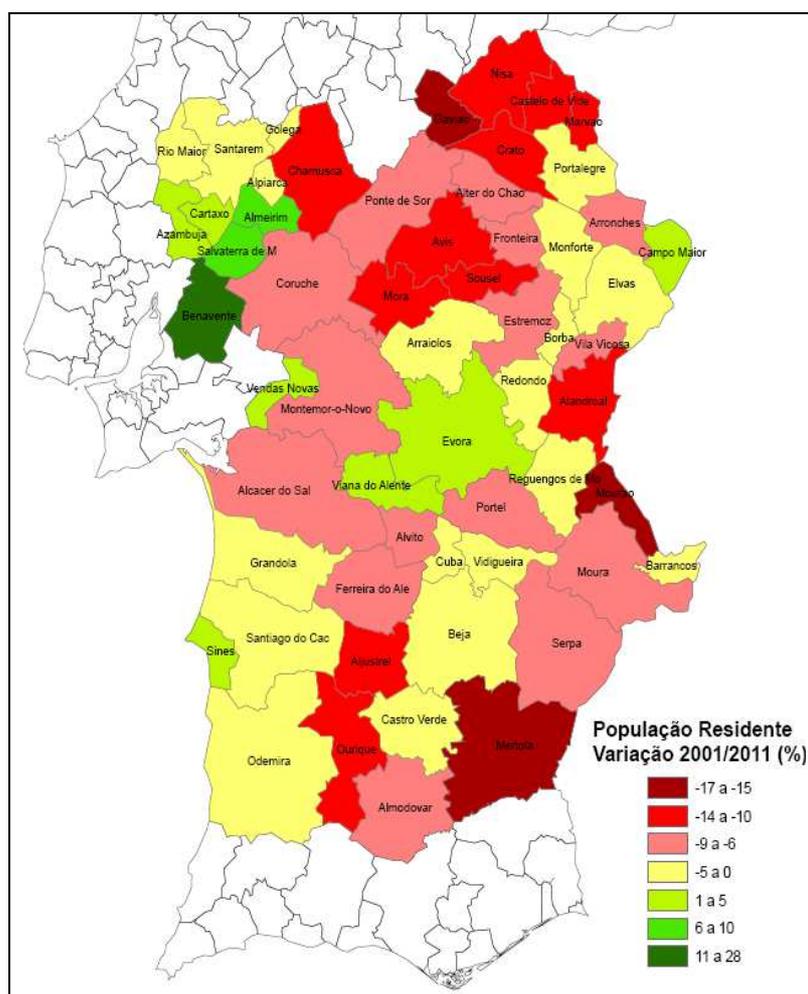
A análise da demografia regional ao nível concelhio, permite verificar que a diminuição demográfica constitui um fenómeno comum à generalidade dos Municípios, afetando tanto o litoral como o interior e, da mesma forma, os mais populosos como os de menores dimensões. A intensidade de decréscimo demográfico sofre algumas variações, com valores que atingem reduções superiores a 15%, com destaque para:

- Sines e Campo Maior, registaram as maiores subidas percentuais (próximas dos 5%)
- Évora, Viana do Alentejo e Vendas Novas, cresceram em proporções que rondam os 2%
- Lezíria do Tejo, com dualidade de comportamento, pois os concelhos que se encontram mais próximos de Lisboa registam crescimento, enquanto os mais afastados viram também os seus efetivos demográficos reduzidos;

- Benavente, concelho com maior proximidade a Lisboa, apresentou o maior crescimento, um aumento superior a 25% numa década
- Salvaterra de Magos e Almeirim tiveram um crescimento, compreendido entre 6 e 10%

A disseminação pelo território regional do comportamento demográfico descrito, evidencia também uma considerável dispersão do fenómeno do despovoamento, quando analisado ao nível das freguesias.

Figura 26- Variação da População Residente 2001/2011- Concelhos



Fonte: Censos da População, INE

Distribuição territorial

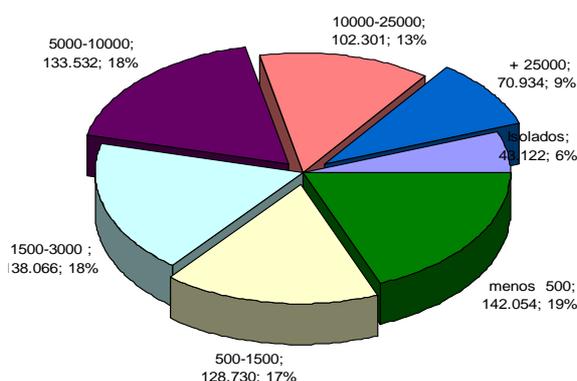
A análise da evolução da população a residir nos lugares da Região permite confirmar que a tendência regressiva da população do Alentejo tem sido acompanhada por um processo de concentração populacional, que se vem manifestando há algumas décadas.

Os resultados do Censo de 2011, evidenciam o aumento proporcional da população a residir em lugares (de 91,7%, em 2001, para 93,4%, em 2011), com a conseqüente diminuição da população isolada a qual, na última década, passou de 64.819 para 43.122 habitantes, uma redução de 33,5%, correspondentes à perda 21.697 residentes.

Outra característica do povoamento do Alentejo advém do facto de a população se situar, maioritariamente, em lugares de pequena dimensão. Na verdade, existe um volume considerável de população que reside em lugares com menos de 500 habitantes (142.054 habitantes), correspondentes a mais de 18%. Se a este quantitativo se juntarem aqueles que vivem isolados, atinge-se cerca de um quarto do total da população alentejana.

Em contrapartida, apenas 22,8% dos alentejanos residem em localidades com mais de 10.000 habitantes e apenas 70.924 pessoas (9,3% dos residentes no Alentejo), moram nos lugares da Região com mais de 25.000 habitantes (Évora e Santarém), num quantitativo semelhante aos que vivem fora de qualquer localidade.

Figura 27 - População Residente, por dimensão de lugares (2011)



Fonte: Resultados provisórios do Censo de 2011, INE

O aumento da concentração populacional incidiu particularmente nos lugares de maiores dimensões com um aumento significativo da população a residir em lugares com mais de 10.000 habitantes de 19,5 para 22,8%, correspondendo a um aumento da ordem dos 10%.

Para além da reduzida dimensão média das localidades do Alentejo, o povoamento regional assenta numa estrutura de lugares onde prevalece o elevado número de povoações de muito pequena dimensão; estas coexistem com alguns lugares de média dimensão, não existindo na

Região qualquer aglomerado que supere os 45.000 habitantes, traduzindo a reduzida massa crítica demográfica das cidades médias da Região.

O sistema urbano regional não sofreu alterações consideráveis na passagem da última década, assentando numa estrutura polinucleada, encimada por dois lugares de média dimensão (Évora e Santarém) abaixo dos 50.000 habitantes e composta, ainda, pelos 7 maiores lugares subsequentes, numa categoria de população situada entre os 10.000 e os 25.000 habitantes.

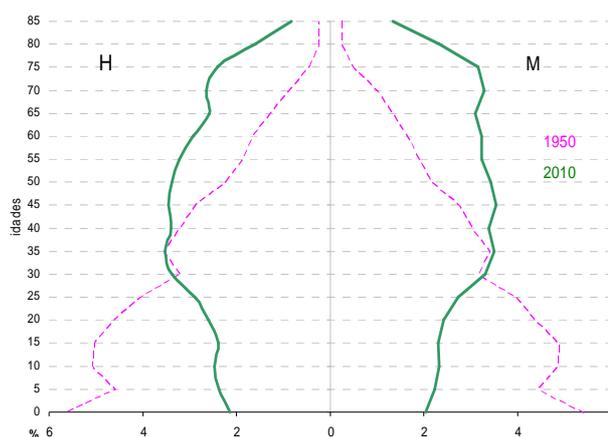
Esta estrutura de povoamento, que integra uma percentagem significativa de população isolada, cria constrangimentos em matéria de planeamento territorial, sobretudo na garantia de uma equidade territorial no acesso a bens, serviços e equipamentos, nomeadamente para a população mais fragilizada pela idade avançada.

Estrutura Etária da População

A redução dos níveis da fecundidade, com efeitos na diminuição do número de nascimentos, associada ao aumento da esperança de vida, que se manifesta num aumento de população nas idades mais avançadas, tem vindo a condicionar a estrutura etária da população alentejana no sentido do envelhecimento, de tal forma que o Alentejo se transformou na Região mais envelhecida do País.

Nos últimos anos, a estrutura demográfica alentejana, à semelhança do que se verificou no contexto nacional, acentuou a característica de duplamente muito envelhecida, em particular no que respeita ao envelhecimento na base da pirâmide de idades, devido à redução considerável do número de jovens de jovens.

Figura 28- Pirâmide Etária Alentejo, 1950/2011



Fonte: Censos da População, INE

Esta trajetória acentua a incapacidade de regeneração demográfica que o Alentejo vem manifestando desde os anos 50, de tal forma que, associado ao considerável envelhecimento dos seus efetivos populacionais, a demografia regional se configura como um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento regional.

Visão de síntese

A leitura das dinâmicas de demografia regional (evolução quantitativa, vitalidade e povoamento), evidenciam as seguintes principais implicações para o planeamento e programação:

- Desvitalização económica e social do espaço rural que se traduz no abandono, envelhecimento, desemprego e, implicitamente, na migração para espaços urbanos de pessoas e serviços;
- Insuficiente massa crítica ou deficiente aproveitamento da existente para intervenções de valorização territorial associadas, p.e., ao património cultural e ambiental como suporte da atratividade regional, designadamente a reabilitação dos centros históricos, a recuperação de elementos patrimoniais e atividades de animação cultural
- Erosão do potencial de articulação do território com as regiões envolventes, apesar de facilitada pelo investimento na melhoria das condições de acessibilidade, mas que não teve efeitos significativos na dinamização da economia regional.

Cultura

A oferta em equipamentos de cultura no Alentejo é favorável, sobretudo, se atender ao número destas infraestruturas e à respetiva distribuição, mais ou menos equilibrada, pelo território. A lotação média dos equipamentos culturais regionais, evidencia uma baixa capacidade dos recintos de espetáculos, com valores de lotação significativamente inferiores à média nacional. Contudo, esta reduzida capacidade não se verifica de modo uniforme em todo o território regional, destacando-se as sub-regiões do Alto Alentejo e do Alentejo Central com valores consideravelmente superiores à média nacional.

Por outro lado, ao nível do número de espectadores por habitante, realça-se a baixa frequência dos alentejanos no cinema (apenas a Lezíria do Tejo tem valor superior à média) assim como uma elevada frequência nos espetáculos ao vivo, com destaque para o Alentejo Litoral, superando a média nacional.

O nível de investimento regional em atividades culturais, em particular, no âmbito municipal, configura um esforço significativamente superior àquele que é despendido no âmbito nacional, constatação patente quer na despesa com a cultura efectuada por habitante, quer no peso que esta despesa representa no total das Despesas municipais.

Tabela 19 – Despesas municipais em Atividades culturais e Desporto (2011)

NUTS	Atividades culturais e de Desporto, por habitante	Cultura e Desporto no total de Despesas municipais
Portugal	66,4	8,4
Alentejo	104,4	10,0
Alentejo Litoral	89,5	7,6
Alto Alentejo	147,1	12,1
Alentejo Central	117,4	10,6
Baixo Alentejo	147,5	11,8
Lezíria do Tejo	59,0	7,8

Fonte: Anuário Estatístico, INE

A importância que as despesas no âmbito Cultura assumem a nível municipal é particularmente evidente no Alto Alentejo, no Baixo Alentejo e no Alentejo Central, onde se atingem as maiores proporções da despesa municipal em cultura e desporto e onde o investimento das câmaras municipais em atividades culturais é maior, com menor expressão, no Alentejo Litoral e na Lezíria do Tejo, que registam níveis de investimento em atividades culturais inferiores à média do país.

Saúde

A rede de cuidados de saúde primários, constituída pelos Centros de Saúde e Extensões, tem uma distribuição equilibrada pelo território regional, com uma abrangência municipal, e é complementada pelas Unidades de Saúde Móveis que prestam cuidados de saúde às populações residentes nos lugares mais despovoados e afastados das sedes de freguesia.

Recentemente, foi operada uma redução do número de Centros de Saúde com unidades de internamento, de tal forma que em 2011 não se registava qualquer equipamento com este tipo de serviço.

A principal dificuldade, em termos de acessibilidade à rede de equipamento de cuidados de saúde primários, advém da elevada distância que, em média, as pessoas têm de percorrer para recorrerem aos serviços de saúde, tendo em atenção, também, que os cuidados hospitalares se situam, na generalidade, apenas nos principais centros urbanos.

A dotação de camas hospitalares existentes no Alentejo, por 1000 habitantes, é inferior à média nacional, com uma evolução que influiu no sentido do agravamento, após um período em que a Região se aproximava dos valores médios nacionais, que aponta para valores superiores a 3,5 camas por 1.000 habitantes, enquanto o Alentejo tem estabilizado nas 2,2 camas.

Este aspeto pode ser considerado mais grave se se atender à diminuição continuada da população do Alentejo e aos reflexos decorrentes desse fenómeno, no estabelecimento de indicadores de saúde para a Região. Não obstante a quebra populacional, a procura efetiva dos serviços de saúde, analisada no contexto das consultas médicas nos estabelecimentos de saúde por habitante, sofreu um aumento considerável nos últimos anos. Na verdade, nos últimos cinco anos deu-se uma inversão neste indicador que registava valores abaixo da média nacional, de tal forma que, nos finais da década passada, o número de consultas por habitante no Alentejo ultrapassou a média nacional, constatação a que não será alheio o elevado nível de envelhecimento da população alentejana, com o conseqüente aumento da pressão sobre os serviços de saúde.

Face aos valores nacionais, o Alentejo situa-se bastante abaixo da dotação em termos de pessoal médico e de enfermagem. Este problema assume um carácter estrutural, na medida em que: (i) apesar dos aumentos da dotação de pessoal de enfermagem que têm vindo a verificar-se ao longo do tempo, o Alentejo possui apenas 5,1 enfermeiros por 1.000 habitantes, para uma média nacional de 6,1; (ii) a insuficiência de pessoal médico é também evidente no segmento dos médicos especialistas, pois no conjunto do País existem 2,89 médicos especialistas por mil habitantes, enquanto no Alentejo esse valor é de 1,42, ainda que com aumento consistente desde 2003.

No entanto, a Região Alentejo conheceu nos últimos anos uma melhoria do nível de saúde das suas populações, ao nível dos principais indicadores, mesmo que mantenha uma situação desfavorável no contexto nacional. Enquanto principais adquiridos, salientam-se as reduções

verificadas na morbilidade e nas principais causas de morte, que acompanham as dinâmicas registadas no contexto nacional, caso da taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório que representa a principal causa de morte e que tem vindo a registar diminuições consideráveis nos últimos anos, fruto das melhorias ocorridas no setor.

Também ao nível da saúde materno-infantil, os ganhos recentes foram bem evidentes, em particular na taxa de mortalidade infantil, onde Portugal e o Alentejo registaram maiores reduções, apesar de se registarem na Região taxas de mortalidade infantil bastante acima da média nacional.

Em conclusão, no Alentejo continua a conjugar-se uma situação de menor dotação de recursos físicos e de pessoal de saúde, que se traduz em indicadores de saúde inferiores à média nacional pelo que persistem alguns problemas que justificam um conjunto de intervenções, nomeadamente ao nível da situação sanitária e dos recursos disponibilizados para a Região, mais consentâneas com a procura dos serviços e cuidados de saúde e visando a melhoria dos níveis de saúde da população.

Em síntese, apresenta-se um painel dos principais indicadores que contribuem para a caracterização do sistema de saúde da Região.

Tabela 20 - Painel síntese de indicadores relevantes - SAÚDE

Indicadores	Portugal	Alentejo		
	2011	2011	2007	2003
Centros de saúde	388	59	52	47
Centros de saúde com internamento	18	0	7	12
Camas dos hospitais, por 1000 habitantes	3,6	2,2	2,2	2,2
Consultas médicas nos estabelecimentos de saúde, por habitante	4,1	4,6	3,8	3,6
Enfermeira(o)s, por 1000 habitantes	6,1	5,1	4,1	3,4
Médica(o)s, por 1000 habitantes	4,1	2,2	1,9	1,7
Médica(o)s especialistas, por 1000 habitantes	2,9	1,4	1,3	1,1
Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório (%)	3,0	4,5	4,6	5,5
Taxa quinquenal de mortalidade neonatal	2,1	3,3	3,8	4,5

Fonte: Anuários Estatísticos, INE

Inclusão Social

No Alentejo, a carga social derivada da população idosa e reformada tem vindo a aumentar de uma forma rápida, influenciada também pelo decréscimo da população em idade ativa. O Índice de Dependência dos Idosos no Alentejo é já de 41,1%, valor bastante superior à média nacional (29%), o que mostra que cada 100 ativos têm a seu cargo, em média, 41 inativos oriundos da população idosa, situação que se reflete no volume de população pensionista da segurança social que atinge valores bastante superiores à média nacional.

No contexto da coesão social, a população residente no Alentejo continua a ter níveis de rendimento inferiores à média nacional, quer ao nível da população ativa, quer no que respeita ao rendimento dos pensionistas. Na verdade, apesar do aumento continuado nos rendimentos dos alentejanos, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem é inferior à média

nacional (€921,10vs.€1.034,20), assim como o valor médio anual das pensões não atinge 90% do valor do País (€4.122 vs.€4.665).

No Alentejo mais de 15% dos trabalhadores recebem a Remuneração Mínima Mensal Garantida, proporção que tem vindo a agravar-se ligeiramente, desde 2007, e acima da deterioração expressa na média nacional.

Tabela 21 - Incidência de trabalhadores a receber a RMMG, por Região (NUT II) do estabelecimento

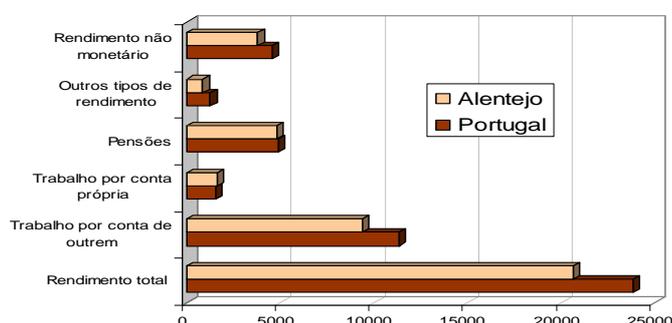
	2007	2008	2009	2010	Varição
Portugal	10,8	11,8	15,2	15,5	44%
Norte	14	15,1	20,3	20,3	45%
Centro	11,7	12,6	16	16,5	41%
Lisboa	7,4	8,3	10	10	35%
Alentejo	10,4	11,5	14,7	15,4	48%
Algarve	8,7	10,5	12,8	14,6	68%
Açores	10,9	13,3	14,8	n.d.	36%
Madeira	5,3	8,4	10,3	12,3	132%

Fonte: GT MSSS, Zonas afetadas pela pobreza ou grupos alvo em risco de exclusão, Documento de Trabalho para o Acordo de Parceria, 2014-2020.

Num contexto regional de forte dependência dos rendimentos salariais, uma conjuntura prolongada de redução real e nominal dos salários induz níveis acrescidos de vulnerabilidade que torna indispensáveis atuações decididas de relançamento económico.

O rendimento líquido dos agregados familiares do Alentejo, apresenta valores consideravelmente inferiores à média nacional, discriminação que se verifica em particular nos trabalhadores por conta de outrem, o que remete para uma estrutura de atividades económicas com custos do trabalho inferiores aos verificados no País.

Figura 29- Rendimento líquido anual, por agregado e tipo de rendimento no Alentejo e Portugal (2009)



Fonte: INE

No contexto sub-regional, a situação é de alguma diferenciação havendo a registar no Alentejo Litoral valores de ganhos médios dos trabalhadores superiores à média nacional, enquanto o Alto Alentejo apresenta os menores níveis de rendimentos.

O maior índice de empobrecimento da população alentejana assume consequências mais significativas quando se põe em evidência o elevado grau de dependência que os inativos representam em relação à população ativa. Apesar do decréscimo da população jovem (13% do total) e da consequente e continuada redução do Índice de Dependência dos jovens (21,2%, em 2011), no seu conjunto, a população em idade inativa atingiu 62,2%, fruto da evolução crescente do peso dos idosos. Em consequência, cada 100 habitantes do Alentejo, em idade ativa, têm a seu cargo, em média, 62 inativos, valor consideravelmente superior à média nacional (52 inativos por cada 100 ativos).

↳ Equipamentos e Respostas Sociais

Os níveis de cobertura das diferentes respostas sociais, apresentam no Alentejo uma situação mais favorável que a verificada no Continente, sendo de destacar:

- As taxas de cobertura das creches que assumem maior relevância nas NUT III com taxas de envelhecimento mais elevadas;
- O investimento em Centros de dia e Serviços de apoio domiciliário, com especial ênfase na manutenção da pessoa idosa na sua residência; as taxas de cobertura dos Centros de dia e do Serviço de apoio domiciliário aproximam-se dos valores revelados para os Lares de idosos;
- A diversidade de investimentos em medidas complementares e coordenadas para a prestação de cuidados integrados e apoio à população idosa, baseados em articulações interinstitucionais, nomeadamente entre as áreas da Saúde e da Segurança Social.

Tabela 22 - Taxas de cobertura – Equipamentos de Segurança Social

NUTS III	Creche	Centro de Atividades Ocupacionais	Lar Residencial	Centro de Dia	Lar de Idosos	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)
Continente	21,1	0,8	0,3	3,4	4	5,0
ALENTEJO 2002	25,3	1,1	1,1	5,2	6,5	6,9
ALENTEJO	29	1,2	1,3	5,8	7,8	7,8
Alentejo Litoral	28,6	1,1	0,7	8,2	4,7	7,9
Alto Alentejo	36,9	1,5	1,2	5,7	9,9	8,3
Alentejo Central	27,3	1,3	1,8	5,1	6,8	6,2
Baixo Alentejo	25,0	1,1	0,9	4,9	9,6	9,4
Lezíria do Tejo	18,9	0,8	0,8	3,9	3,7	4,8

Fonte: Carta Social, GEP/MSS, 2011

Apesar de se registarem cada vez mais situações de vulnerabilidade social, resultantes quer do aumento da população desempregada, quer do aumento dos níveis de envelhecimento, associado a fenómenos de isolamento social e de pobreza, o quantitativo de indivíduos e famílias apoiadas pelo RSI, tem vindo a registar um continuado decréscimo. Esta diminuição, que afeta a generalidade dos estratos de beneficiários de prestações sociais (em particular, os mais idosos) e acontece num período em que se regista um aumento continuado do desemprego, fará prever que no futuro próximo os riscos de pobreza e de abandono social poderão vir a aumentar.

Entretanto, persistem assimetrias regionais na cobertura por equipamentos sociais havendo ainda algumas áreas funcionais (nomeadamente, nas áreas da deficiência e da dependência) em que se

justificam alguns ajustamentos e complementos de rede. Ao mesmo tempo haverá de encarar os efeitos que decorrem da combinação da insustentabilidade de diversas valências sociais em algumas zonas territoriais, devido à diminuição da população e do número de utentes, ao mesmo tempo que ocorre a sobreocupação de equipamentos em algumas áreas urbanas.

Nas áreas da inclusão social e, de forma mais manifesta, na gestão de equipamentos e serviços, constitui um constrangimento relevante a existência de práticas organizativas e gestionárias nas Instituições, reveladoras de défices de capacidade e formação e sugerindo a necessidade de melhorar os níveis de capacitação institucional.

Em síntese, apresenta-se um painel dos principais indicadores que contribuem para a caracterização da Região, quanto à inclusão e às respostas sociais.

Tabela 23 - Painel síntese de indicadores relevantes – INCLUSÃO E RESPOSTAS SOCIAIS

Indicadores	Portugal	Alentejo		
	2011	2011	2007	2003
Pensionistas da segurança social, por 1000 habitantes em idade ativa (‰)	331,8	420,6	416,1	406,9
Ganho médio mensal (€)	1034,2	921,1	862,9	780,4
Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º)	4742,0	4187,0	3870,0	3196,0
Beneficiários do rendimento social de inserção, da segurança social, por 1000 habitantes em idade ativa (‰)	49,9	50,2	56,0	48,7
Rendimento líquido anual, por agregado (Total)	23811,0	20643,0		
Rendimento líquido anual do trabalho, por agregado	11378,0	9399,0		
Rendimento líquido anual das pensões, por agregado	4943,0	4866,0		
	2012			
Valor médio das prestações Famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção (RSI)	212,2	236,8		
Valor médio das prestações a indivíduos com processamento de rendimento social de inserção (RSI)	83,1	83,5		
Taxas de cobertura equipamentos da segurança social - 2010 Creche)	21,1	25,3		
Taxas de cobertura equipamentos da segurança social - 2010 (Lar de idosos)	5,0	6,9		

Fonte: INE e GEP-MSSS.

Matriz SWOT do Crescimento Inclusivo

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de boa rede de recintos para espetáculos e atividades culturais; • Crescente modernização dos equipamentos de diagnóstico e terapêutica; • Bons níveis de eficiência e de qualificação na capacidade instalada, nomeadamente nos recursos e nos equipamentos de saúde; • Elevada esperança de vida e reduzidos níveis de mortalidade infantil; • Melhoria do nível de saúde das populações, em particular na área da saúde materno - infantil; • Rede de cuidados de saúde primários, com uma distribuição equilibrada pelo território regional, complementada por Unidades de Saúde Móveis que prestam cuidados de saúde às populações residentes nos lugares mais despovoados; • Razoável cobertura da rede de equipamentos coletivos, comparativamente com a média nacional; • Existência de uma rede integrada de apoio a idosos; • Maior aumento do número de alunos em cursos profissionais, face ao acréscimo registado no País decorrente de uma maior diversidade de oferta formativa regional; • Tendência decrescente das taxas de abandono escolar; • Melhoria do nível de formação da população ativa (aumentou a população ativa com ensino secundário). 	<ul style="list-style-type: none"> • Muito baixos níveis da fecundidade; • Reduzida capacidade empreendedora da população residente; • Problemas de acessibilidade, em termos de distância tempo, aos equipamentos sociais e aos serviços de saúde que afetam particularmente a população afastada dos centros urbanos; • Nível de envelhecimento da população ativa, com consequentes dificuldades de empregabilidade, mobilidade intra e intersectorial e de requalificação profissional; • Menor dotação de recursos físicos e de pessoal de saúde, comparativamente à média nacional, traduzindo-se em indicadores de saúde desfavoráveis; • Apoio social a idosos, pensionistas e desempregados, inferior à média nacional com consequências no aumento das situações de pobreza; • Decréscimo da população escolar e forte concentração de alunos do Ensino Secundário em cursos gerais; • Elevada taxa de Retenção e Desistência, em especial no Ensino Secundário; • Baixos níveis de instrução da maior parte da população ativa (nível de instrução mais elevado o Ensino Básico); • Elevados níveis de desemprego que afetam particularmente os ativos mais jovens, à procura de novo emprego, os desempregados de longa duração e de uma forma crescente a população feminina; • Dificuldades na articulação das estruturas de formação entre si e com as empresas, de modo a elevar os níveis de especialização e a qualificação profissional ajustada às necessidades atuais, e emergentes nomeadamente para fazer face a projetos empresariais de dimensão relevante.

(continua)

Matriz SWOT do Crescimento Inclusivo

(continuação)

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de alunos em cursos profissionalizantes; • Ligação dos cursos de dupla certificação e do ensino superior ao tecido produtivo; • Possibilidade de coexistirem diversas formas organizativas no sistema de saúde prestador, ao nível dos centros de saúde e dos hospitais; • A telemedicina como elemento de apoio ao site na regional de saúde • Disponibilidade de intervenção, em complementaridade, da iniciativa privada e solidária (IPSS) e para intervenções inter sectoriais (saúde, segurança social); • Potencial de atração de população ativa na sequência da consolidação do Alentejo como zona de captação de investimentos com a consequente revitalização demográfica; • Inversão dos baixos níveis de qualificação escolar e profissional e Integração dos ativos diplomados; • Boa imagem do Alentejo no exterior, que pode ser capitalizada para atrair migrantes com espírito empresarial; • Dinamização de atividades e de emprego pelas organizações da economia social (serviços de proximidade, recuperação de património, ...) 	<ul style="list-style-type: none"> • Acentuar dos saldos migratórios negativos decorrentes da incapacidade de atração e fixação de população jovem e qualificada; • Incapacidade de fixação de população qualificada, por fragilidade do tecido produtivo, muito dependente do emprego público; • Decréscimo da população escolar, devido à trajetória de recessão demográfica; • Manutenção dos níveis de insucesso escolar e de qualificação profissional, apesar das elevadas taxas de escolarização, com consequências na empregabilidade da população ativa; • Fraca valorização do conhecimento e da escola, a par da escassa autonomia das escolas do Ensino Básico e Secundário; • Exclusão social, com impacto nos níveis de acesso à saúde; • Rápida desatualização dos equipamentos de saúde • Redução de investimentos sociais por efeitos da crise económica.

Índice de Tabelas

Tabela 1- Classificação do País e da Região no Regional Innovation Scoreboard.....	75
Tabela 2 - Situação do Alentejo face aos objetivos do PNR e às metas da Estratégia Europa 2020	76
Tabela 3 - Indicadores de inovação empresarial no Alentejo	79
Tabela 4 - Peso do Valor Acrescentado Bruto das empresas do sector TIC.....	80
Tabela 5- Indicadores de desempenho do Ensino Superior no Alentejo.....	82
Tabela 6- Quocientes de Localização da Região do Alentejo – VAB e Emprego, por ramo de atividade em 2010.....	83
Tabela 7 - Estabelecimentos Empresariais e Pessoal ao Serviço nos Estabelecimentos da CAE Indústria Extrativa	84
Tabela 8 - Estabelecimentos Empresariais e Pessoal ao Serviço nos Estabelecimentos da CAE Indústria Transformadora (2007-2011)	87
Tabela 9 - Distribuição setorial (CAE 2 dígitos) dos Estabelecimentos e do Pessoal, por ramo de atividade da Serviço na Indústria Transformadora (2007-2011)	88
Tabela 10 - Estabelecimentos Empresariais e Pessoal ao Serviço nos Estabelecimentos da CAE Alojamento, Restauração e Similares (2007-2011).....	90
Tabela 11 - Indicadores económicos da Hotelaria (2007-2011).....	91
Tabela 12 - Estabelecimentos e capacidade de alojamento no Turismo em Espaço Rural (2007 e 2011)	91
Tabela 13- Painel síntese de Indicadores relevantes - Emprego/ Empresas (Fonte INE)	95
Tabela 14 - Comércio internacional por Tipologia de Mercadorias, segundo a secção da Nomenclatura Combinada, 2011	96
Tabela 15- Distribuição do nº de Projetos e investimento aprovado em Parques Empresariais, por nível hierárquico dos Centros Urbanos (30/06/2012)	100
Tabela 16- Abandono sem conclusão do Ensino Secundário (18-24 anos), 2011.....	117
Tabela 17- Painel síntese de Indicadores relevantes - EDUCAÇÃO.....	120
Tabela 18 - População empregada, segundo a profissão principal (1º trimestre 2013).....	122
Tabela 19 – Despesas municipais em Atividades culturais e Desporto (2011).....	130
Tabela 20 - Painel síntese de indicadores relevantes - SAÚDE	132
Tabela 21 - Incidência de trabalhadores a receber a RMMG, por Região (NUT II) do estabelecimento.....	133
Tabela 22 - Taxas de cobertura – Equipamentos de Segurança Social	134
Tabela 23 - Painel síntese de indicadores relevantes – INCLUSÃO E RESPOSTAS SOCIAIS	135

Índice de Figuras

Figura 1 - Taxa de variação real do PIB Total - Portugal e Alentejo (2000 a 2011)	70
Figura 2 - PIB per capita em % do PIB da UE27, a preços correntes	71
Figura 3 - Estrutura sectorial do VAB em Portugal e no Alentejo	71
Figura 4 – VAB total e Taxa Média de Crescimento Anual do VAB a preços correntes, por NUTS III e na Região Alentejo (1995-2011).....	72
Figura 5 – VAB por sector e Taxas Média de Crescimento Anual do VAB Total e por sector nas NUTS III do Alentejo (1995-2011) a preços correntes.....	72
Figura 6- Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Índice Global por NUTS II (Portugal =100)	73
Figura 7-Componentes Índice Sintético de Desenvolvimento Regional por NUTSII (Portugal =100)	74
Figura 8- Componentes do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, por NUTS III do Alentejo (Portugal =100).....	74
Figura 9 – Despesa em I&D total e empresarial nas NUTS III do Alentejo (milhares de Euros).....	77
Figura 10 - Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%) no Alentejo, por NUTS III.....	78
Figura 11 - Repartição Regional do Volume de Negócios no setor das TIC (%)	80
Figura 12 – Famílias com acesso a computador, ligação à Internet e através de banda larga em casa, 2009-2012 (%)	81
Figura 13 - Quocientes de Localização na Indústria Transformadora da Região do Alentejo – VAB e Emprego, em 2010	89
Figura 14 - Produtividade aparente do trabalho (milhares de euros)	94
Figura 15- Taxa de natalidade e de sobrevivência das Empresas	95
Figura 16 - Taxa de participação em Cursos Profissionais no Ensino Secundário regular (%)	118
Figura 17 - Indivíduos com 18 e mais anos de idade certificados pelo Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	119
Figura 18- População Ativa, por Grandes grupos etários em 2011 e Nível de Instrução em 2011 e 2012.....	121
Figura 19- Taxa de emprego.....	121
Figura 20- Taxa de desemprego – Alentejo e Portugal 2011- 2013	123
Figura 21 - Desempregados inscritos nos Centros de Emprego (30/06/2013)	123
Figura 22 - Taxa de desemprego, por Idades e Nível de ensino 2011- 2013	124
Figura 23 - Desempregados inscritos nos Centros de Emprego, por sexo, tipo e duração do desemprego (30/06/ 2013)	124
Figura 24- Evolução da População residente no Alentejo (1960 a 2011)	125
Figura 25- População Residente, Famílias, Alojamentos e Edifícios - Variação 2001/2011.....	126
Figura 26- Variação da População Residente 2001/2011- Concelhos	127
Figura 27 - População Residente, por dimensão de lugares (2011).....	128
Figura 29- Rendimento líquido anual, por agregado e tipo de rendimento no Alentejo e Portugal (2009)	133

SIGLAS E ABREVIATURAS

AAE	Área de Acolhimento Empresarial
ADL	Associação de Desenvolvimento Local
AECT	Agupamento Europeu de Cooperação Territorial
AIDUS	Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável
ALT	Alentejo (incluindo a Lezíria do Tejo)
AM Lisboa; AML	Área Metropolitana de Lisboa
C&T	Ciência e Tecnologia
CAE	Classificação Portuguesa de Actividades Económicas
CAE Rev3	Classificação Portuguesa de Actividades Económicas, Revisão 3
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CIM	Comunidade Intermunicipal
CLDS	Contrato Local de Desenvolvimento Social
CM	Câmara Municipal
CUC	Centro Urbano Complementar
CUE	Centro Urbano Estruturante
CUR	Centro Urbano Regional
DLBC	Desenvolvimento Local de Base Comunitária
DLD	Desempregado de Longa Duração
EDL	Estratégia de Desenvolvimento Local
EFMA	Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva
ERT	Entidade Regional de Turismo
ETI	Equivalente a Tempo Integral
EUROAAA	Euroregião Alentejo, Algarve, Andaluzia
EUROACE	Euroregião Alentejo, Centro, Extremadura
FC	Fundo de Coesão
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAMP	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE	Fundo Social Europeu
GAC	Grupo de Ação Costeira
GAL	Grupo de Ação Local
GEE	Gases com Efeito de Estufa
GEP	Gabinete de Estratégia e Planeamento
GPP/MAMAOT	Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
GT MSSS	Grupo de Trabalho do Ministério da Solidariedade e Segurança Social
I&D	Investigação e Desenvolvimento
I&DI	Investigação, Desenvolvimento e Inovação
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
I&I	Investigação e Inovação
IC	Itinerário Complementar
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
ID&T; IDT	Investigação, Desenvolvimento e Tecnologia
IDT&I	Investigação, Desenvolvimento, Tecnologia e Inovação
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IES	Instituições do Ensino Superior
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP	Itinerário Principal
IPC	Índice de Preços no Consumidor

IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
ISDR	Índice Sintético de Desenvolvimento regional
ITI	Investimentos Territoriais Integrados
KET	<i>Key Enabling Technologies</i>
MEE	Ministério da Economia e do Emprego
MPB	Modo de Produção Biológico
MPRODI	Modo de Produção Integrado
MTSS	Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
NUT	Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OES	Organização da Economia Social
PAC	Política Agrícola Comum
PACT – A3	Plano de Ação para a Cooperação Transfronteiriça Alentejo, Algarve, Andaluzia
PAR	Plano de Ação Regional
PCTA	Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequena e Média Empresa
PN	Parque Natural
PNR	Programa Nacional de Reformas
PO Nacional	Programa Operacional Nacional
PO Regional; POR	Programa Operacional Regional
PO Temáticos	Programas Operacionais Temáticos
PRN2000	Plano Rodoviário Nacional (2000)
PROT Alentejo	Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo
PROT OVT	Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo
PT	Portugal
QL	Quociente de Localização
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RIS3	<i>Research and Innovation Strategies for Smart Specialisations</i> Estratégias de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente
RMMG	Retribuição Mínima Mensal Garantida
RRCT	Rede Regional de Ciência e Tecnologia
RSI	Rendimento Social de Inserção
RTE-T	Rede Transeuropeia de Transportes
RUB	Resíduos Urbanos Biodegradáveis
RUCI	Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SCT	Sistema de Ciência e Tecnologia
SGRU	Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos
SI	Sistema de Inovação
SIGPOA	Sistema de Informação e Gestão do Programa Operacional Regional do Alentejo
SRTT	Sistema Regional de Transferência de Tecnologia
TER	Turismo em Espaço Rural
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TMCA	Taxa Média de Crescimento Anual
UE; UE27	União Europeia
VAB	Valor Acrescentado Bruto